

ANDRÉ LEMOINE NEVES

**ESTUDO MORFOLÓGICO DE CIDADES DO AGRESTE
PERNAMBUCO – SÉCULOS XVIII E XIX**

2003

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano do Curso de Pós-graduação *Stricto-Sensu*.

“Estudo Morfológico de Cidades do Agreste Pernambucano – Séculos XVIII e XIX”

André Lemoine Neves

Banca Examinadora:

Profº Orientador: Luiz Manuel do Eirado Amorim, PhD.

Profª : Virgínia Pontual, PhD.

Profª : Amélia Maria de Oliveira Reynaldo, PhD.

UFPE, 18 de agosto de 2003



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO de Mestrado em Desenvolvimento Urbano do
Mestrando **ANDRÉ LEMOINE NEVES**.

Às 10.00 horas do dia 30 do mês de setembro de 2003 reuniu-se na Sala do Professores do CAC da Universidade Federal de Pernambuco a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Curso em 20.09.2003, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado "ESTUDO MORFOLÓGICO DE CIDADES DO AGRESTE PERNAMBUCANO – SÉCULOS XVIII E XIX", requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. LUIZ MANUEL DO EIRADO AMORIM, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, ao candidato foi considerado **APROVADO**. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Recife, 30 de setembro de 2003 .

Prof. Luiz Manuel do Eirado Amorim
(Orientador)

Prof. Virgínia Pontual
(Examinadora interna)

Profª. Amélia Maria de Oliveira Reynaldo
(Examinadora Externa)

AGRADECIMENTOS

À minha esposa: Juliana Kelle de Andrade Lemoine Neves.

Ao meu professor orientador Dr. Luiz Manuel do Eirado Amorim.

Aos professores do MDU: Ana Rita Sá Carneiro, Circe Gama, Claudia Loureiro, Geraldo Gomes da Silva, Luis de la Mora, Maria de Fátima Furtado, Ney Brito Dantas, Silvio Mendes Zancheti, Tomás de Albuquerque Lapa, Virgínia Pitta Pontual.

Aos funcionários do MDU: Rebeca Júlia Melo Tavares, Ana Catarina Mascaro Grosso, Jonas Gonçalves de Souza e José Arneiro Martins.

E a todos que, de alguma forma, me auxiliaram nesta pesquisa: Douglas Moraes (Laboratório de Ensino e Pesquisa em História/CFCH/UFPE), José Adriano Pereira, Letícia Bandeira de Mello (IPHAN), Márcia Carneiro (IBGE), Miguel Meira (CEHM/FIDEM), Silvana Rocha (FIDEM), Sylvia Tigre de Holanda Cavalcanti, , Edjane Maria Almeida Costa (Biblioteca Almeida Cunha/IPHAN).

À minha esposa Juliana e ao meu filho Ângelo, por tudo.

*Mas a cidade não conta o seu
passado, ela o contém como as
linhas da mão, escrito nos ângulos
das ruas...*

Ítalo Calvino (in: As cidades invisíveis)

SUMÁRIO

Índice de figuras, fotos e tabelas.....	v
Lista de siglas.....	viii
Glossário.....	ix
Resumo/ <i>Abstract</i>	xi
Apresentação.....	1
Introdução.....	2
1. Métodos aplicados à análise dos núcleos urbanos do Agreste Pernambucano.....	6
2. As origens da urbanística portuguesa – das cidades romanas ao Renascimento.....	12
2.1. As cidades da Lusitânia Romana (133 a. C.-século VI).....	12
2.2. As cidades sob o domínio visigótico e o período muçulmano (séculos V – XII).....	17
2.3. As cidades portuguesas (séculos XII – XVI).....	23
2.4. A legislação portuguesa: as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas.....	30
2.5. As cidades no Brasil-colônia – séculos XVI-XVIII: alguns comentários e análises.....	33
3. A ocupação da Capitania de Pernambuco.....	45
3.1. A ocupação urbana (1535-1630).....	46
3.2. A ocupação da Capitania após a saída dos holandeses em 1654.....	50
3.2.1. A conquista do Agreste: o “Ciclo do Couro” (1654-1816).....	52
3.2.2. Os caminhos das boiadas e o surgimento dos primeiros núcleos urbanos no Agreste (1700-1800).....	56
4. A morfologia dos núcleos urbanos surgidos no Agreste ao longo do século XVIII.....	62
4.1. Os casos de Bezerros, Cimbres e Caruaru – surgimento e desenvolvimento até o final do século XIX.....	66
4.1.1. Análise dos três núcleos urbanos.....	66
4.1.1.1. Bezerros.....	66
4.1.1.2. Caruaru.....	72
4.1.1.3. Cimbres.....	78
4.1.1.4. Comparação entre os três núcleos urbanos.....	85
4.1.2. Comparação com alguns núcleos urbanos do período colonial.....	89
5. Conclusão.....	96
6. Bibliografia.....	99

ÍNDICE DAS FIGURAS, FOTOS E TABELAS

Figuras:

2.1: A rede urbana e as principais estradas do sistema viário romano na Península Ibérica....	14
2.2: O modelo da cidade colonial romana segundo o tratado de Vitrúvio.....	15
2.3: Serpa, Portugal.....	17
2.4: A alcáçova de <i>Aschbouna</i> , hoje, região do Castelo de São Jorge.....	18
2.5: Lisboa no século XV.....	20
2.6: O processo de Reconquista da Península Ibérica.....	23
2.7: A cidade de Viana do Castelo, norte de Portugal.....	26
2.8: A cidade de Évora, sul de Portugal.....	26
2.9: A Ribeira ou Terreiro do Paço.....	28
2.10: O <i>Plan de la Ville de Lisbonne en 1650</i>	28
2.11: A <i>Planta Topographica da Cidade de Lisboa arruinada</i>	29
2.12: A cidade de Salvador.....	34
2.13: A cidade do Rio de Janeiro.....	36
2.14: Detalhe do <i>Porto e Barra de Pernãbvco</i>	37
2.15: A cidade de São Luís do Maranhão.....	38
2.16: <i>Planta da Villa de São Jozé do Macapá</i>	40
2.17: O <i>Mapa Exacto da Villa d’São João da Parnaíba</i>	41
2.18: A planta de Mariana, Minas Gerais.....	41
3.1: As capitanias hereditárias.....	45
3.2: A Vila de Olinda.....	47
3.3: <i>Civitas Olinda</i>	48
3.4. Detalhe do mapa do Brasil de Joanes Blaeu.....	50
3.5: Detalhe do mapa da capitania de Pernambuco.....	51
3.6: A planta do Recife e da cidade Maurícia.....	52
3.7: As atuais regiões fisiográficas do Estado de Pernambuco.....	53
3.8: A atual Região Agreste de Pernambuco.....	54
3.9: O <i>Roteiro de viagem do Recife à Carinhanha pelo Capibaribe</i>	57
3.10: O <i>Roteiro de viagem do Recife à Carinhanha pelo Ipojuca</i>	57
3.11: O <i>Roteiro de viagem do Recife a Cabrobó</i>	58
4.1: A <i>Carta Topografica ...</i> da capitania de Pernambuco.....	63
4.2: A provável evolução de Bezerros desde 1768 até o final do século XIX.....	69
4.3: A configuração de Bezerros no final da década de 1920.....	71

4.4: A provável evolução de Caruaru desde o final do século XVIII até 1858.....	76
4.5: A provável ocupação de Caruaru no final do século XIX.....	78
4.6: Detalhe da <i>Carta Topografica ...</i> de 1766.....	80
4.7: A planta atual de Cimbres.....	81
4.8: A provável forma de Cimbres.....	82
4.9: As estruturas lineares de crescimento “orgânico”.....	90
4.10: As semelhanças entre as morfologias de Bezerros, Caruaru e Bairro do Recife.....	91
4.11: A Vila de Sirinhaém (1612) e Caruaru (1800).....	92
4.12: O esquema de desenvolvimento de Caruaru.....	93
4.13: Comparação entre a provável planta de Cimbres e a planta de Parnaíba.....	95
Fotos:	
1.1: Foto aérea de Bezerros...em meados do século XX.....	10
2.1: Citânia de Sanfins.....	13
2.2: Citânia de Briteiros.....	13
2.3: Vista geral de <i>Conimbriga</i>	14
2.4: Maquete de uma <i>villa romana</i>	16
2.5: Vista Mértola, Algarve.....	19
2.6: A <i>Casbah</i> de Argel.....	20
2.7: Uma rua do bairro da Alfama, Lisboa.....	21
2.8: A antiga mesquita de Mértola.....	21
2.9: O pátio de uma casa mourisca da Espanha.....	22
4.1: A matriz de São José.....	67
4.2: A capela de Nossa Senhora do rosário e o cemitério.....	68
4.3: Vista aérea de Bezerros em meados da década de 1960.....	70
4.4: A capela de Nossa Senhora da Conceição ou “Cruzeiro”.....	72
4.5: A matriz de Nossa senhora da Conceição.....	73
4.6: A rua da Frente vista da matriz da Conceição.....	73
4.7: Vista geral de Caruaru tomada do morro do Bom Jesus.....	74
4.8 e 4.9: Dois aspectos da antiga matriz de Nossa Senhora das Dores.....	75
4.10: A matriz de Nossa Senhora das Montanhas.....	81
4.11: O senado da Câmara de Cimbres.....	82
4.12: A praça de Cimbres vista do adro da matriz.....	84
4.13: O beco de serviço e o fundo dos lotes das quadras mais antigas de Cimbres.....	85
4.14, 4.15 e 4.16: A estrutura dos edifícios e sua disposição no tecido urbano.....	88

Tabelas:

4.1: Os dezoito núcleos urbanos surgidos no Agreste no século XVIII.....	64
4.2: Comparação entre as características dos elementos estruturadores.....	85

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
AVCUP – Arquivo Virtual de Cartografia Urbana portuguesa
BN – Biblioteca Nacional do Brasil
CEHM – Centro de Estudos de História Municipal
CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento
CONDEPE – Instituto de Planejamento de Pernambuco
CNCDP – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
FIAM – Fundação de Desenvolvimento dos Municípios do Interior de Pernambuco
FIDEM – Fundação de Desenvolvimento Municipal de Pernambuco (antiga Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife)
FIDEPE – Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco
IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISCTE – Instituto Superior de Ciências do trabalho e da Empresa
PPSH/RMR – Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife
PPSHI – Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Interior de Pernambuco
RIAP – Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano
RSPHAN – Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (hoje, IPHAN)
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

GLOSSÁRIO

. *Ciclo do Couro*: ciclo econômico ocorrido durante o período colonial e surgido a partir da colonização do *hinterland* nordestino e da criação extensiva de gado bovino a partir da segunda metade do século XVII e que teve seu auge durante o século XVIII (SIMONSEN, 1977).

. *Cidade*: durante o período colonial, núcleo urbano de grande importância político-administrativa, mesmo que não tivesse expressão econômica ou população maior que de certas vilas (KOSTER, 1978, p. 158), geralmente sede de capitania. Atualmente, núcleo urbano sede de um município (IBGE, 2000).

. *Lugar*: durante o período colonial, núcleo urbano com poucos habitantes e destituído de autonomia administrativa (Edital de 26 de março de 1762), atualmente conhecido como povoado (BRAGA, 1994, p. 11-16).

. *Núcleo urbano*: termo genérico aplicado às aglomerações humanas fixas, compostas por uma população igualmente fixa e pelos elementos estruturadores do espaço urbano – ruas, praças, quadras, lotes, etc. (LAMAS, 1992), que desenvolvem atividades econômicas em locais determinados dentro dos seus limites físicos – podendo ser, no âmbito desta pesquisa, lugar, povoado, vila ou cidade.

. *Período colonial*: período da História do Brasil que vai de 1500 até 1822 (VAINFAS, 2000).

. *Povoado*: aglomeração urbana de reduzido tamanho e população, destituído de autonomia administrativa e hierarquicamente inferior à vila, mas dotado de população fixa, posse do solo e das moradias pertencente a diversos, existência de comércio interno e externo (BRAGA, 1994, p. 15-16).

. *Quilombo*: “termo utilizado pelos portugueses para designar as povoações construídas pelos escravos fugidos do cativoiro” (VAINFAS, 2000, p.).

. *Região Agreste de Pernambuco ou simplesmente Agreste*: região fisiográfica do Estado de Pernambuco compreendida entre a Zona da Mata e o Sertão Pernambucano, com uma área de 24.489,80 km² (FIDEM, 2000). Colonizada a partir do final do século XVII e onde se inserem os objetos de estudo.

. *Região Metropolitana do Recife*: região fisiográfica inserida dentro da Zona da Mata Pernambucana, mas destacada desta por razões político administrativas, com uma área de 2.772,70 km² (FIDEM, 2000). Em seu território encontram-se os núcleos urbanos mais antigos do Estado, surgidos no século XVI: Igarassu, Olinda, Recife, etc. (ANDRADE, 1994; GUERRA, 1970).

. *Região do São Francisco Pernambucano*: região fisiográfica situada às margens do rio São Francisco, a oeste do Agreste e ao sul do Sertão (FIDEM, 2000). Explorada desde o século XVI, mas efetivamente colonizada a partir do final do século XVII (BARBALHO, 1983; GUERRA, 1970).

. *Sertão Pernambucano*: região fisiográfica situada a oeste da Região Agreste, com uma área de 38.575,80 km² (FIDEM, 2000). Colonizada a partir do início do século XVIII (BARBALHO, 1983).

. *Vila*: durante o período colonial, núcleo urbano com autonomia administrativa, possuindo casa de câmara e cadeia e igreja matriz e com um número mínimo de habitantes não definido. Em Pernambuco, até 1909, podia ser sede de município (BRAGA, 1994). Atualmente as vilas são sedes de distritos dentro dos municípios, não possuindo autonomia administrativa (IBGE, 2000).

. *Zona da Mata Pernambucana*: região fisiográfica compreendida entre a Região Metropolitana e o Agreste, com uma área de 8.465,10 km² (FIDEM, 2000). Colonizada desde o século XVI a partir da instalação da monocultura canavieira (ANDRADE, 1973).

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo descrever e analisar o processo de surgimento de um grupo de cidades no Agreste Pernambucano ao longo do século XVIII e seu desenvolvimento até o final do século XIX, buscando determinar as causas que levaram ao seu surgimento, as origens de suas formas e as regras que regeram o seu crescimento; integrando História Urbana e Regional e Morfologia Urbana no intuito de acrescentar novos dados ao estudo e discussão dos processos de urbanização no Brasil e, em especial de Pernambuco, ao longo do período colonial e além dele; buscando, através de algumas teorias de formação do espaço urbano, estabelecer a relação entre os processos formadores desses núcleos urbanos com os demais produzidos no Brasil sob os princípios da urbanística portuguesa.

Abstract

This research aims to describe and analyse the process of emergence of a group of towns in the Pernambuco hinterland along the 18th century and their development until the late 19th century, trying to determine the causes of their emergence, the origins of their shapes and the rules that command their development by the union between Regional and Urban History and Urban Morphology in an effort to increase new informations to the study and discussion of the process of urbanization in Brazil and Pernambuco along the colonial era and beyond it; using some theories of development of urban space and searching the relationship between the emergence/development processes of that towns and the others produced in Brazil under the principles of portuguese urbanism.

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação intitulada “Estudo Morfológico de Cidades do Agreste Pernambucano – séculos XVIII e XIX” e ora apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano/MDU da Universidade Federal de Pernambuco tem por objetivo discorrer sobre a origem e evolução dos núcleos urbanos surgidos na Região Agreste do Estado de Pernambuco ao longo do século XVIII e seu desenvolvimento físico até o final do século XIX, buscando estabelecer suas origens e sua filiação formal dentro do processo de urbanização do Brasil e de Pernambuco durante e além do período colonial. Sua apresentação faz parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano do Curso de Pós-graduação *Stricto-Sensu*.

INTRODUÇÃO

O estudo dos núcleos urbanos surgidos no período colonial no Brasil ainda é um campo extremamente vasto. Essa vastidão se amplia na medida em que os possíveis objetos de estudo vão sendo aos poucos apagados, pelas mais diversas razões, principalmente, econômicas que, aliadas a uma já proverbial incapacidade do povo brasileiro em geral e pernambucano em particular, em valorizar e compreender a sua história. Some-se a isso, o problema da falta de recursos direcionados para pesquisas que não sejam de resultado imediato para a sociedade e tem-se o material necessário para impossibilitar, de uma vez por todas, as tentativas de completar o grande quebra-cabeças que é o estudo do urbanismo desenvolvido no Brasil no período colonial.

Observou-se, desde o início das pesquisas que o quadro atual tem-se demonstrado insatisfatório, haja visto que os trabalhos desenvolvidos até agora são, ora compêndios gerais sobre o assunto que preconizam teorias de validade extremamente particular, ora estudos breves sobre essa ou aquela cidade, sem que se possa tecer um quadro claro sobre o problema como um todo.

Nota-se, também que, a “redescoberta” do tema, explorado com uma certa “força” a partir do final da década de 1960 por um número relativamente reduzido de autores, deve-se em grande parte ao revisionismo português quanto à qualidade do seu processo de produção urbana, quase sempre visto como desordenado e ilógico (HOLANDA, 1995 p. 93-138), principalmente quando comparado com a experiência colonial espanhola. A necessidade de provar a existência de uma lógica subjacente a aparente desordem das cidades coloniais portuguesas no Brasil produziu trabalhos tanto de primeira linha, quanto alguns parciais e pouco úteis ao debate, porque preocupados apenas em provar a teoria do ordenamento das cidades portuguesas onde quer que estivessem. Não cabe aqui explicitá-los – o pesquisador saberá identificá-los. Há que considerar, para uma rápida explicação sobre o desenvolvimento do debate, uma valorização geral, nos meios acadêmicos da discussão sobre a forma da cidade e sua classificação – gerando intermináveis debates sobre o que é “orgânico”, “espontâneo” ou “não planejado” (KOSTOFF, citado por GUERREIRO, 2000) e sobre as leis que regem o desenvolvimento deste tipo de cidade (KARIMI, 1997, p. 06.1-06.4) e as relações intrínsecas entre poder e forma urbana, seja ela “ordenada” ou “orgânica” (CHOI, 2001, p. 52.1-52.12; GUERREIRO, 2000).

Se o quadro geral se encontrava assaz incompleto, o que dizer de Pernambuco, que apesar do seu imenso patrimônio urbanístico, pouco tem contribuído para o debate sobre o

problema da cidade colonial portuguesa no Brasil, se detendo unicamente no período holandês, de cuja produção sequer existem provas concretas. Se das cidades litorâneas quase nada foi estudado, podendo ser citados alguns estudos envolvendo a teoria da Sintaxe Espacial (HILLIER e HANSON, 1984) desenvolvidos por Amorim e Loureiro (2000, p. 19-38), aquelas mais a oeste mantinham suas origens envoltas em lendas, algumas tão descabidas que urgiam por uma pesquisa que as desmentisse definitivamente.

Na tentativa de contribuir um pouco com o debate sobre a cidade colonial portuguesa no Brasil que pareceu tomar novo fôlego ao final do século XX, com o surgimento de vários grupos de pesquisa em Portugal, motivados pelas comemorações pelos quinhentos anos do descobrimento do Brasil e pelo lançamento e reedição de alguns livros da década de 1960 sobre o assunto, a pesquisa ora apresentada pretende dar uma pequena contribuição ao tentar desvendar e analisar os motivos que levaram ao surgimento de núcleos urbanos na Região Agreste do Estado de Pernambuco, ocupada a partir da segunda metade do século XVII através de um modelo de distribuição de terras que pouco ou nenhum incentivo dava ao processo de urbanização, com grandes sesmarias que, comumente serviam à instalação de fazendas de gado, separadas entre si por dezenas e até centenas de quilômetros.

Os motivos da pesquisa se alicerçaram em dois pontos básicos: o aguçamento do debate sobre a cidade colonial portuguesa no Brasil (SANTOS, 1968), motivado por duas teorias opostas – a que prega a irregularidade dos traçados e aquela que advoga pela generalizada regularidade dos mesmos e, o conhecimento prévio da existência de quantidade razoável de núcleos urbanos (cidades e vilas) que surgiram na Região Agreste de Pernambuco a partir do século XVIII e, sobre as quais não havia nenhum estudo referente às suas origens, seu processo de crescimento e sua morfologia. Vale salientar que, no que tange ao suporte teórico, foram utilizadas as duas correntes de pensamento sobre a forma da cidade colonial portuguesa no Brasil devido à natureza da pesquisa, que não deveria se prender à análise das teorias e sim, avaliar os limites de cada uma dentro do processo de surgimento e desenvolvimento dos objetos de estudo – mesmo que, quando do desenvolvimento deste trabalho, a hipótese referente a uma possível existência e aplicação de um plano geral de ocupação e urbanização da capitania de Pernambuco tenha sido cedo descartada, prevalecendo a hipótese contrária.

Um estudo preliminar verificou a existência de dezoito núcleos urbanos (uma vila e dezessete cidades) surgidos no Agreste Pernambucano ao longo do século XVIII, originados de missões religiosas, fazendas de gado e pousos de boiadas. Não há nenhum estudo específico sobre suas origens e sua morfologia, apenas poucas obras sobre questões genealógicas e feitos quase sempre improváveis sobre aqueles que fizeram a história da

região. Alie-se a isso, um processo de perda de identidade dos moradores dessas cidades em relação ao espaço urbano tradicional, considerado anacrônico diante dos apelos de modernização e de ocultação da cultura tradicional em detrimento de uma pretensa redescoberta de valores tradicionais tão propalada pela mídia, nos tempos atuais. De modo geral, o que ainda resta dos vestígios daqueles povoados e vilas surgidos no século XVIII sobrevive apenas pela falta de verbas que aflige as prefeituras, impedindo que planos urbanísticos de cunho “modernizador” venham a por abaixo a memória da colonização do Ciclo do Couro (SIMONSEN, 1977). Através de critérios expostos mais adiante, dos dezoito núcleos urbanos previamente identificados foram escolhidos três, devido à necessidade de recorte espacial e temporal para o desenvolvimento da pesquisa – Bezerros, Caruaru e Cimbres, duas cidades e uma vila, com origens diversas (fazendas de gado e missão religiosa, respectivamente) e formas diversas (duas “orgânicas” e uma que deveria ter sido regular, respectivamente). A partir dessa delimitação, procedeu-se à delimitação dos objetivos da pesquisa, adaptados aos objetos específicos de estudo, sem, no entanto descartar por completo os outros núcleos. A pesquisa visou então ao estudo e análise da morfologia dos núcleos urbanos do Agreste Pernambucano surgidos no século XVIII, a partir dos três objetos de estudo – Bezerros, Caruaru e Cimbres; à comparação da morfologia dos três núcleos escolhidos em busca de um padrão de desenvolvimento comum a eles; à comparação das estruturas urbanas desses núcleos com outros surgidos no Brasil e, principalmente, em Pernambuco durante o período colonial e ao estudo das influências geradoras do desenho urbano desses núcleos em busca de suas origens.

A estrutura desta dissertação buscou então traçar um processo de análise que procurou dar uma visão geral do desenvolvimento da urbanística portuguesa até o período de desenvolvimento dos objetos de estudo, desenvolvendo-se como segue:

Capítulo 1: onde são tratados os métodos aplicados à análise dos núcleos urbanos do Agreste Pernambucano baseados nas teorias correntes sobre o Urbanismo, Morfologia Urbana e História Urbana, dando ênfase na Morfologia tradicional, baseada na análise dos elementos estruturadores do espaço urbano (LAMAS, 1992).

Capítulo 2: onde é tratada a origem da urbanística portuguesa, das cidades romanas ao Renascimento, passando pelo urbanismo muçulmano, as cidades da Idade Média, a legislação portuguesa e a cidade colonial portuguesa desenvolvida no Brasil.

Capítulo 3: onde se traça um panorama geral da colonização, ocupação e urbanização do território pernambucano desde a época das feitorias até o final do século XIX, deixando de

lado, no entanto, a análise do período holandês (1630-1654) pelo fato de que, o que possa ter sido produzido neste período não interessa à pesquisa.

Capítulo 4: onde se procede à análise dos objetos de estudo, sua evolução histórica e física, suas relações regionais, suas origens, formas e funções no contexto da urbanização do território pernambucano e suas relações com a produção urbanística desenvolvida no período colonial no Brasil e, em especial, em Pernambuco.

1. MÉTODOS APLICADOS À ANÁLISE DOS NÚCLEOS URBANOS DO AGRESTE

Este trabalho se propõe a uma análise morfológica de assentamentos urbanos surgidos na Região Agreste do Estado de Pernambuco, como já foi dito em sua Introdução. Para tanto, foi necessário um processo de escolha de métodos os mais adequados para o desenvolvimento da pesquisa – métodos estes que levassem em conta todas as particularidades relativas aos objetos de estudo. Por ser um trabalho cujo teor ainda não havia sido desenvolvido em nenhuma pesquisa específica, alguns testes foram realizados ao longo das pesquisas, dentro das Disciplinas do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano/MDU, no intuito de determinar os métodos mais apropriados para a análise dos objetos e do entendimento dos processos sócio-econômicos e culturais que levaram ao seus surgimentos e evoluções.

Os métodos para o desenvolvimento da pesquisa deveriam então levar em conta os seguintes aspectos e se desenvolverem segundo a seguinte ordem, obviamente após um conhecimento prévio sobre os objetos de estudo e dos conceitos supracitados:

1) Conceituação de expressões: O primeiro passo para o desenvolvimento da pesquisa foi delimitar, através de conceitos e definições, certos elementos presentes desde o seu início. Ao passo que determinados conceitos e definições podem ser encontrados na introdução e ao longo do texto, outros, principalmente ligados à História, Geografia, Economia, entre outras Ciências deveriam compor um pequeno glossário, que pode ser encontrado no início deste trabalho, no intuito de não afastar o teor do texto de seu objetivo principal, ao mesmo tempo em que informa o leitor do seu significado no âmbito da pesquisa.

2) Pesquisa histórica: feita a partir de fontes primárias e autores reconhecidamente competentes no assunto e descartando aqueles cujas informações foram desmentidas ao longo da pesquisa, principalmente através de fontes primárias – o principal exemplo disso foi a contradição entre as informações encontradas nos *Anais Pernambucanos* de F. A. Pereira da Costa, e aquelas apresentadas por documentos coevos, em especial, o *Ensaio sobre a estatística Civil e Política da Província de Pernambuco*, elaborado por Jeronymo Martiniano Figueira de Mello em 1852 que contradiz uma série de informações encontradas nos *Anais* sobre Bezerros, um dos objetos da pesquisa; por esse motivo, esta obra, tida como de referência, foi descartada como fonte de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho, dando primazia às informações primárias e às publicações que dão indicação das fontes. A pesquisa histórica envolveu a história sócio-econômica, cultural e mesmo estudos folclóricos onde houvesse informações verossímeis sobre o surgimento de cidades ligadas ao

desenvolvimento da pecuária pelo interior do Nordeste, sempre procurando relacionar, de maneira clara, os vários elementos e fatores que levaram, direta ou indiretamente, ao surgimento e desenvolvimento dos objetos de estudo.

3) Pesquisa na área da História Urbana: estreitamente ligada com a pesquisa desenvolvida acima, procura partir do geral para o particular, verificando a História da Cidade ocidental a partir de autores consagrados (Benevolo, Mumford, Goitia, Coulanges, Choay, Hall, etc.), a trajetória do Urbanismo de origem portuguesa (Teixeira, Carvalho, Valla, etc.) até chegar no estudo dos núcleos urbanos surgidos durante o período colonial no Brasil (Reis Filho, Santos, Delson, etc.).

4) Reconhecimento dos objetos de estudo através da Análise de Percursos Urbanos (SOUZA & CABRAL, s.d.): Parece bastante claro que, a compreensão de um espaço, seja ele urbano ou regional será tanto mais profunda quanto maior for a aproximação que se tem deste espaço, pelo menos no que diz respeito aos seus aspectos físicos, morfológicos e sociais. Não parece ser possível uma verdadeira análise do espaço sem um mínimo de vivência, de uso do mesmo. O uso do percurso como processo de apreensão, compreensão e análise do espaço parece ser uma forma das mais adequadas para o estudo do espaço, sua evolução e situação atual, seus processos de articulação, segregação, etc.. Os autores salientam a antiguidade e a necessidade do estabelecimento de roteiros e percursos como forma de reconhecimento e apropriação do espaço. Percorrer antigos caminhos ou ruas serve como um exercício “ordenador de atividades de análise, um fio condutor no estabelecimento de diversas atividades de pesquisa em equipe” (SOUZA & CABRAL, s.d.). O que os autores entendem como Análise de Percursos Urbanos segue uma estruturação lógica iniciada com a elaboração de uma “idéia orientadora” a partir da qual deve-se estruturar o trabalho, que pode seguir uma análise formal (morfológica) do lugar, social, tipológica, de estilos e, ousando usar a técnica para a análise de percursos regionais, elementos configuracionais do espaço geográfico (se pode ser assim chamado): caminhos de caça, de boiadas, rios, serras, formações rochosas, matas, etc. Dentro do tema que se pretende desenvolver – o estudo de morfologia de cidades do Agreste pernambucano – na parte específica sobre as cidades, os percursos urbanos podem seguir a orientação clara dos autores, baseada na seguinte metodologia, devidamente adaptada:

. A definição de uma idéia orientadora deve ser discutida e estabelecida preliminarmente com o consenso da equipe de trabalho, sendo avaliada sua adequação ao objeto de estudo e aos interesses da investigação.

. A definição e elaboração do percurso deve ser precedida por uma investigação, a mais ampla possível, sobre a cidade e o entorno imediato ao percurso.

. *A pesquisa deve seguir paralelamente ao desenvolvimento dos estudos sobre o percurso, aprofundando-se à medida que são sugeridas novas temáticas de investigação.*

. *São fundamentais, para o desenvolvimento dessa análise, as formas de expressão e registros dos diversos elementos estudados. Técnicas variadas de representação gráfica, vídeo, slides, filmes são tão importantes quanto os relatórios escritos nas sucessivas apresentações dos percursos, porque permitem ampliar os conhecimentos e as discussões para além da equipe de trabalho.*

5) Teoria de análise de formação da cidade via Percursos-matrizes: a natureza dos centros antigos da quase totalidade dos núcleos urbanos pesquisados, caracterizada pela linearidade levou à necessidade do uso de uma teoria de formação de cidades que envolvesse, claramente, a análise de formação de percursos que posteriormente dariam origem ao próprio tecido urbano. A idéia do Percurso-matriz e seus derivados – o percurso de implantação e o percurso de união dos percursos de implantação – desenvolvida por Caniggia e Maffei (1995, p.123-164) serviu como parâmetro para a análise de formação dos objetos de estudo, especificamente de dois deles (Caruaru e Bezerros) surgidos a partir de um percurso-matriz de âmbito regional: a estrada das boiadas conhecida como Caminho do Ipojuca, que ligava dois pólos na então capitania de Pernambuco – Recife e Cabrobó. Apesar da análise dos dois autores italianos não ser muito aprofundada, não definindo leis claras de formação dos percursos; inclusive, não explicando o porquê da limitação de percursos-matrizes, que, sem obstáculos deveriam continuar sua linearidade indefinidamente até alcançarem um “pólo”, a idéia da “*dialettica di successione dei percorsi*” (CANIGGIA e MAFFEI, 1995, p. 145) levantando a hipótese de que “*la formazione di un aggregato dipende sempre dalla precedente esistenza de un percorso*” (CANIGGIA e MAFFEI, 1995, p. 145) e estabelecendo a hierarquia dos percursos na formação do núcleo urbano parece ser suficiente, no âmbito desta pesquisa, para explicar o processo de surgimento de, pelo menos dois dos três núcleos urbanos pesquisados.

6) Análise da morfologia urbana mediante seus elementos estruturadores: para efeito de análise dos núcleos urbanos objetos desta pesquisa e de todo o universo urbanístico no qual se tenta encaixá-los, levaram-se em conta os aspectos abordados por Lamas (1992) em seu trabalho *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, devidamente adaptados para a cidade medieval portuguesa e os núcleos urbanos surgidos durante o período colonial no Brasil. Na cidade medieval portuguesa, pode-se enumerar os seus elementos constituintes, comuns à totalidade das cidades ocidentais tradicionais (BENEVOLO, 1983): a rua, a praça, a quadra, o lote, o edifício, o monumento (que pode ser associado ao edifício singular) e a muralha. Desses, os seis primeiros serão utilizados mais adiante na análise dos objetos desta pesquisa

(apesar de o último – a muralha – ter sido usado nos primórdios da urbanização do Brasil, sua importância na estrutura e desenvolvimento das cidades coloniais brasileiras ainda está para ser estabelecida, não tendo sido usada em nenhum momento nos objetos desta pesquisa). Cabe, agora, estabelecer a função e a forma de cada um dos elementos supra-citados, buscando entender suas inter-relações na cidade medieval portuguesa e suas relações, mais adiante com a cidade transposta pelos portugueses para o Brasil:

A rua: na cidade ocidental e, em particular, na cidade medieval portuguesa, a rua será lugar de passagem e de encontro. Será tortuosa ou retilínea, servindo como um rio caudaloso por onde flui a vida da cidade. Será também hierarquizada, dependendo de sua função no organismo urbano. As ruas das cidades muçulmanas serão tão estreitas que não comportam duas pessoas uma ao lado da outra (CARVALHO, 1989, p.16), as ruas das cidades cristãs serão mais largas na frente dos lotes e muito mais estreitas nos fundos – as ruas de serviço; desembocado em largos, praças e rossios. Surgirá também a figura da rua direita (*directa*), nem sempre tão “direita”, mas que, originalmente partindo de uma porta a outra da cidade estabelecerá um importante percurso-matriz que ficará tão mais evidenciado quanto o terreno onde se assenta a cidade for mais propenso a uma forma linear, como é o caso de Óbidos, ao norte de Lisboa.

A praça: será um dos elementos fulcrais da urbanística portuguesa. Quase sempre de forma irregular, sem arborização. Toda a vida que se desenvolve nas ruas, desembocará nas praças, onde estarão as feiras, a igreja-matriz, a casa de câmara ou vereação, o pelourinho, onde o povo se junta para ouvir os éditos reais, onde se compra, se vende, se rouba, se faz política, se prostitui. A cidade muçulmana não possui tal espaço, logo, ele será uma característica peculiar das cidades cristãs. Alguns estabelecem diferenças muito nítidas entre praças, largos, terreiros e rossios, embora só o último tenha sido associado, quase sempre a um espaço externo à cidade, para uso coletivo ou futuras expansões. Em determinados lugares e tempos (inclusive no Brasil), a expressão “ir à praça”, será sinônimo de ir à cidade propriamente dita, já que, a praça será, por excelência, um lugar urbano.

A quadra: definida por Lamas (1992, p.88) como “um contínuo de edifícios agrupados entre si em anel, ou sistema fechado e separado dos demais; é o espaço delimitado por três ou mais vias e subdivisível em parcelas de cadastro (lotes), para a construção de edifícios”. Sua forma varia muito, mas em especial, na cidade medieval portuguesa, será retangular, obedecendo ao traçado das ruas e as condições topográficas do terreno, algumas vezes, excessivamente comprida, quando inserida em cidades mais lineares. Inseridos na quadra, estarão o lote, o edifício e o logradouro ou quintal.

O lote: é a forma de parcelamento da quadra, não podendo ser dissociado do edifício e de seu quintal. O lote medieval português se caracterizará por ser estreito e comprido. As posturas e

as necessidades do dia-a-dia tenderão a estabelecer uma medida média para a sua testada que acompanhará o português ao redor do mundo: de 4,0 a 6,0m de largura, com um comprimento variável, mas quase nunca inferior ao dobro dessa largura (LAMAS, 1992).

O edifício: indissociável do lote, vai compor a cidade sob seu aspecto palpável e tridimensional. Nas cidades medievais portuguesas, será voltado para a rua, possuindo uma ligação direta com ela. Em seus fundos, correspondentes ao fundo lote, ficará o logradouro ou quintal, comumente usado para a plantação de hortaliças e/ou a criação de pequenos animais.

O monumento ou edifício singular: aqui pode ser considerado tanto o monumento mnemônico, quanto o edifício singular, mais identificável, hoje, como tal (RIEGL, 1984, p. 35-62). Os pelourinhos, colunas, cruzeiros, as igrejas, capelas, catedrais, palácios, alcáçovas, ruínas, marcarão determinados espaços da cidade, tornando-os ainda mais singulares. Sua presença na paisagem urbana servirá, inclusive para estabelecer traçados e balizar percursos (SOUZA e FERRAZ, s.d.).

Obviamente, os elementos supracitados (Foto 1.1), guardadas as devidas adaptações, foram utilizados no processo de urbanização das colônias portuguesas em todo o mundo – não se fazendo necessário entrar em detalhe no funcionamento da cidade medieval portuguesa – salvo a inexistência de mourarias e judiarias e, de um modo geral de muralhas na escala em que elas ocorrem nas cidades portuguesas, a cidade colonial portuguesa no Brasil será um reflexo de seu modelo metropolitano (salvo, obviamente em certas experiências urbanísticas só tentadas nas colônias).



Foto 1.1: Foto aérea da cidade de Bezerros, um dos três objetos da pesquisa, em meados do século XX – 1) a rua; 2) a praça; 3) a quadra; 4) o lote; 5) o edifício e 6) o monumento ou edifício singular; adaptado de Lamas (1992).

Fonte: SOUTO MAIOR, 1981.

A utilização de tais métodos, que envolvem desde História até o estudo da Morfologia Urbana segue a linha de pensamento desenvolvida por Hanson (1989, p. 42), que parece considerar a crescente e necessária relação entre as duas disciplinas supracitadas. A lógica do trabalho segue um ordenamento simples onde cada elemento auxilia o outro na compreensão do problema: para se entender o processo de formação e desenvolvimento das cidades do Agreste surgidas a partir do século XVIII buscou-se discutir o que é cidade, quais os seus processos e leis de formação; quais as particularidades da cidade portuguesa e suas relações com o processos históricos e sócio-econômicos que lhes serviram de pano de fundo; como essa cidade é transplantada para o Brasil; quais as suas particularidades e, por fim, até onde suas características intrínsecas de formação, desenvolvimento e morfologia podem ser encontradas nos objetos de estudo.

2. AS ORIGENS DA URBANÍSTICA PORTUGUESA – DAS CIDADES ROMANAS AO RENASCIMENTO

Seria impossível, porque não dizer irresponsável, descrever o processo de surgimento e evolução de qualquer cidade brasileira, principalmente do período colonial, sem uma visão, ao menos geral de como surge, evolui e funciona sua antecessora direta: a cidade portuguesa. Com o intuito apenas de elucidar alguns fatos histórico-morfológicos que envolvem a urbanística portuguesa, este capítulo servirá para situar previamente a questão, mostrar que todo fato tem sua origem, deixando claro que, o estudo da urbanística portuguesa, onde se incluem os objetos dessa pesquisa ainda é um campo quase que inexplorado, com inúmeras lacunas que só serão preenchidas com décadas de pesquisa.

2.1. AS CIDADES DA LUSITÂNIA ROMANA (133 A. C.-SÉCULO V)

Conquistada a Península Ibérica pelos romanos em 133 a . C., ano da queda de Numância, último reduto celtibero, inicia-se o processo de romanização da região. Com a divisão provincial que desmembrou a Hispânia, criou-se a Lusitânia, província que mais tarde corresponderia à maior parte do atual território português.

Os romanos, ao conquistarem aquele território, encontraram uma cultura pouco afeita à vida urbana (CARVALHO, 1989). Os celtas, que ocupavam a região na época da conquista, tinham seus maiores núcleos urbanos na forma das citânias, sendo as mais conhecidas, as de Sanfins (Foto 2.1), em Paços de Ferreira e Briteiros (Foto 2.2), ao norte de Guimarães (POWELL, 1965); cujas características principais eram: a localização em um sítio elevado e amuralhado e a construção de moradias de pedra de planta circular. Há que se considerar que, mesmo com a romanização, a cultura castreja não foi totalmente erradicada pelo urbanismo romano, com sua ocupação perdurando até a invasão visigótica do século V. Sua característica forma de escolha de sítios elevados para o assentamento, que também era uma característica dos assentamentos urbanos muçulmanos, como se verá mais adiante, continuou sendo apropriada pela urbanística portuguesa até a Era Moderna.



Foto 2.1: Citânia de Sanfins – Paços de Ferreira, Portugal. Fonte: POWELL, 1965.

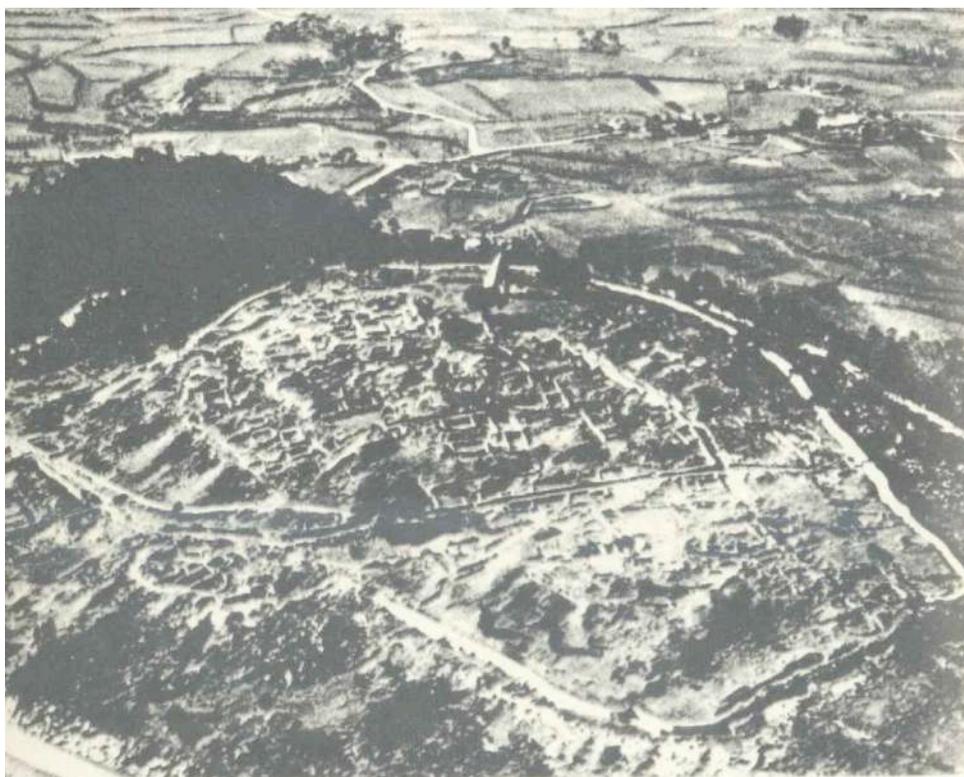


Foto 2.2: Citânia de Briteiros – Guimarães, Portugal. Fonte: POWELL, 1965.

No processo de romanização da Lusitânia, foi criada uma eficiente rede urbana, obviamente conectada com as outras províncias ibéricas – a Tarraconensis e a Bética – através de um bem estruturado sistema viário, onde se destacavam as seguintes vias: *Via Augusta*, *Emerita Caesar Augustam*, *Asturica Tarraconem* e a *Emerita Asturicam* (ALARCÃO, 1973) (Fig. 2.1).



Fig. 2.1: A rede urbana e as principais estradas do sistema viário romano na Península Ibérica – século I d.C..Fonte: <http://www.empresas.futurnet.es>, 2001.

As principais cidades romanas da Lusitânia eram *Emerita Augusta* (Mérida, hoje na Espanha) – capital da província, *Ebora* (Évora), *Conimbriga* (Foto 2.3), *Bracara Augusta* (Braga), *Aquae Flaviae* (Chaves), *Felicitas Julia Olissipo* (Lisboa), *Pax Julia* (Beja) e *Scalabis* (Santarém). As duas últimas formavam com a capital, os três *Conventus Juridicus* da província (sedes das divisões político-administrativas da província).



Foto 2.3: Vista geral de *Conimbriga*, próxima a Condeixa-a-Velha, Portugal. Fonte: www.turbanhead.com.

Os assentamentos urbanos romanos trataram de reciclar e sobrepujar os castros celtiberos. Ao contrário destes, as cidades romanas surgidas *ex novo* são construídas na planície, estabelecendo uma relação clara com as *villae* rurais – tanto para o consumo próprio quanto para o escoamento da produção agrícola.

Quanto ao traçado, não há muito o que discorrer: a cidade colonial romana na Lusitânia, gerada a partir de acampamentos militares ou colônias para os veteranos do exército romano, será regular, com os eixos centrais definidos pelo *cardus maximus* (norte-sul) e o *decumanus maximus* (leste-oeste), onde, invariavelmente se desenvolverá o fórum com seus edifícios públicos: a cúria, a basílica, os templos e monumentos, circundados pelo centro comercial e este pelos bairros residenciais (Fig. 2.2).

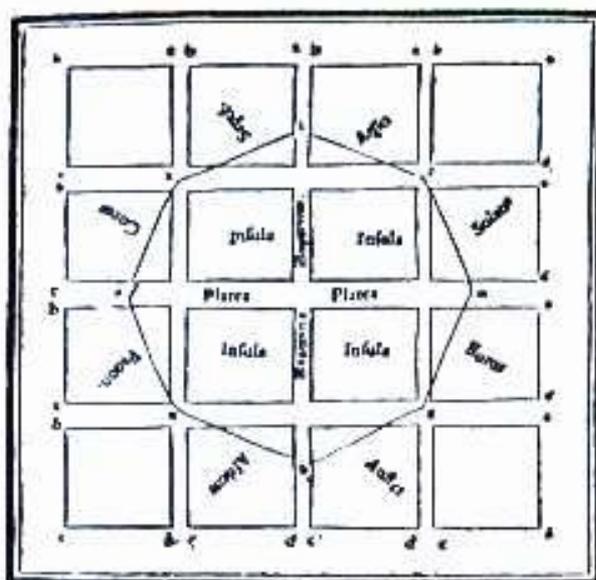


Fig. 2.2: O modelo da cidade colonial romana segundo o tratado de Vitruvius. Fonte: BENEVOLO, 1983.

As escavações em cidades como Braga, Beja e Lisboa identificaram a presença de termas, teatros, *insulae*, cloacas, muralhas, etc.. Como a Hispânia e suas províncias eram ricas na produção de trigo e na extração de ferro e cobre, bem como de pescado, as cidades romanas da região, em especial as da Lusitânia, apresentaram, durante a permanência do poderio romano, um desenvolvimento excepcional, como pode ser observado pelos inúmeros achados arqueológicos que tem sido postos à mostra desde o século XIX (ALARCÃO, 1983).

As cidades romanas obedecerão à classificação segundo a sua importância:

Civitas – cidades onde o exercício da cidadania era plena, sendo toda a sua população formada por cidadãos do império;

Municipium – núcleos urbanos onde, inicialmente, os habitantes não tinham cidadania plena, não possuindo direito a voto; posteriormente, na fase final do império, seus habitantes passaram a ter cidadania plena;

Conventum – como já foi dito, núcleos urbanos que serviam como sedes da subdivisão administrativa provincial e de tribunais.

Estes núcleos urbanos se desenvolverão até o século III da nossa era, quando se inicia a crise que levará à derrocada final do Império em 476. A Lusitânia permanecerá romana até as invasões do século V, quando alanos, visigodos e suevos se encarregarão de destruir as cidades luso-romanas, dando lugar a uma ocupação rural que se valerá da estrutura física das antigas *villae* (Foto 2.4), sedes das grandes fazendas, que servirão de abrigo para as populações que abandonarão as cidades devido à crise geral na região. Neste ponto, vale salientar que CARVALHO (1989) informa que, mais adiante, as cidades medievais portuguesas deverão seu surgimento, muito mais a estas *villae*, do que aos restos das cidades romanas que sobreviverão aos bárbaros e aos muçulmanos – esclarecendo, porém que o sítio das antigas *villae*, nem sempre é exatamente o mesmo sítio das atuais cidades, teoria que precisa de um estudo arqueológico mais aprofundado para alicerçar sua validade.

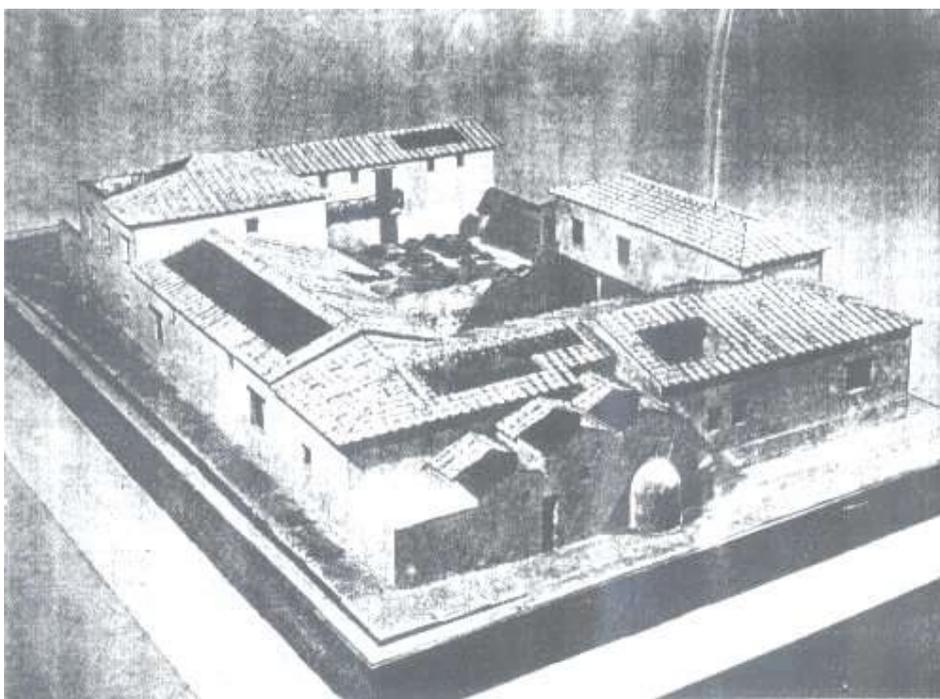


Foto 2.4: Maquete de uma *villa* romana – habitação rural que, segundo Carvalho (1989) teria servido de base para o desenvolvimento de grande número das cidades medievais portuguesas. Fonte: BENEVOLO, 1983.

Considerando o que afirma CARVALHO (1989), o processo de formação de algumas ou da maioria das cidades medievais portuguesas seguirá o seguinte processo: as cidades romanas são destruídas; a população dispersa irá para a zona rural e lá, encontrarão refúgio junto às *villae*, grandes sedes de propriedades rurais romanas, dotadas de uma estrutura quase auto-suficiente (BENEVOLO, 1983, p. 196-197) e que, mais tarde, com o acúmulo de população e o crescente aumento de suas funções tanto no nível interno quanto em relação ao território adjacente, resultará na formação de núcleos urbanos.

Autores como Faria (1999) e Teixeira (2000) consideram que o estudo dos assentamentos castrejos e das cidades romanas ainda se encontram num estágio muito pouco desenvolvido, estando ainda por serem elucidadas as tramas que levam à evolução urbana em Portugal entre o período romano e a Idade Moderna. Apesar da confirmação documental da presença romana e de suas realizações no território que hoje é Portugal, nota-se que as escavações efetuadas no tecido de cidades “vivas” como Évora, Lisboa, Beja ou Serpa (Fig. 2.3), ainda não foram suficientes para avaliar a extensão da influência e da permanência das idéias romanas na urbanística portuguesa.

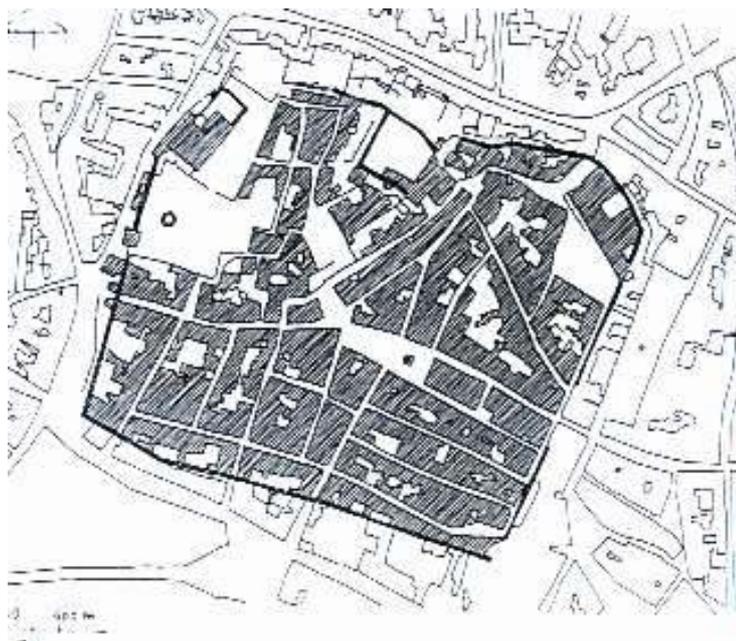


Fig. 2.3: Serpa, Portugal – o castro romano ainda perceptível apesar das modificações do período medieval.

Fonte: LAMAS, 1992.

2.2. AS CIDADES SOB O DOMÍNIO VISIGÓTICO E O PERÍODO MUÇULMANO (SÉCULOS V – XII)

Quando em 411, o imperador Honório entrega a Lusitânia aos alanos, após uma longa guerra civil, as cidades romanas já se encontravam “desde o século III, a esbater-se lenta, mas firmemente” (CARVALHO, 1989, p.12). Ainda no século V, os alanos são vencidos pelos visigodos (415-417), causando mais ruína ao combalido sistema urbano luso-romano, estes, por sua vez, são expulsos pelos suevos. Estas contínuas invasões, seguidas de massacres, saques e destruições durou, praticamente, até o início do século VIII, acelerando o processo de desurbanização da Lusitânia, causando o abandono de muitas cidades (TEIXEIRA, 2000), algumas, inclusive, desaparecendo por completo para terem seus restos arqueológicos descobertos apenas no século XX (ALARCÃO, 1983). Durante este período, no território que

hoje é Portugal, restaram apenas as cidades que tinham importância para a Igreja Cristã, como foi o caso de *Bracara Augusta* (Braga) que era sede de bispado, ou aquelas que mantiveram sua importância comercial em meio a crise do Império, como *Olissipo* (Lisboa); a maioria das cidades como *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha), destruída pelos suevos em 468 e *Pax Julia* (Beja), vai aos poucos desaparecendo e sua população, sem segurança e sem perspectivas diante do quadro geral de ruína social e econômica se volta para as áreas rurais, em torno das antigas *villae*.

A chegada dos muçulmanos em 711 vai alterar definitivamente a forma das antigas urbes romanas, quase que totalmente abandonadas por essa época, mas, ao mesmo tempo, reativando as redes urbanas existentes no período romano e desarticuladas durante o domínio visigodo – garantindo, de certa forma, a continuação da antiga tradição urbana a partir do aproveitamento das estruturas urbanas pré-existentes, mas arruinadas (FERNANDES, 1992, p. 99-101). As cidades portuárias, como *Olissipo*, chamada pelos muçulmanos de *Aschbouna*, hoje Lisboa (Fig. 2.4), tiveram um grande desenvolvimento neste período, tornando-se centros comerciais importantes durante o período muçulmano, o mesmo ocorrendo com grande parte das cidades do sul de Portugal como Silves, Mértola (antiga *Myrtillis*) e Faro (antiga *Ossonoba*).

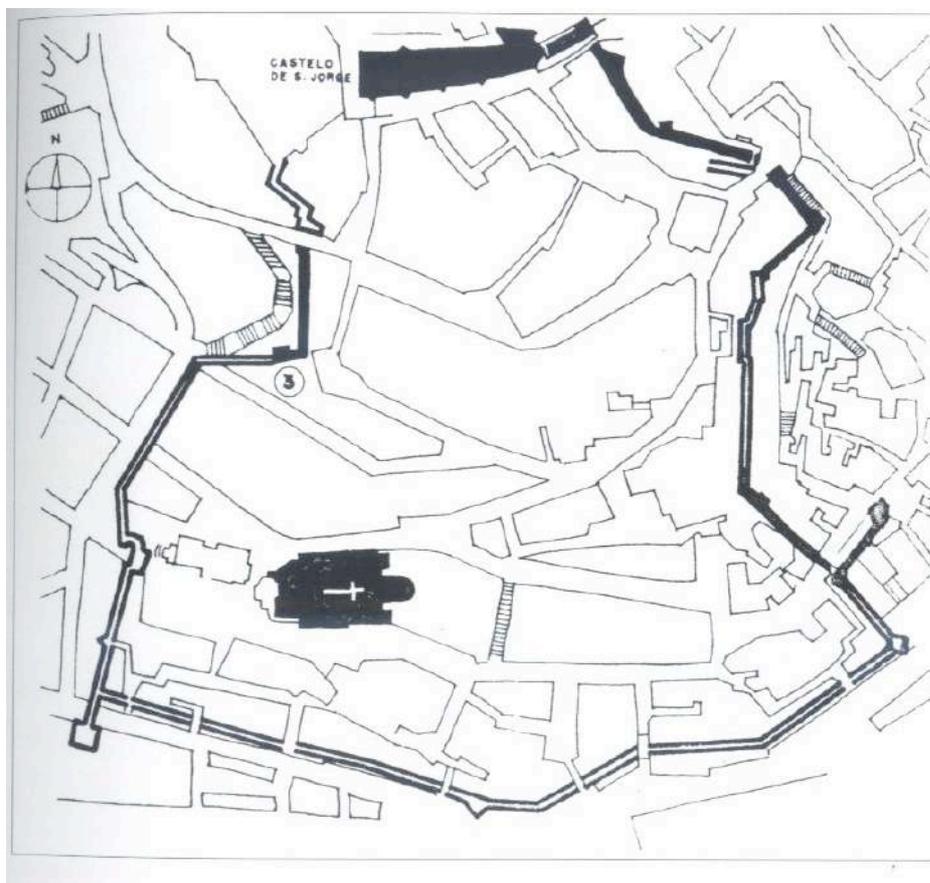


Fig 2.4: A alcáçova de *Aschbouna*, hoje, região do Castelo de São Jorge, na Alfama em Lisboa, Portugal. Fonte: LAMAS, 1992.

Avessos à vida pública, os muçulmanos vão moldar as antigas urbes ibéricas segundo o seu modo de vida, criando cidades que no dizer de Orlando Ribeiro (citado por FERNANDES, 1992, p. 99):

Obedecem a um conceito que é, em tudo, contrário ao dos romanos: casas com pátios internos; ruas estreitas e emaranhadas onde cada esquina fornece um refúgio para o ataque ou a defesa; becos sem saída que levam à privacidade dos lares e à vida familiar longe do alvoroço das ruas.

Na configuração desta cidade, vão prevalecer segundo Carvalho (1989, p. 13 e 16), três parâmetros fundamentais na cidade muçulmana na Península Ibérica: a necessidade de defesa; a questão climática e a questão religiosa.

O primeiro parâmetro trata da questão da proteção da cidade contra as invasões – para tanto fazem-se necessárias tanto as muralhas, a cercar toda a cidade, quanto a alcáçova, fortaleza inserida no tecido urbano, geralmente em posição mais elevada e capaz de resistir mesmo depois da ocupação da cidade propriamente dita (Foto 2.5). A alcáçova na urbe muçulmana servia como uma cidadela, o último reduto para onde eram levados os dignitários da cidade após a perda da cidade baixa, conhecida como almedina e, estava posicionada de modo a garantir uma rota de fuga para fora do tecido urbano, como era o caso da de Lisboa, localizada onde hoje é o castelo da São Jorge e que, até o século XV, possuía uma saída para o Arrabalde dos Mouros (Fig. 2.5), fora dos muros da cidade (RODRIGUES, citado por CARVALHO, 1989, p. 27). A forma das ruas, labirínticas e em terreno acidentado servia para evitar e/ou atraparlar ao máximo a incursão de invasores, que se viam perdidos num labirinto de ruas, vielas e becos estreitos, resultantes também do segundo parâmetro.



Foto 2.5: Vista de Mértola, Algarve, Portugal, com sua alcáçova ao fundo, dominando a cidade. Fonte:

www.portugaltravelguide.com.

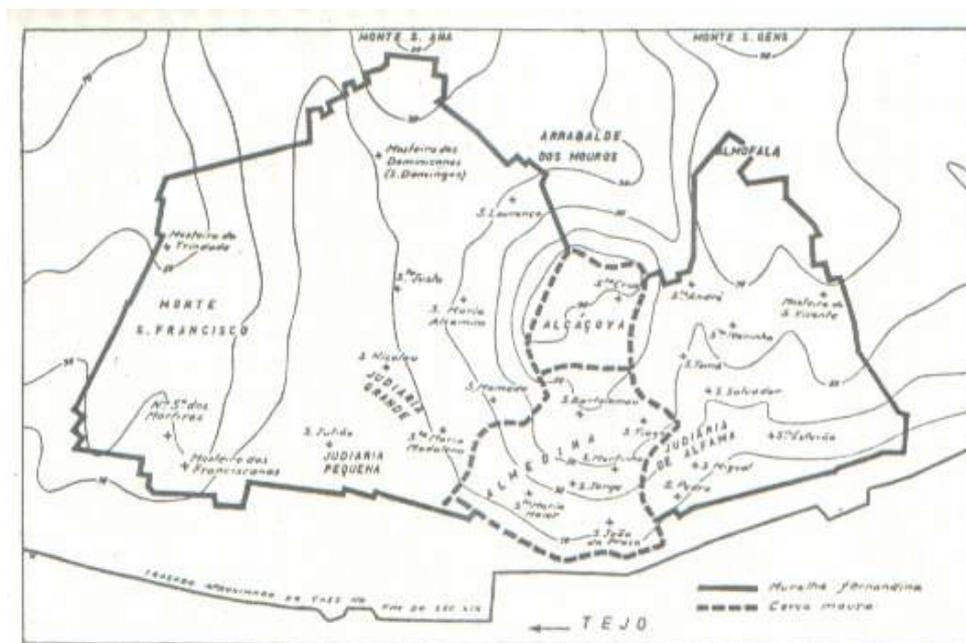


Fig. 2.5: Lisboa no século XV – a cidade já se apresenta expandida a leste e oeste, além da antiga cerca de *Aschbouna*, mas a alcáçova ainda mantém uma saída para o exterior. Fonte: CARVALHO, 1989.

O segundo parâmetro – a questão climática – moldou as cidades de forma a se protegerem dos rigores climáticos, principalmente do sul de Portugal, abaixo do Douro, resultando em ruas estreitas para que não fossem atacadas pelos inclementes raios do Sol (Foto 2.6), tão estreitas como as que os cruzados que auxiliaram Dom Afonso Henriques em 1147 encontram em Lisboa (Foto 2.7), havendo na cidade poucas dessas ruas com “mais de oito pés de largura” (CARVALHO, 1989, p. 16).



Foto 2.6: A *Casbah* de Argel, Argélia, numa fotografia de 1905 – além das ruas serem estreitas, os balcões de madeira, que também foram comuns nas cidades portuguesas, contribuíam ainda mais para evitar a passagem dos raios do Sol. Fonte: wwcom.net, 2002.



Foto 2.7: Uma rua do bairro da Alfama, Lisboa, Portugal. Apesar das casa não serem originais, a morfologia do bairro preserva a herança árabe. Fonte: www.tabioto.com, 2002.

Por fim, o terceiro parâmetro – a questão religiosa – que molda a sociedade muçulmana de maneira indelével, vai gerar uma cidade que não possui espaços de convivência, pois, com exceção da mesquita (Foto 2.8) e do bazar, todas as relações interpessoais se darão dentro de casa, espaço sagrado por natureza, local da reza, da meditação, do jejum (Foto 2.9). Ruas largas, praças, terreiros inexistem, servindo os becos e vielas apenas para separar uma casa da outra e não para favorecer os encontros. A própria localização do bazar, próximo à entrada e à muralha, indica a tentativa de estabelecer um distanciamento deste espaço de encontro, inclusive com indivíduos de fora da cidade, do resto da cidade, alheia a esse tipo de coisa (GOITIA, 1989, p. 64-65).



Foto 2.8: A antiga mesquita de Mértola no Algarve, Portugal, hoje convertida em igreja cristã – a mesquita era um dos poucos espaços de convívio social da cidade muçulmana. Fonte: www.portugaltravelguide.com, 2002.

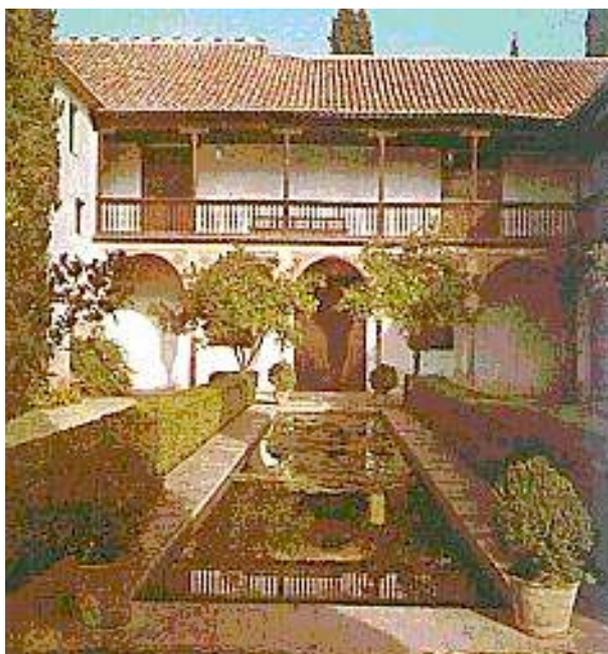


Foto 2.9: O pátio de uma casa mourisca da Espanha – a *Casa del Chapiz* em Granada (século XVI), expressa todo o intimismo da morada muçulmana. Fonte: www.csic.es, 2002.

Sendo assim, a cidade muçulmana vai diferir completamente das cidades romanas pré-existentes, alterando sua forma de maneira a torná-las praticamente irreconhecíveis, não aproveitando nada da sua estrutura e decretando o seu fim definitivo. Ao mesmo tempo, do ponto de vista morfológico, esta cidade não vai ser tão antagônica à cidade portuguesa cristã medieval, com exceção da sua escala, superior aos assentamentos urbanos cristãos do norte de Portugal e da falta de espaços públicos característicos da cidade ocidental.

Não sendo, obviamente uma característica única da cidade ibero-muçulmana, a forma tortuosa do seu traçado será sempre lembrada mais tarde como algo desordenado e que deve ser evitado, porque contrário à civilização ocidental (GOITIA, 1989, p. 63), sendo que, em Portugal, mais do que na Espanha, sua presença será muito mais rápida e eficazmente obliterada, mas não totalmente apagada. A presença do urbanismo muçulmano permanecerá até os dias de hoje em cidades como Lisboa (bairros da Alfama e Mouraria), Mértola, Silves, Faro, Sintra, Lagos, etc..

Vale frisar que, no atual estado das pesquisas sobre a evolução da cidade portuguesa persistem, como no caso da cultura castreja e das cidades romanas, inúmeras lacunas no que tange ao estudo da influência muçulmana na urbanística portuguesa, incluída aí a cidade colonial portuguesa no Brasil. Teixeira (2000) aponta apenas dois estudos relativos ao tema

da influência do urbanismo muçulmano na cultura urbanística portuguesa¹, apontando a vastidão do assunto e a necessidade premente de um estudo aprofundado sobre o mesmo.

2.3. AS CIDADES PORTUGUESAS (SÉCULOS XII – XVI)

A origem da nação portuguesa advém das lutas da Reconquista, processo progressivo de retomada da Península Ibérica das mãos do domínio muçulmano que se iniciou ainda no século VIII, a partir dos reinos das Astúrias. A fundação do Condado Portucalense no século X é o ponto de partida para a atual nação portuguesa. Afonso Henriques proclama a independência de Portugal em 1140, tornando-se seu primeiro rei. Conquista *Aschbouna* em 1147, rebatizando-a de Lisboa e tornando-a a capital do reino. As lutas contra os muçulmanos só vão terminar no reinado de Dom Afonso III (1248-1279) com a conquista definitiva do Algarve, que determina a configuração geográfica de Portugal que permanece até os dias de hoje (Fig. 2.6).



Fig. 2.6: O processo de Reconquista da Península Ibérica. À esquerda, Portugal, com as fronteiras atuais em laranja, que, como se pode ver, foram totalmente definidas entre 1210-50. Fonte:

<http://geocities.yahoo.com.br/frenandomcvbr/reconquist.html>, 2003.

A cidade medieval portuguesa surgida durante estes acontecimentos será ora um amálgama de todas as formas de se “fazer cidades” utilizadas na Lusitânia até e além do surgimento da nacionalidade, ora terá uma feição diretamente oriunda de cada cultura em

¹ - GASPAR, Jorge. A propósito da cidade muçulmana. *Finisterra*, 5 (1968), 12-31 e MARQUES, H. de Oliveira. A permanência do elemento muçulmano na história de Portugal após a “reconquista”: o caso da Cidade de Lisboa. *Novos ensaios de História Medieval*, (Lisboa, 1988), 96-107.

separado, resultando em uma difícil definição do que venha a ser esta cidade – ao passo que, o que essa cidade possa ter de particular, não se distanciará de modo extremo de suas contemporâneas européias . Ainda há que se considerar que, a cidade medieval portuguesa englobará em seu tecido três culturas distintas: a cristã, a muçulmana e a judaica (mourarias e judiarias), que estabelecerão três formas de se apropriar do espaço urbano e que, pelas características desta pesquisa, não serão objeto de discussão, cabendo apenas alertar para a questão dentro do estudo da urbanística portuguesa. As morfologias urbanas variarão conforme for mais forte esta ou aquela influência: castreja, romana, muçulmana ou resultante do “urbanismo cristão”, como diz CARVALHO (1989). As variações morfológicas irão desde cidades absolutamente regulares, como as surgidas nas fronteiras ou no norte do país, até aquelas onde até hoje perdura a influência muçulmana, que só foi alterada no sentido de garantir aos cristãos os espaços onde estes desenvolvem a vida urbana: os mercados, pátios, praças, rossios, largos, inexistentes ou bastante diferenciados na urbe mourisca (GOITIA, 1989). De antemão, seria possível dizer que, a maioria das cidades medievais portuguesas funcionarão da mesma maneira, independentemente de sua forma, sendo então lícito afirmar que a cidade portuguesa funcionará sempre do mesmo modo seja ela de planta regular ou não e é este funcionamento que será transplantado para o Brasil, igualmente instalado em formas urbanas diferentes. A cidade medieval portuguesa careceu durante muitas décadas de estudos sérios que analisassem tanto sua história quanto sua morfologia, à luz de critérios científicos e alijada de olhares preconceituosos e românticos. Nas três últimas décadas do século XX, intensificaram-se esses estudos no intuito de compreender a complexidade da cidade portuguesa e a extensão de sua influência em todas as regiões outrora ocupadas pelos portugueses – Brasil, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Goa, Damão, Diu, etc. – todos esses territórios fizeram parte do antigo império colonial português, aliado a isso, o século XX assistiu a um processo incessante de destruição do patrimônio edificado em todo o mundo e, em particular em Portugal e nas suas ex-colônias, o que, de certa forma também abriu os olhos dos estudiosos para a necessidade de preservação desses espaços e o seu estudo para uma maior compreensão de modos de ser e de vivenciar a cidade, levando-se em conta as modificações de conceito para algo tão antigo quanto a civilização humana.

A idéia da cidade medieval portuguesa envolve um modelo padrão, encontrado em quase toda a Europa ocidental, reconhecido pelo senso comum (GOITIA, 1989, p. 88-89): pequena; cercada por muralhas; com ruas e vielas estreitas; uma praça; uma igreja e um “castelo”, torre de menagem ou alcáçova e um rossio ou campo a envolver a urbe, usado como área de cultivo comum ou para futuras expansões da cidade. Obviamente, uma

quantidade muito grande das cidades medievais portuguesas corresponderá a essa descrição que pode ser exposta quase como uma gradação de elementos: Existirão muralhas circundando a urbe com portas que darão para as “ruas direitas” que desembocarão em praças onde existirão feiras ao ar livre ou sob “telheiros”, quase sempre em frente à matriz ou catedral e à câmara; na praça principal estará a coluna do pelourinho, símbolo do poder municipal e, as ruas, estreitas ou largas, abrigarão toda a miríade de ofícios que, quase sempre lhes darão nome (rua dos Sapateiros, rua dos Ourives, rua dos Tanoeiros, etc.) e que serão complementadas pelas ruas de serviço nos fundos dos lotes. Mas, esta mesma descrição não pode ser generalizada, como foi dito acima – a complexidade do estudo das cidades medievais portuguesas impossibilita tal simplificação, ao mesmo tempo em que, dentro da heterogeneidade das formas, haverá a possibilidade de classificação dos seus elementos morfológicos básicos já citados e descritos no Capítulo I (rua, quadra, lote, praça, monumento) comuns tanto às cidades cristãs e muçulmanas “cristianizadas” quanto às vilas novas, surgidas em Portugal entre os séculos XII e XIV, num fenômeno similar ao que deu origem às *bastides* francesas (GOITIA, 1989, p. 94-99) .

Estudiosos como Carvalho (1989), Teixeira (1998, 2000), Valla (1998), entre outros, consideram a existência de dois modelos básicos para a cidade medieval portuguesa: a cidade nortista, de “tradição cristã” que guarda uma ligação maior com a regularidade dos antigos traçados romanos – entre elas Viana do Castelo (Fig. 2.7), Monsaraz, Nisa, etc. – e a cidade do centro sul, de tradição muçulmana, de morfologia mais complexa, de ruas estreitas e quadras irregulares – entre elas Lisboa, Évora (Fig. 2.8), Faro, Alcácer do Sal, etc. – a partir destes dois grandes grupos, surgirão outras composições (incluindo, claro, as vilas novas) que obedecerão a uma característica crucial do urbanismo português, herança do urbanismo mediterrâneo antigo: a adaptação da forma urbana ao sítio onde ela se assenta.



Fig. 2.7: A Cidade de Viana do Castelo, norte de Portugal, da *Planta de Vianna, Barra e Castello...*, 1758, de autoria de Gonçalo Luís da Silva Brandão – o núcleo circular central da cidade (século XIII) apresenta a regularidade característica do urbanismo nortista. Fonte: AVCUP, 2000.

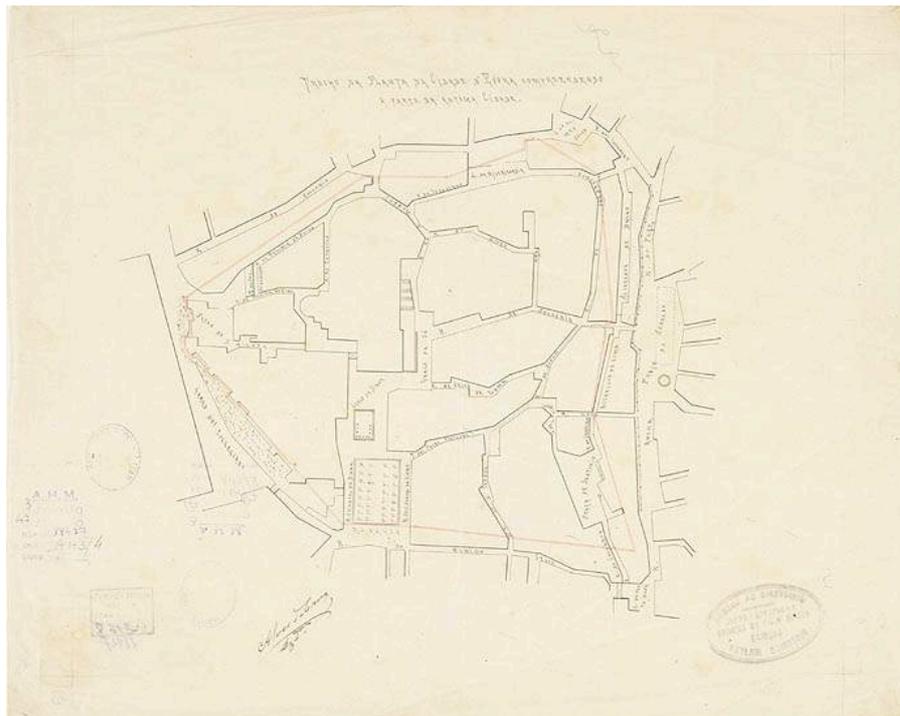


Fig. 2.8: A cidade de Évora, Alentejo, sul de Portugal, do *Trecho da planta da Cidade d'Evora...*, s.d. – a estrutura da antiga *Ebora* romana foi totalmente alterada durante a ocupação muçulmana. Fonte: AVCUP, 2000.

A ocupação urbana do território português após a instituição da nacionalidade, no século XII, seguindo um processo de renascimento urbano em toda a Europa, vai se dar também de duas formas básicas, que serão utilizadas (mas não em todos os casos) mais tarde na ocupação urbana do Brasil: 1) As cidades do *hinterland* português vão se desenvolver de forma mais “livre”, seguindo um processo de agregação de elementos que sempre se adaptam

ao território pré-existente, inclusive, adaptando muito pouco a feição das cidades muçulmanas como já foi dito anteriormente, e 2) As cidades de fronteira, seja terrestre ou marítima, onde predomina um maior controle e regularidade formal.

Neste ponto, cabe frisar que os estudos mais recentes tem exacerbado a regularidade da cidade medieval portuguesa, talvez, no intuito de imputá-la como um produto eminentemente mental, estudado e lógico, como se só assim, ela merecesse respeito e consideração, salientando, no entanto que, se isso não parece tão claro à primeira vista, é porque, ao mesmo tempo em que é lógica, ela se preocupa em adaptar-se ao terreno onde se fixa (CARVALHO, GASPAR e TEIXEIRA, citados por MADEIRA, 2000).

É oportuno lembrar que a cidade medieval portuguesa manteve-se praticamente intacta ao longo dos séculos posteriores ao medievo. Uma série de fatores sócio-econômicos, cuja análise não cabe neste trabalho, fez com que as cidades portuguesas conservassem sua forma e seus modos de ser e de funcionar. Mesmo durante o Renascimento, que em Portugal coincidiu com as grandes descobertas e a um grande acúmulo de capitais – a cidade medieval portuguesa pode ter-se tornado anacrônica, mas nem por isso tornou-se uma mera reminiscência do passado: ao contrário do que se possa pensar, mesmo Lisboa, a capital de um grande império ultramarino, manteve suas estruturas medievais quase que inalteradas até o terremoto de 1755 (FRANÇA, 1977, p. 17-56).

A cidade portuguesa do século XVI não vai se transformar magicamente ao sabor das teorias de Serlio, Vignola e outros. O acúmulo de riquezas não será suficiente para transformar o tecido urbano existente. Em Lisboa, especificamente, as grandes intervenções urbanísticas do século XVI serão a Ribeira do Paço (Fig. 2.9) e a construção do Bairro Alto, sendo este último, cuja autoria se desconhece, considerado por França (1977, p. 27) como “experiência única, e único fenómeno de urbanismo racional em Lisboa antes da catástrofe de 1755” (Fig. 2.10).

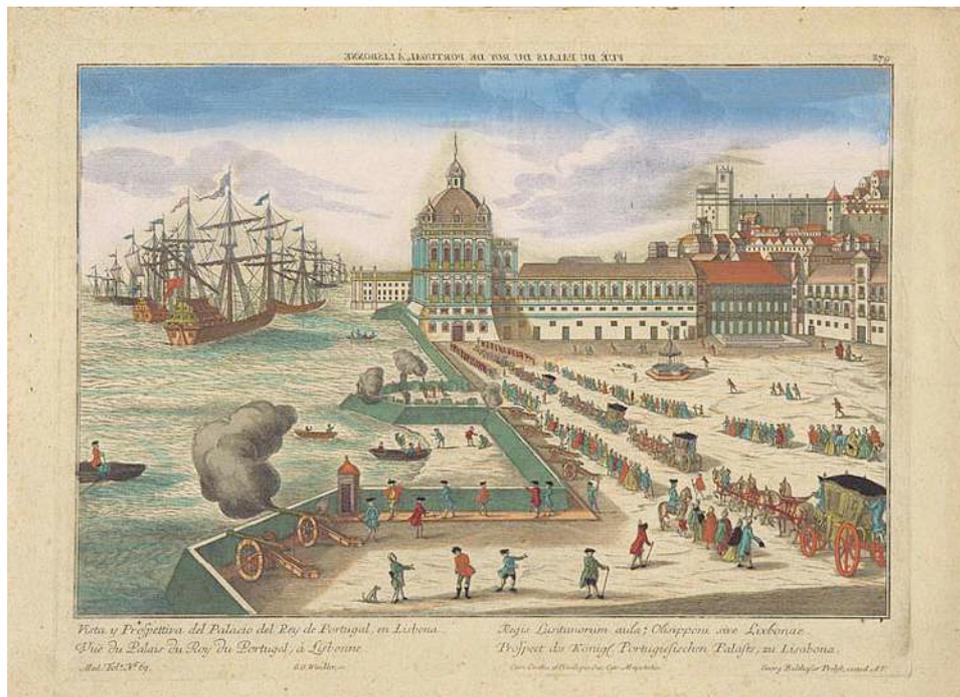


Fig. 2.9: A Ribeira ou Terreiro do Paço, da *Vue du Palais du Roy de Portugal à Lisbonne* de Balthasar Probft, s.d., em época anterior ao terremoto de 1755 – vê-se o grande largo e, ao fundo, o palácio real projetado por Filippo Terzi, no final do século XVI, tidos por França (1977), juntamente com o Bairro Alto, como as únicas grandes realizações do Renascimento na Lisboa quinhentista. Fonte: AVCUP, 2000.

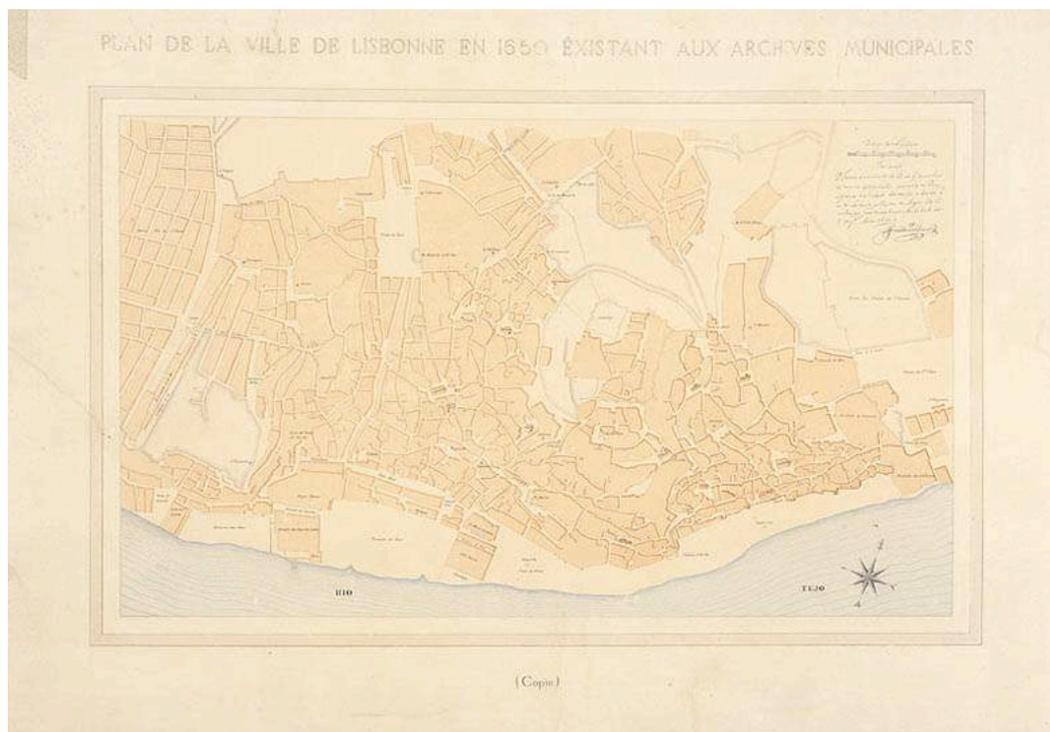


Fig. 2.10: O *Plan de la Ville de Lisbonne em 1650 existant aux Archives Municipales*, cujo levantamento, elaborado por João Nunes Tinoco, foi o primeiro feito para a cidade – Lisboa mantém a sua estrutura medieval intacta, notando-se apenas à margem do Tejo, abaixo à esquerda, o Terreiro do Paço e no alto, à esquerda, a malha de ruas em ângulo reto do Bairro Alto. Fonte: AVCUP, 2000.

O próprio França (1977) expõe de maneira clara o processo de permanência dessa Lisboa medieval às vésperas do terremoto de 1755, o que leva à dedução de que, se na capital do reino foi assim, o que dirá dos outros núcleos urbanos do reino – distantes da capital e dos capitais obtidos nas novas terras conquistadas:

Um cronista da época, exilado em Londres, chamava Lisboa de uma “fermosa estrivaria”. Para Mercier não era mais que “uma cidade de África”. Era, em suma, uma cidade medieval que nenhum abalo social, no decorrer dos séculos tinha podido alterar. Se estudarmos uma continuação de vistas panorâmicas de Lisboa desde o século XVI até 1755 damo-nos conta de que a cidade, crescendo, não mudara...As estruturas urbanas continuavam a ser as do velho burgo medieval...sem plano nem proporções – salvo nas ruas “modernas” do Bairro Alto. As outras eram, como sempre “estreitas, sujas e incômodas”, diz-nos um viajante das vésperas do terramoto, e só nessa altura um decreto previu o traçado de ruas que dessem passagem a duas carruagens² [grifo nosso].”

Observa-se pelo texto acima a permanência da estrutura da cidade medieval amparada talvez por questões culturais, mais que sócio-econômicas, já, ao que tudo indica, o capital adquirido na época dos grandes descobrimentos poderia ter transformado aquela e outras cidades. Tão não aconteceu, isso é certo – com exceção do plano de reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755 (Fig. 2.11) , empreendido na administração do Marquês de Pombal específico para as áreas destruídas (não houve a reconstrução da cidade e sim de uma parte dela), a cidade medieval portuguesa permanecerá até os dias de hoje mais ou menos preservada, se não em todos os seus aspectos, ao menos em sua morfologia.

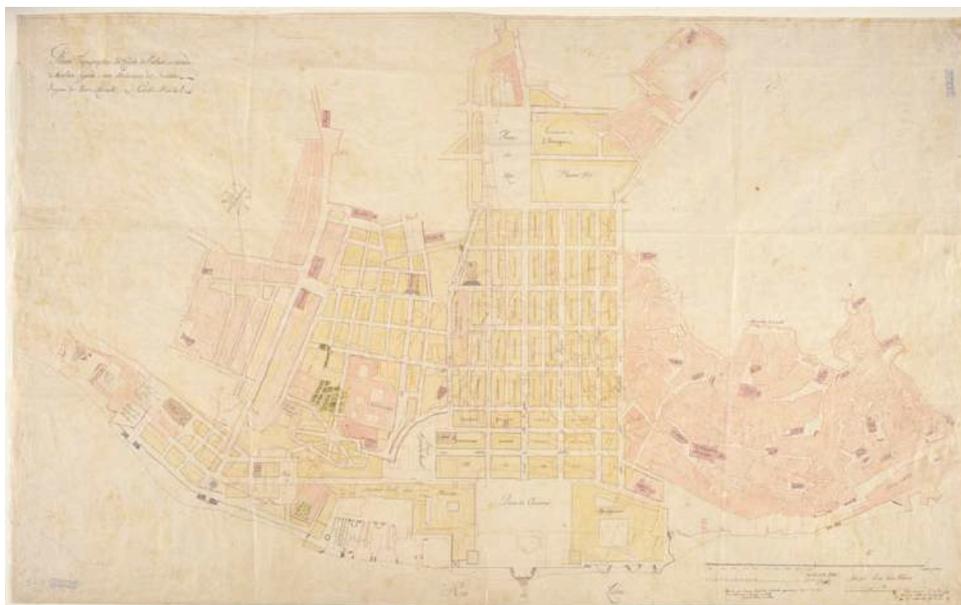


Fig. 2.11: A *Planta Topographica da Cidade de Lisboa arruinada...também segundo o novo alinhamento dos Architectos Eugenio dos santos e Carvalho e Carlos Mardel*. Fonte: AVCUP, 2000.

² - Decreto de 25 de agosto de 1755 (FRANÇA, 1977, p. 54).

Outro ponto que deve ser salientado no processo de evolução das cidades medievais portuguesas é a teoria levantada por CARVALHO (1989) e amparada em alguns trabalhos arqueológicos relativamente recentes que preconiza a importância das antigas *villae* romanas no surgimento daquelas cidades. Mesmo não desenvolvendo a idéia, parece que a mesma leva a um raciocínio encontrado, por exemplo, na transformação de grandes propriedades rurais coreanas em vilas e cidades (CHOI, 2001), o que parece apontar para uma certa universalidade do processo. As *villae*, grandes estabelecimentos rurais do período romano, servirão, a partir do século V como lugar de afluxo da população expulsa das cidades, arruinadas pelos constantes saques dos alanos, suevos e visigodos. Inseridas num contexto rural e, portanto, distantes dos assédios comuns aos centros urbanos, as *villae* tendem a ser locais mais seguros para a população que, passa então à proteção de um senhor rural. O processo que leva à transformação da *villa* rural em um assentamento urbano, no caso específico das cidade portuguesas, não está devidamente explicado nos textos consultados – certamente, não foi um fenômeno imediato, mas deve ter relação com outros casos similares em outros países europeus e mesmo fora da Europa. O desenvolvimento desta idéia seria de fundamental importância no sentido de tentar relacionar, mais adiante, os processos que levaram espaços rurais a se tornarem espaços urbanos: as *villae* romanas no atual território português a partir do século V e as fazendas de gado do Agreste a partir do século XVIII.

2.4. A LEGISLAÇÃO PORTUGUESA: AS ORDENAÇÕES AFONSINAS, MANUELINAS E FILIPINAS

A nação portuguesa, surge a partir de 1140, mas as leis que deveriam reger o modo de vida português não foram imediatamente estabelecidas e organizadas. Uma das compilações de leis mais usadas era a antiga *Lex Romana Visigothorum*, aplicada a quase toda a península ibérica desde o século V. Alguns autores citam as Cortes de Lisboa de 1211 como a mais antiga legislação portuguesa, estabelecidas no reinado de Dom Afonso II e cuja principal característica era a manutenção dos direitos individuais.

No entanto, foram as Ordenações Afonsinas a primeira coletânea oficial do direito português – entraram em vigor em 1447, no reinado de Dom Afonso V. A partir daí, as leis passaram a se revestir de forma normativa (VAINFAS, 2000). As Ordenações Afonsinas foram atualizadas no reinado de Dom Manuel I, resultando em duas versões: a de 1512, não aprovada pelo rei e a de 1521, aprovada e utilizada até 1603, quando foram substituídas pelas Ordenações Filipinas, ao tempo do reinado de Filipe II – durante a União Ibérica entre Portugal e Espanha (1580-1640) (VAINFAS, 2000).

No âmbito deste trabalho, interessam as leis relativas à organização municipal e às sesmarias – os Livros I e V das Ordenações – que mais tarde serão trazidas para o Brasil quase sem alterações. As demais leis relativas ao ordenamento da forma urbana e do funcionamento de todas as atividades existentes nas cidades e vilas surgirão na forma das posturas de caráter sanitário e estético (MADEIRA, 1999) a partir do reinado de Dom Manuel I, gerando regras para as cidades sem, no entanto, estabelecer modelos rígidos para a forma urbana (CHOAY, 1985). Além da legislação portuguesa é interessante ressaltar que, com a União Ibérica (1580-1640), a legislação urbana espanhola, em especial a *Recopilación de las Leyes de los Reynos de las Indias*, também será levado em consideração – publicada em 1584 e com um capítulo destinado ao ordenamento físico das vilas e cidades coloniais, a *Recopilación* certamente influenciou a maneira o processo de urbanização no Brasil durante a união política de Portugal e Espanha.

As Ordenações versavam sobre todos os aspectos da vida portuguesa, estabelecendo normas de condutas, punições para crimes e, o que interessa a esta pesquisa: a forma de se administrar uma cidade ou vila e a forma de se distribuir e usufruir das terras do reino. De antemão, vale acrescentar que, as Ordenações não eram transformadas a cada vez que eram “renomeadas” e sim, adaptadas e/ou atualizadas de acordo com as necessidades do seu tempo, adaptações essas de caráter sutil e, às vezes não muito perceptível.

A partir de uma leitura das partes relativas à administração municipal, observa-se que o corpo administrativo se faz presente apenas em vilas e cidades, não existindo em povoados ou lugares. As Casas de Câmara ou Vereações, com poder para legislar e julgar se farão presentes nas sedes dos municípios, comarcas ou freguesias, sendo estabelecido um perímetro de jurisdição além do rossio das sedes, que no Brasil será limitado, de uma forma geral, em 6 léguas para cada lado da dita vila ou cidade. Observa-se desde já que os instrumentos de aplicação da lei, ou seja, as Câmaras, não se estabelecerão em todos os núcleos urbanos. Não cabe aqui detalhar os aspectos formais da administração municipal portuguesa – é importante ressaltar que o transplante dessa administração para o Brasil foi imensamente prejudicado pela falta de recursos existente em grande parte da colônia que ia desde a falta de numerário para pagar pelo levantamento do pelourinho, até a falta de uma sede para a própria Câmara (ZENHA, 1948, p. 43). Vale também ressaltar de maneira clara que as Ordenações não estabeleciam a forma das cidades e vilas, que, como se verá mais adiante, era determinada segundo circunstâncias bastante particulares.

Na realidade, o que se observa no tocante à administração das vilas e cidades do período colonial é que, se estas se serviam das Ordenações para gerir a sociedade e os próprios atos da administração, as Câmaras é que determinarão, quando era necessário e

imprescindível (e nem sempre era), as leis e editais necessários ao ordenamento ou melhoramento do núcleo urbano. Observa-se uma preocupação inicial muito maior com a função do que com a forma, que só mais tarde e principalmente a partir do século XVIII, em alguns casos, será considerada preponderante para a afirmação da soberania da coroa portuguesa sobre a população (DELSON, 1997). A idéia de cidades crescendo “ao Deus dará”, tão decantada por Holanda (1995, p.93-138), não será sintoma de falta de leis ou de descaso para geri-las, mas muito mais de uma adaptação a uma situação econômica às vezes proibitiva para a execução de tais leis, alvarás e editais, resultando num núcleo urbano surgido mais de uma lembrança do seja a cidade (no caso, a cidade medieval portuguesa) do que de uma imposição régia de como a mesma deveria ser.

Quanto à legislação referente às sesmarias, as Ordenações foram cumpridas à risca no Brasil colonial, disponibilizando, desde o alvorecer da ocupação, terras a quem solicitasse, só que em proporções nunca antes imaginadas no reino (PORTO, 1965, p.41).

A sesmaria foi definida em lei no reinado de Dom Fernando (1367-1383) no intuito de ocupar as terras devolutas do reino; sendo posteriormente inserida nas Ordenações Afonsinas e continuada pelas subseqüentes era uma área de terra inculta e pertencente à fazenda real que podia ser solicitada por qualquer um, desde que este se comprometesse a cultivá-la ou nela criar gado, pagando um dízimo anual de valor irrisório (PORTO, 1965, p. 29-30). Muitas sesmarias foram doadas em Portugal, nos primeiros séculos da nacionalidade, principalmente em áreas de fronteira, com o objetivo de povoar estes territórios, garantindo, ao mesmo tempo, a produção de gêneros alimentícios para o reino. As sesmarias seriam revertidas à Coroa caso o solicitante, no prazo de um ano, não cultivasse a terra. Não existe a obrigação de, no território da sesmaria, se estabelecerem povoados ou vilas. De fato, nas Ordenações não existe qualquer determinação acerca de onde, como e quando devem ser fundadas vilas ou cidades.

Quando a sesmaria foi introduzida no Brasil, ainda no século XVI, esta já apresentava extensões absurdas, já que “por maior que fosse a generosidade, sempre restaria espaço para atender a todos” (PORTO, 1965, p. 82). Mesmo com as tentativas de limitação surgidas a partir do início do século XVII, o processo de distribuições de imensas áreas não cessa – surgem sesmarias que podem a ser medidas em quilômetros quadrados e não mais em hectares tão gigantescas eram as suas dimensões. Famílias como os Ávilas e os Guedes de Brito dominariam áreas maiores que certos países europeus no Sertões de Pernambuco, Bahia e Piauí (BARBALHO, 1983, v. 8, p. 37).

Novas tentativas de limitações do tamanho das terras doadas serão tentadas no final do século XVII: a Carta Régia de 20 de janeiro de 1699 pretendia disciplinar a doação de novas

sesmarias, que deveriam ter, no máximo de 3 léguas por 1 légua, mas esta medida e outras mais serão contestadas e/ou ignoradas já que não seria possível reverter uma situação surgida nos primórdios da colonização: se os primeiros tiveram direito a imensas datas de terra, por que os demais não teriam? Mais adiante serão analisadas as conseqüências do sistema sesmarial no processo de ocupação da então capitania de Pernambuco

Origem do latifúndio no Brasil (PORTO, 1965), a sesmaria ou melhor dizendo, o sesmeiro, travou ao longo de todo o período colonial uma guerra surda com a Coroa e seus representantes no intuito de manter e ampliar seu domínio e poderio ao ponto de, em casos onde o sesmeiro não causasse problemas diretos à administração colonial, a Coroa deixá-lo “em paz”, gerindo seus domínios como melhor lhe aprouvesse (BARBALHO, 1983).

2.5. AS CIDADES NO BRASIL-COLÔNIA – SÉCULOS XVI-XVIII: ALGUNS COMENTÁRIOS E ANÁLISES

Para efeito deste trabalho, será considerado o ano de 1532 como o ano 1 da urbanização portuguesa no Brasil, a partir da fundação da Vila de São Vicente, atualmente no Estado de São Paulo (ZENHA, 1948, p. 24), fechando o período estudado no ano de 1822, ano da nossa independência em relação a Portugal – feitorias e fortificações, de um modo geral, extremamente precárias, levantadas antes de 1532 não serão levadas em consideração por não se caracterizarem como assentamentos urbanos (SANTOS, 1968, p.72). Uma visão geral do processo de urbanização no Brasil no período citado será traçada com base nos estudos realizados por autores como Zenha, Reis Filho, Santos, Holanda e Omegna, já citados anteriormente, e que serviram de base para estudos mais recentes de Delson, Teixeira, Valla, Rossa, Flexor etc., associados a textos sobre a ocupação do espaço (ANDRADE, BARBALHO, etc.), textos históricos e alguns documentos dos séculos XVI, XVII e XVIII. O objetivo principal destas linhas é situar, de maneira breve o problema da cidade colonial portuguesa no Brasil ou da “cidade portuguesa do Brasil” (SANTOS, 1968, p. 5), chamada aqui, para efeito de simplificação meramente de cidade colonial brasileira, informando sobre o atual estágio das pesquisas e teorias sobre o assunto, e como estas informações podem ser úteis para a compreensão do processo de surgimento e formação das cidades do Agreste, objetos desta pesquisa.

O processo de urbanização do Brasil, movido pelos portugueses foi um processo de transplante da estrutura urbana lusa para a colônia. As cidades coloniais brasileiras procurarão em tudo repetir as formas e os modos de ser e agir de suas matrizes portuguesas, obviamente, eivadas da precariedade inerente à colônia. É fato que essa precariedade levou a certas

adaptações que mais tarde serviriam para caracterizar mais claramente as cidades coloniais brasileiras, mas de um modo geral, parece ser perda de tempo advogar pela exacerbação das diferenças.

Fundada em 1532 por Martim Afonso de Sousa, a Vila de São Vicente foi a primeiro núcleo urbano surgido no Brasil, seguido em 1535 por Igarassu e 1537 por Olinda, ambas em Pernambuco (GUERRA, 1970, p.23-50). A primeira cidade veio a ser Salvador (Fig. 2.12), a capital do governo-geral, instituído em 1548 e instalado nesta cidade em 1549 (REIS FILHO, 1968, p.85).



Fig. 2.12: A cidade de Salvador, da *Planta de Restituição da Bahia*, de João Teixeira Albernaz (1631) – Fonte: AVCUP, 2000.

A essas vilas e cidade, seguiram-se dezenas de outras. Não cabe aqui descrever romanticamente o processo de estabelecimento desses núcleos urbanos, como alguns autores já fizeram, enaltecendo este ou aquele donatário que construiu com as próprias mãos suas vilas e cidades – é importante, mais uma vez, salientar a precariedade como se assentavam essas unidades urbanas, independente do seu grau de importância e, ao mesmo tempo, salientar a idéia de organização inerente a todas elas.

Por muitas décadas as cidades coloniais brasileiras foram vistas de forma simplista como sendo desordenadas, caóticas e destituídas de uma organização, sendo constantemente comparadas com suas contrapartes da América espanhola, sempre ordenadas, regulares, retilíneas. Ora as análises eram feitas de forma veementemente crítica, destacando o problema da desordem (HOLANDA, 1995, p. 93-138), ora evidenciando o pitoresco ao compará-las com as cidades medievais tão elogiadas em suas soluções singulares, poéticas, etc. (SANTOS, 1968, p. 66). Só a partir do final da década de 1960 começam a se esboçar estudos mais

cientificamente elaborados sobre o problema, só que, desta vez, enaltecendo uma organização evidentemente existente, mas nem sempre fácil de ser visualizada. Não cabe a este trabalho desenvolver este ponto – seguramente, é possível corroborar a lógica estruturadora das cidades coloniais brasileiras, mas não convém associá-la sempre a formas regulares.

O processo de urbanização nos dois primeiros séculos foi eminentemente litorâneo – a existência da extensa mata de pau-brasil numa estreita faixa que ia desde o atual Rio Grande do Norte até São Paulo, a instalação de engenhos relativamente próximos aos portos, a escassez da população e o assédio dos índios foram alguns fatores preponderantes para esta situação (SIMONSEN, 1977; VAINFAS, 2000). Some-se a estes, o fato dos colonos ainda não terem encontrado metais preciosos na colônia, o que só viria a ocorrer no final do século XVII, resultando na colonização dos atuais territórios de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Os primeiros núcleos urbanos como Olinda, Igarassu, Rio de Janeiro (Fig. 2.13) e São Paulo, vão se instalar em elevações, seguindo um modelo castrejo-muçulmano comum a inúmeras cidades portuguesas (CARVALHO, 1989; FERNANDES, 1992). Mesmo Salvador, que alguns autores afirmam ser a primeira cidade que possuiu uma orientação quanto à sua forma (REIS FILHO, 1968) seguiu este mesmo processo, refletindo uma cultura urbanística que não poderia ser desprezada de uma hora para outra: a cidade possuía sua “alcáçova” – a cidade alta da administração, dos nobres e da Igreja e sua “almedina” – a cidade baixa, do comércio, do porto, dos oficiais mecânicos, do povo enfim, mesmo que esta só tenha se desenvolvido a partir do início do século XVII, o que demonstra, por outro lado, a permanência das formas portuguesas de configuração dos núcleos urbanos – lembrando também que, de modo geral, as cidades antigas, tendiam a surgir em acrópoles e depois se espriarem pela planície circundante (BENEVOLO, 1983, p.88) .



Fig. 2.13: A cidade do Rio de Janeiro, da *Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas Fortificações*, de João Masse (1713) – a cidade desenvolveu-se a partir do Morro do Castelo (embaixo, à esquerda), como nos antigos assentamentos castrejos, apresentado, na planície, uma ocupação regular. Fonte: AVCUP, 2000.

Pode-se afirmar, sem recair em equívoco, que, nos dois primeiros séculos, os núcleos urbanos, de um modo geral, vão apresentar um formato muito próximo das matrizes lusitanas. Não será desenvolvido um urbanismo colonial específico para o Brasil e sim, um transplante da idéia e da forma da cidade portuguesa para os trópicos – a mesma estrutura básica formada por uma área administrativa (no caso de vilas e cidades) situada no cimo de uma colina, ruas que serpenteiam pelas encostas dos morros até a praia e/ou porto e um rossião no seu entorno – é o caso claro de Olinda (1537), Salvador (1549) e Rio de Janeiro (1565), citando aquelas que surgiram como vilas ou cidades, com propósitos administrativos claros. Até mesmo Salvador, fundada para ser a capital do Governo Geral da colônia, foi fundada sem uma planta: SANTOS (1968, p. 40) informa que “o Regimento [de Tomé de Sousa] não cogitava o plano da cidade”. A cidade, que apresentou uma planta com certa regularidade, mas não totalmente em forma de quadrícula, foi o fruto de idéias desenvolvidas por Luís Dias, arquiteto da armada de Tomé de Sousa, que “trazia ‘amostras’ de planos de cidades” (SANTOS, 1968, p. 40), possivelmente renascentistas, mas mesmo assim, o resultado final foi descrito por Teodoro Sampaio (citado por SANTOS, 1968, p. 40) como “informal, à moda medieva”.

Os núcleos urbanos que surgiam como povoados ou “lugares”, como foi o caso do Povo do Recife (Fig. 2.14) – citado pela primeira vez em 1537 no Foral de Olinda, iam se desenvolvendo segundo uma lógica própria, levando ainda mais em conta as condições do sítio, crescendo de forma lenta e por agregação de elementos unitários, gerando tecidos conhecidos como “informais” (SANTOS, 1968, p. 5), “orgânicos” (KARIMI, 1997, p. 06.1).

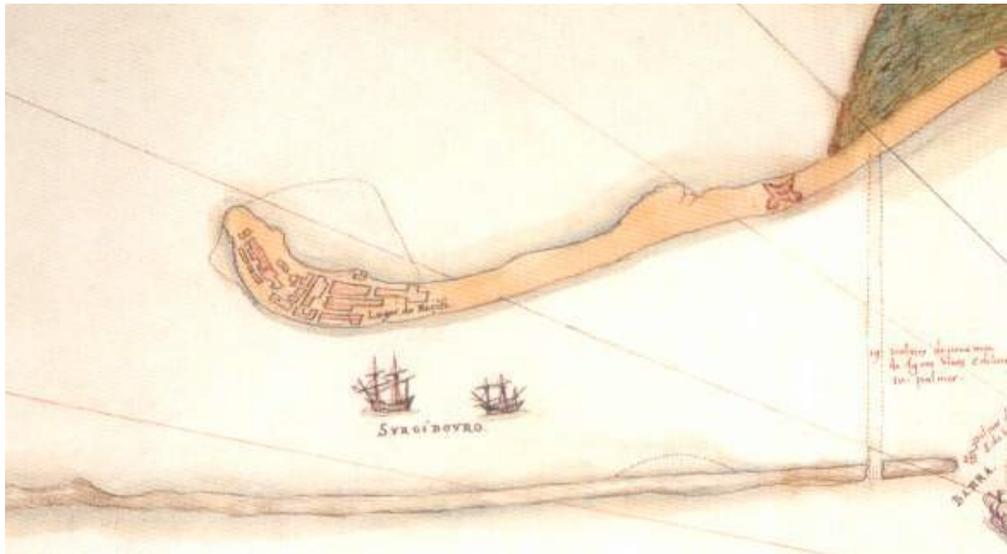


Fig. 2.14: Detalhe do *Porto e Barra de Pernambuco*, de João Teixeira Albernaz I (c. 1631), onde é possível perceber a adaptação do Povo do Recife à conformação do istmo. Fonte: REIS FILHO, 2000.

Este fenômeno vai se dar devido, principalmente à impossibilidade de controle sobre toda a colônia e de um modelo pré-definido para a cidade colonial brasileira – resultando na forma característica desta cidade: ruas estreitas que desembocam em praças, pátios ou terreiros irregulares balizados por igrejas e/ou casas de câmara e rodeadas por plantações em seus rossios, que, no caso dos lugares, sem autonomia administrativa não eram definidos até a sua elevação à dignidade de vilas. Teixeira e Valla (1998, p. 14) explicam de forma clara este fenômeno, tão comum na organização dos núcleos urbanos coloniais:

Cidades cuja construção é menos controlada centralmente e deixada aos cuidados dos vários promotores e interesses privados tende a ser, no seu conjunto, menos regular – do ponto de vista de uma ordem aparente, geométrica – e baseada em princípios de uma cultura urbanística... que usualmente se designam por populares ou vernáculas.

Mais uma vez, cabe voltar ao seguinte ponto: nem todas as cidades coloniais brasileiras foram assim – seus tipos, como disse Carvalho (1989) em relação à cidade medieval portuguesa, são quase tantos quantos foram os núcleos urbanos surgidos entre 1532 e 1822. As cidades citadas apresentam similaridades gerais, mas não são iguais, cada uma possui suas particularidades advindas é claro, das circunstâncias que lhes deram origem.

Corroborando a opinião de Teixeira e Valla, no que tange às diferentes formas dos núcleos coloniais, REIS FILHO (1968, p. 66) salienta que, até o século XVII, “a Coroa procurava deixar aos donatários as principais tarefas de urbanização, outorgando-lhes o poder de criação de vilas” – o que leva a uma maior “liberdade” nas formas dos núcleos urbanos, pela falta de um controle central mais rígido e presente ou, em outras palavras: a falta de meios dos donatários em prover um controle sobre a forma dos núcleos urbanos vai tornar estas formas mais afeitas ao urbanismo vernacular português. Já as cidades, cuja prerrogativa

comercialização do açúcar, passando o resto do ano em suas propriedades rurais. Sendo assim, a maioria, senão a totalidade dos núcleos urbanos deste período vai se caracterizar pela precariedade de suas instalações, porquanto não eram utilizados durante todo o ano pelos detentores do poder econômico e os que neles permaneciam, não tinham condições de alterar essa situação – de um modo geral, os núcleos urbanos serão desprovidos de pavimentação, condições sanitárias mínimas, ordenamento nas construções particulares, sem falar das questões de ordem administrativa: falta de policiamento, condições para a administração (em caso de vila), fiscalização do comércio e serviços, etc. .

Esse estado de coisas perdurará enquanto a colonização e a maior parte da administração da colônia se mantiver nas mãos dos donatários. Com as invasões francesa no Maranhão (1612) e holandesa (Salvador em 1624 e Pernambuco em 1630, onde permaneceram até 1654), a forma da Coroa encarar a administração, colonização e urbanização da colônia vai se modificar substancialmente. O próprio Reis Filho (1968) considera que, com a paulatina queda do preço do açúcar no século XVII e a relativa derrocada dos senhores de engenho, a Coroa passa a centralizar mais a administração da colônia, o que vai se refletir irremediavelmente na forma da cidade colonial brasileira, mas obviamente, não em todas as cidades, nem em todas as regiões e situações.

Ao que parece, três situações básicas vão determinar a ação direta da Coroa na escolha do sítio e da forma da cidade colonial brasileira, que passará a apresentar uma regularidade similar às suas contrapartes hispânicas, principalmente a partir do século XVII, com maior ênfase na sua segunda metade e ao longo do século XVIII:

- 1) Fronteiras: a Coroa portuguesa, principalmente após a restauração em 1640, vai estabelecer uma rede de vilas e/ou fortificações ao longo das fronteiras com as colônias espanholas, inglesas e francesas desde o Amapá até o Rio Grande do Sul. Os núcleos surgidos aí deverão demonstrar organização, regularidade no traçado e nas construções e asseio, no sentido de manter e facilitar o manejo das tropas e inspirar controle ao inimigo (Fig. 2.16).

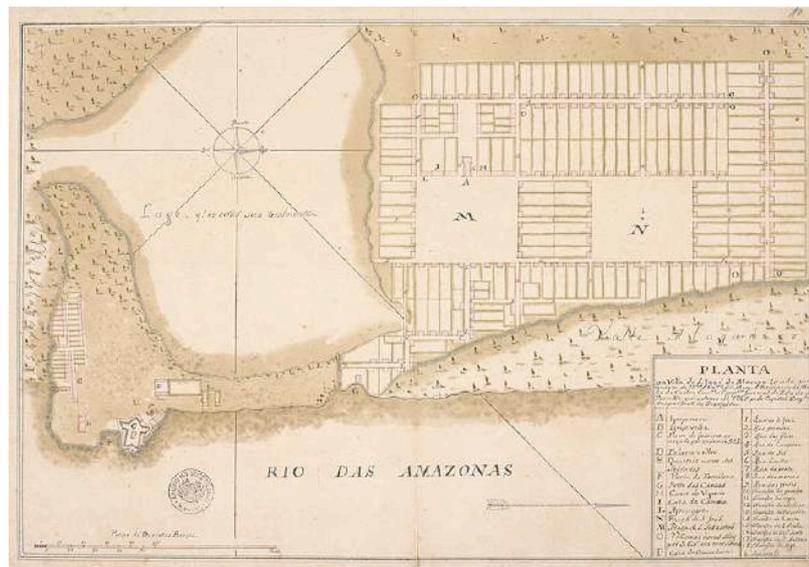


Fig. 2.16: *Planta da Villa de São Jozé do Macapá*, de Gaspar João de Gronfelde (1761) – fundada no extremo norte, próxima às Guianas, a Vila de Macapá apresenta a regularidade característica dos núcleos urbanos de fronteira. Fonte: AVCUP, 2000.

- 2) Regiões de conflito: ao final do século XVII, principalmente no Nordeste (Ceará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte), uma série de conflitos envolvendo sesmeiros, índios e quilombolas resultará na necessidade da Coroa de impor a lei naquela região – esta lei, sob a forma de uma administração melhor organizada, que chegará para manter o controle da sociedade a todo custo, se traduzirá fisicamente em vilas de planta regular, onde até o gabarito e o número de portas e janelas de cada edificação será determinado por alvarás régios. Nesta situação se encaixariam também, os núcleos urbanos surgidos a partir de missões religiosas de catequese das populações indígenas (jesuítas, oratorianos, franciscanos, etc.) que serão aos poucos suprimidas ao longo do século XVIII, principalmente a partir do governo do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (Conde de Oeiras em 1759 e Marquês de Pombal em 1770), sendo substituídas por administrações leigas que aproveitarão a regularidade dos traçados já existentes nas sedes das missões, adaptando-os às necessidades da Coroa e ampliando-os pelo simples rebatimento de quadras, ruas e praças (Fig. 2.17).



Fig. 2.17: O *Mapa Exacto da Villa d' São João da Parnaíba, s.a. (1798)* hoje Parnaíba, no Piauí – fundada em 1761, como forma de garantir o controle da região pela Coroa portuguesa, devido aos conflitos provocados por sesmeiros e indígenas desde o início do século XVIII. Fonte: REIS FILHO, 1998.

- 3) Regiões de mineração: com a descoberta das minas de ouro e mais tarde de diamantes nos atuais territórios de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a partir do final do século XVII e início do século XVIII, vão surgir uma série de núcleos urbanos, muitos deles a partir da fusão de vários arraiais, que serão posteriormente reordenados para, novamente, traduzir fisicamente a autoridade da Coroa. Alguns, como Mariana (Fig. 2.18) e Cuiabá, nascidos de forma “espontânea”, terão projetos de retificação e ordenamento como forma de mostrar o poder das autoridades portuguesas sobre a sociedade local (DELSO, 1997, p. 37).



Fig. 2.18: A planta de Mariana, Minas Gerais, datada de 1796 – o antigo Ribeirão do Carmo foi destruído por uma enchente em 1742, o que favoreceu a sua reconstrução segundo um plano ordenado, como mostram as quadras no alto do desenho. Fonte: AVCUP, 2000.

As demais áreas, desprovidas de conflitos e/ou de grandes interesses para a Coroa continuarão a desenvolver núcleos urbanos segundo uma idéia vernacular da cidade portuguesa, mesmo ao longo do século XVIII e durante o período pombalino (1750-1777), tão “pródigo” em experiências urbanísticas “iluministas” e “renascentistas” (DELSON, 1997).

Numa tentativa de sistematizar o estudo das cidades brasileiras, Santos (1968, p. 70) definiu um sistema de classificação levando em conta o porquê do surgimento das cidades, desde o século XVI até o século XX, sem no entanto levar em conta a sua morfologia. Desta classificação, só as três primeiras, que podem, na realidade ser divididas em seis, se aplicam à formação de cidades no período colonial, associadas à outras duas subclassificações – *cidades itinerantes e cidades de comércio*:

- a) *Cidades de afirmação de posse e defesa da costa e cidades do litoral, em geral;*
- b) *Cidades de conquista do interior/cidades do bandeirismo e da mineração;*
- c) *Cidades de penetração rumo às fronteiras oeste e sul;*

Associado a isso, Santos (1968, p. 50) se aventura na análise morfológica dos núcleos urbanos coloniais, considerando quatro tipos, segundo o seu traçado e evolução ao longo do período colonial:

- a) *Traçados inteiramente irregulares;*
- b) *Traçados de relativa regularidade;*
- c) *Traçados que inicialmente foram irregulares, sendo depois refeitos para adquirirem perfeita regularidade;*
- d) *Traçados perfeitamente regulares.*

No entanto, Santos (1968) não se detém a uma análise morfológica que leve em conta os aspectos constituintes da cidade tradicional (rua, lote, quadra, etc.) nem define critérios para estabelecer porque os núcleos urbanos são totalmente irregulares, relativamente regulares, etc., mas sua tentativa de classificação da cidade colonial brasileira pode ser utilizada na análise de outros núcleos, inclusive os objetos da pesquisa.

Apesar de todas as variações encontradas nos núcleos urbanos coloniais e no seu processo de transformação da forma, de algo mais “informal” para situações de absoluta regularidade, pode-se dizer que os elementos constituintes dessas várias “cidades coloniais” serão reinterpretados no sentido de se manterem fiéis à maneira como a população se apropria da cidade portuguesa típica. Seja ela “orgânica” ou na forma de um tabuleiro de xadrez, a cidade colonial brasileira vai se compor de todos os elementos da cidade tradicional:

A rua: existirá um sistema de vias com designações peculiares, larguras diferentes (ruas largas e estreitas – como a rua Larga do Rosário, no Recife) e usos diferentes; existirá a

rua direita, às vezes ligando ainda uma porta a outra da vila ou cidade, como nas cidades medievais portuguesas; será, igualmente, lugar de passagem e de encontros; existirão as ruas de serviço, de serventia; levarão aos largos, praças, terreiros e rossios.

A praça: não existirá núcleo urbano sem uma, e elas existirão onde houver, inicialmente uma capela ou igreja (ROBA e MACEDO, 2002, p. 15-22) e, mais tarde, casas de câmara e cadeia, feiras. Pode ser praça, terreiro, largo, etc., mas será sempre um espaço aberto onde, num primeiro momento do surgimento dos núcleos urbanos, as atividades sociais, comerciais, religiosas e militares acontecem, num amálgama de funções e que, mais tarde, vão sendo apropriados por novos espaços, especializando-os, mas quase nunca sem a presença do templo.

A quadra: apresentará uma forma sempre próxima ao retangular, adaptada ao terreno, serpenteando-o ou estritamente regular nas vilas com planta definida. Conterá os edifícios e seus quintais, apresentando sempre um contínuo de fachadas de alturas e aberturas mais ou menos variáveis, mas que guardarão uma certa proporção de cheios e vazios. Nas vilas regulares, as fachadas serão estritamente iguais em altura, largura e aberturas, mas manterão a forma tradicional de implantação dos lotes.

O lote: conterá o edifício e seu quintal, mantendo larguras da ordem de 4,0m a 6,0m, aproximadamente (VAUTHIER, 1960, p. 812-813) e comprimentos variando mais que a largura, sendo função da disponibilidade de terreno e quase nunca inferiores a, pelo menos, 5 vezes a largura. De um modo geral essa proporção será a dos lotes das cidades medievais portuguesas (LAMAS, 1992, p. 89).

O edifício : como nas cidades medievais portuguesas, será inserido totalmente no lote (LAMAS, 1992, p. 89), com ligação direta para a rua na sua frente e com o quintal nos fundos (estes se ligando às ruas de serviço). Os edifícios serão, de um modo geral, geminados, formando quadras maciças, às vezes com uma única linha de cumeeira. Só edifícios de grande importância serão isolados – estes, comumente igrejas, conventos e casas de câmara e cadeia serão classificados abaixo como “monumentos” ou “edifícios singulares”, mesmo assim, fica ressalvado que, não era na totalidade dos casos que esses edifícios se encontravam isolados e/ou desagregados das quadras.

O monumento ou edifício singular: na cidade colonial brasileira, será representado pelas igreja, capelas, conventos, casas de câmara e cadeia, pelourinhos, marcos, cruzeiros, chafarizes, oratórios, etc. Quase sempre uma representação de poder, seja ele da Igreja ou da Coroa, ou mesmo da administração da capitania, como no caso da célebre Torre de Duarte Coelho, construída pelo primeiro donatário de Pernambuco em de Olinda, em frente à futura Sé e que, até finais do século XVII se impunha na paisagem olindense como um marco de sua própria fundação (GUERRA, 1970).

Quanto às muralhas, cercas ou paliçadas, ao que parece, presentes em núcleos urbanos como Salvador, Olinda, Recife e Rio de Janeiro, entre outros; sua análise não cabe neste trabalho, em primeiro lugar, devido à falta de estudos aprofundados sobre o assunto – ainda está por se determinar até onde, quando e como tais estruturas foram utilizadas nas cidades coloniais brasileiras e, em segundo lugar e principalmente, porque estas estruturas urbanas não foram utilizadas em nenhum momento no processo de formação dos objetos de estudo.

3. A OCUPAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

O território atualmente ocupado pelo Estado de Pernambuco, já era do conhecimento de navegadores espanhóis desde 26 de janeiro de 1500 (GUERRA, 1970), quando Vicente Yañez Pinzón avistou o cabo de *Santa Maria de la Consolación*, depois rebatizado pelos portugueses como cabo de santo Agostinho, no município homônimo.

Os portugueses demoraram décadas para iniciar a efetiva ocupação do território brasileiro e, em particular do território pernambucano. Durante as três primeiras décadas do século XVI, Pernambuco seria visitado por navegadores portugueses e italianos, corsários franceses e ingleses e só viria a ter seu primeiro assentamento urbano em 1535, ano em que Duarte Coelho toma posse da capitania (Fig. 3.1).

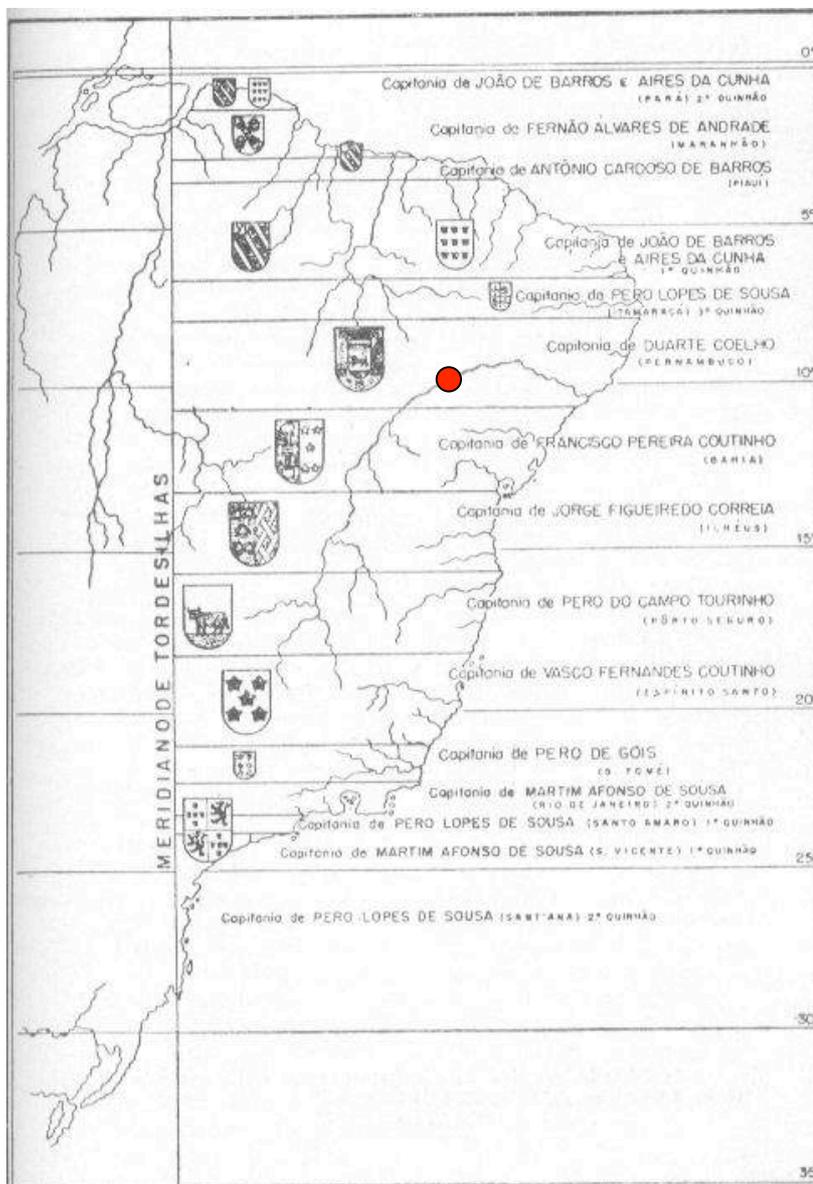


Fig. 3.1: As capitâncias hereditárias segundo Carlos Malheiro Dias (1924) – marcada com um círculo vermelho, a capitania de Pernambuco. Fonte: GUERRA, 1970.

3.1. A OCUPAÇÃO URBANA (1535-1630)

Apesar do estabelecimento de pequenas fortificações de madeira que serviam como entreposto para a estocagem do pau-brasil, chamadas feitorias, em terras hoje pertencentes aos atuais municípios de Igarassu (1516) e Itamaracá (1526), a efetiva ocupação do território pernambucano se deu a partir de 9 de março de 1535, quando da chegada de Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco (GUERRA, 1970; MELLO NETO, 1997). Naquele dia, a esquadra do donatário adentra no canal de Santa Cruz, passando pela feitoria de Itamaracá, fundada pelo navegante português de origem galega Cristóvão Jaques, e funda, numa elevação, a vila de Igarassu, que só se estabeleceria definitivamente após a derrota dos índios Caetés que ocupavam a região.

Deixando em Igarassu um grupo de vianeses, liderados por Afonso Gonçalves, fundador da igreja dos Santos Cosme e Damião, Duarte Coelho parte para o sul, em busca de um sítio melhor para o estabelecimento da sede da capitania. Encontrando o referido sítio 25 km ao sul de Igarassu, numa área ainda mais elevada e de frente ao mar, Duarte Coelho estabelece sua torre e funda Olinda, também chamada de Marim dos Caetés ou Marim d'Olinda, cuja primeira menção escrita data de 12 de março de 1537, no célebre Foral de Olinda (GUERRA, 1970). Quase ao mesmo tempo, 6 km mais ao sul, surge, pelas facilidades do seu porto natural, o Povo dos Arrecifes, hoje Recife. A oeste, começam a surgir os engenhos, muitos dos quais dariam origem tanto a bairros do Recife como Madalena, Casa Forte, Torre, Várzea, quanto a cidades como Camaragibe, São Lourenço da Mata (SETTE, 1948) (Fig. 3.2).



Fig. 3.2: A Vila de Olinda do *Roteiro de todos os sinaes... que há na Costa do Brasil*, de Luís Teixeira (1586) – o mapa mostra a Vila de Olinda, o Povo do Recife e a região adjacente com a indicação dos engenhos, hoje, bairros da cidade. Fonte: TEIXEIRA e VALLA, 1999.

A estrutura das primeiras vilas – Igarassu e Olinda (Fig. 3.3) – obedece claramente aos cânones lusitanos: escolha de um sítio elevado por questões de defesa; praça central balizada por igreja e casa de câmara e cadeia e, no caso de Olinda, a torre do donatário e ruas que, descendo as encostas das elevações, seguem um percurso-matriz (CANIGGIA e MAFFEI, 1995) balizado por igrejas e/ou conventos. Em Olinda, temos como exemplo, a antiga rua Nova (hoje, Bispo Coutinho), que vai da Sé à Misericórdia e, desta à igreja da Graça. Já em Igarassu, o mesmo ocorre entre Cosme Damião, Misericórdia (hoje em ruínas) e o convento de Santo Antônio. O Recife, estabelecido na planura do istmo, desenvolve-se em torno da ermida do Corpo Santo, definindo um ocupação linear, exigida pelo sítio, só ocupando a ilha de Antônio Vaz no século seguinte.

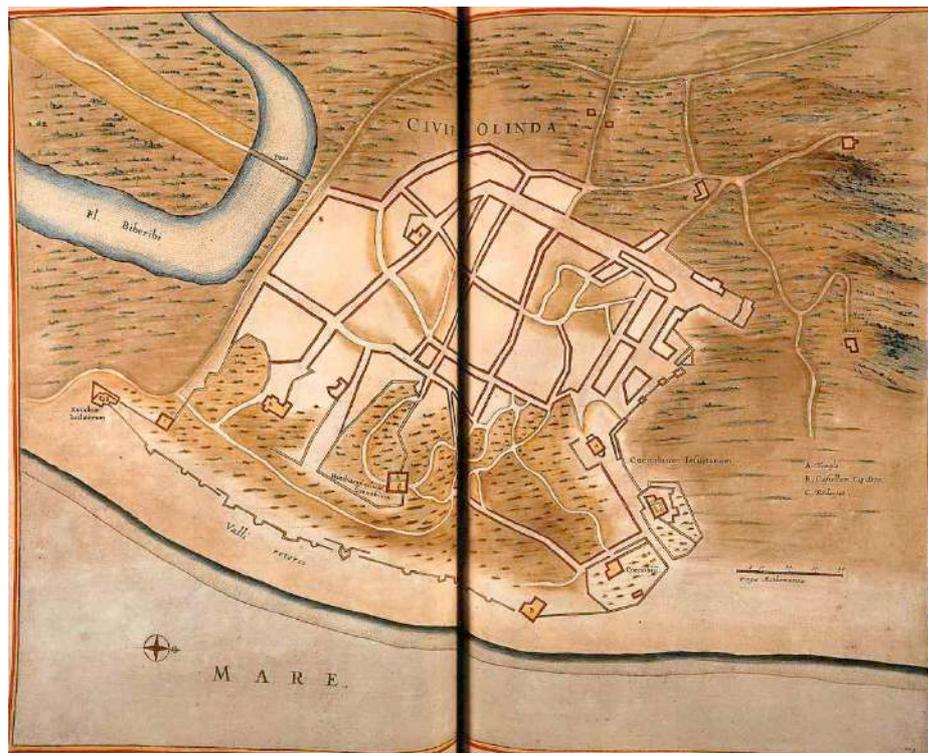


Fig. 3.3: *Civitas Olinda* – planta de Olinda durante o período holandês, que consta obra de Barlaeus, *História dos feitos recentemente praticados...* – as ruas, acompanhando a declividade do terreno, vão ser balizadas por igrejas e conventos. A área livre entre o arruamento e a cerca de proteção era o rossio da vila. Fonte: REIS FILHO, 2000.

Até o século XVII, a ocupação da capitania permaneceria restrita ao litoral e a uma estreita faixa de engenhos na Zona da Mata (ANDRADE, 1994). Duarte Coelho, em busca de riquezas minerais, empreende algumas expedições subindo o rio São Francisco (MELLO NETO, 1997), que era o limite sul da capitania, sem obter sucesso: a Borborema, o grande deserto, permaneceria quase intocado até a saída dos holandeses, cem anos mais tarde.

Apesar da necessidade de ocupação dos territórios a oeste da Zona da Mata, pouco foi feito nas administrações de Dona Brites de Albuquerque (1553-1560) Duarte de Albuquerque Coelho (1560-1578) e Jorge de Albuquerque Coelho (1582-1597) e Duarte de Albuquerque Coelho III (1597-1630), sucessores do primeiro donatário (GUERRA, 1970). Ao final do século XVI, na capitania de Pernambuco, da foz do rio Igarassu, ao norte até a foz do rio São Francisco, ao sul só havia os seguintes núcleos urbanos: Igarassu, Olinda, Recife, Santo Amaro de Jaboatão, Sirinhaém, Ipojuca, Nazaré do Cabo e Alagoas (Marechal Deodoro, hoje no Estado de Alagoas), todos praticamente, no litoral. Considerando que a capitania de Itamaracá foi posteriormente anexada em definitivo a Pernambuco (1763), pode-se incluir nesta lista, a vila da Conceição (Vila Velha), na Ilha de Itamaracá e o povoado de Goiana, no continente. Obviamente faz-se necessário salientar que esse processo de ocupação segue uma lógica de exploração do território que nada tem de irracional, apesar de predatória. Levando-

se em conta o caráter da colonização portuguesa no Brasil, eminentemente mercantilista e baseado em retornos imediatos das ações empreendidas (SIMONSEN, 1977), era de se esperar que, a ocupação, fosse ela urbana ou rural, se daria onde houvesse atividades econômicas rentáveis, no caso, a exploração do pau-brasil e o cultivo da cana-de-açúcar, já que as entradas empreendidas por Duarte Coelho, na década de 1550, não revelaram a existência de metais preciosos no interior da capitania (MELLO NETO, 1997); o que, aliado a um baixíssimo contingente populacional e à necessidade de proteção da costa de corsários franceses e ingleses e à ferocidade das tribos existentes no interior, e mesmo, próximas ao litoral, como os Caetés e Tabajaras, impedia uma expansão maciça em direção ao *hinterland* pernambucano. Neste ponto é importante deixar claro que, em nenhum momento encontraram-se evidências de um plano pré-definido para a ocupação de todo o território da capitania, mas mesmo se este existisse, as dificuldades listadas acima seriam suficientes para, se não anulá-lo, modificá-lo diante da realidade encontrada. A idéia mais próxima, mesmo que vaga, de um plano de ocupação territorial associado à urbanização na capitania de Pernambuco encontra-se no documento intitulado *Doação que fez Jorge de Albuquerque Coelho, 3º Capitão e Governador desta Capitania de Pernambuco aos Padres de S. Bento para poderem fundar Mosteiros em toda a dita Capitania*, originalmente escrito em Lisboa em 6 de abril de 1592 e, posteriormente inserido no *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda de 1764*. O texto, envolvendo doações de terras aos beneditinos e a fundação de vilas nestas terras, a partir do Cabo de Santo Agostinho e daí, em direção oeste merece ser lido no trecho em que discrimina a forma da ocupação e da fundação das vilas sem, no entanto, definir-lhes a forma:

Das duas Legoas de terra do meu Reguengo que tenho no Rio do Histimo a par do Cabo de Santo Agostinho, hey por bem dar aos Frades e Religiosos da Ordem de S. Bento, que forem a minha Capitania fazer e edificar Mosteiros para viverem nelles, fazendo-o assim das ditas duas Legoas lhes faço doaçam de uma Legoa de Largo por Costa, que será a que ficar da banda do Norte e quatorze pela terra a dentro, para que nas primeiras sete Legoas que houver da praya e costa do mar pela terra a dentro seião obrigados da factura deste despacho a cinco annos a fazer uma Villa com seu Castello ou Fortaleza, e dentro da villa ou ao redor della farão um Mosteiro para o que tomarão uma Legoa das ditas sete, em que façam a dita Villa com suas Praças e Rocio e Fortaleza e Mosteiro...e digo que dou quatorze Legoas de terra para que nas primeiras sete da praya do mar pela terra dentro se faça o que acima fica dito e no Cabo das ditas sete Legoas pelo Sertam mais dentro se tomarão outras sete Legoas em que se faça outro tanto. E tanto que cada povoaçam destas tiver de cem moradores para cima hey por bem que se chame Villa...

O plano acima não foi sequer iniciado (Fig. 3.4), o que mais uma vez corrobora a opinião de que a ocupação da capitania se deu segundo as necessidades sócio-econômicas de cada momento histórico e de algumas poucas instruções régias, obviamente ajustadas a certas situações de fato, como no caso de uma Carta Régia de 1701 que proibia a criação de gado a

menos de dez léguas da costa, beneficiando os senhores de engenho que não admitiam perder áreas de plantio da cana-de-açúcar para o pasto (SIMONSEN, 1977. p. 151).

A partir de 1626, com a criação do povoado do Braga, por Diogo de Braga, hoje Vitória de Santo Antão, tem início a ocupação urbana da Zona da Mata (ARAGÃO, 1977, p. 27-31), mais a oeste e já nos contrafortes da Borborema. A povoação situada a 51 km do Recife serviu de posto avançado para os que se arriscavam a penetrar além da serra das Ruças, mas permaneceu como o núcleo urbano mais a oeste até o final do século XVII.



Fig. 3.4: Detalhe do mapa do Brasil de Joanes Blaeu (primeira metade do século XVII), mostrando a ocupação território da capitania de Pernambuco restrita ao litoral, o interior não possui sequer toponímia. Fonte: SIMONSEN, 1977.

3.2. A OCUPAÇÃO DA CAPITANIA APÓS A SAÍDA DOS HOLANDESES EM 1654

Com a chegada dos holandeses em 1630, ficam sustados os planos de avanço em direção ao oeste e ao sul (região do São Francisco). Os mapas holandeses mostram o território conhecido terminando na serra de *Baçira* (sic) ou Passira (Fig. 3.5), a apenas 100 km do Recife (CAMARA CASCUDO, 1956).

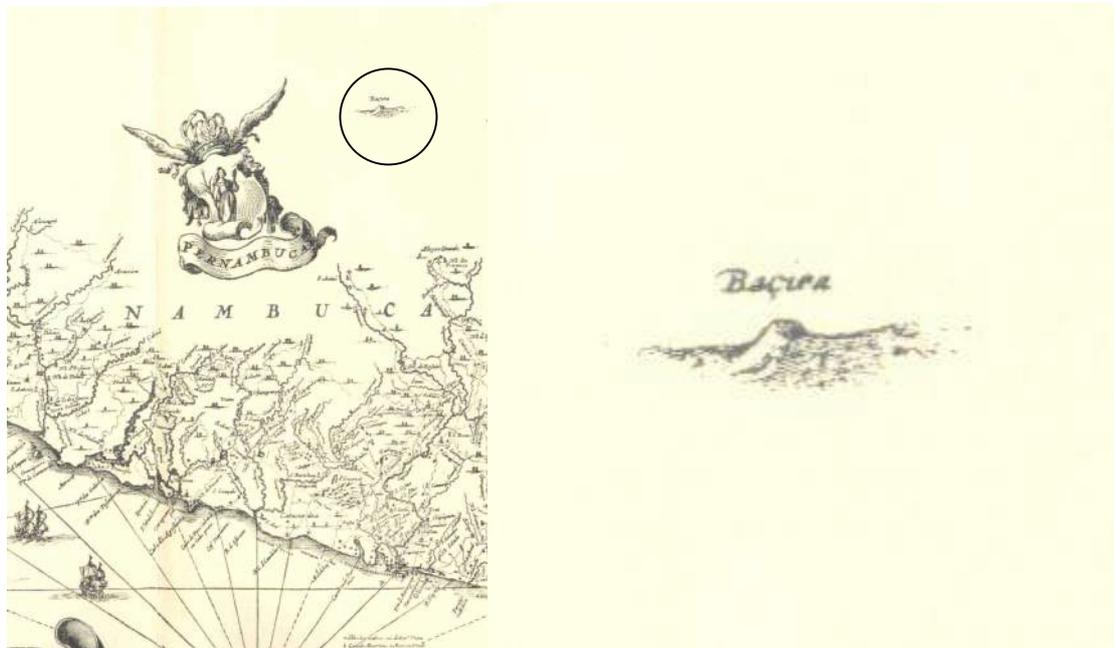


Fig. 3.5: Detalhe do mapa da capitania de Pernambuco, da obra de Barlaeus *História dos feitos recentemente praticados...* – pode-se observar a região efetivamente ocupada pelos holandeses e, a serra de Passira, marcada pelo círculo e em detalhe à direita como sendo o ponto conhecido mais a oeste. Fonte: BARLAEUS, 1980.

Apesar de os holandeses citarem a existência de algumas fazendas de gado um pouco além de Passira, na região do Capibaribe (BARLAEUS, 1974), não há notícias de estabelecimentos holandeses nessa região (MELLO NETO, 1987). Com exceção da Cidade Maurícia (Fig. 3.6), os holandeses vão apenas se utilizar dos povoados e vilas existentes, não contribuindo em nada no processo de ocupação da capitania, seja do ponto de vista urbano ou rural entre 1630 e 1654, ano de sua retirada do território pernambucano.

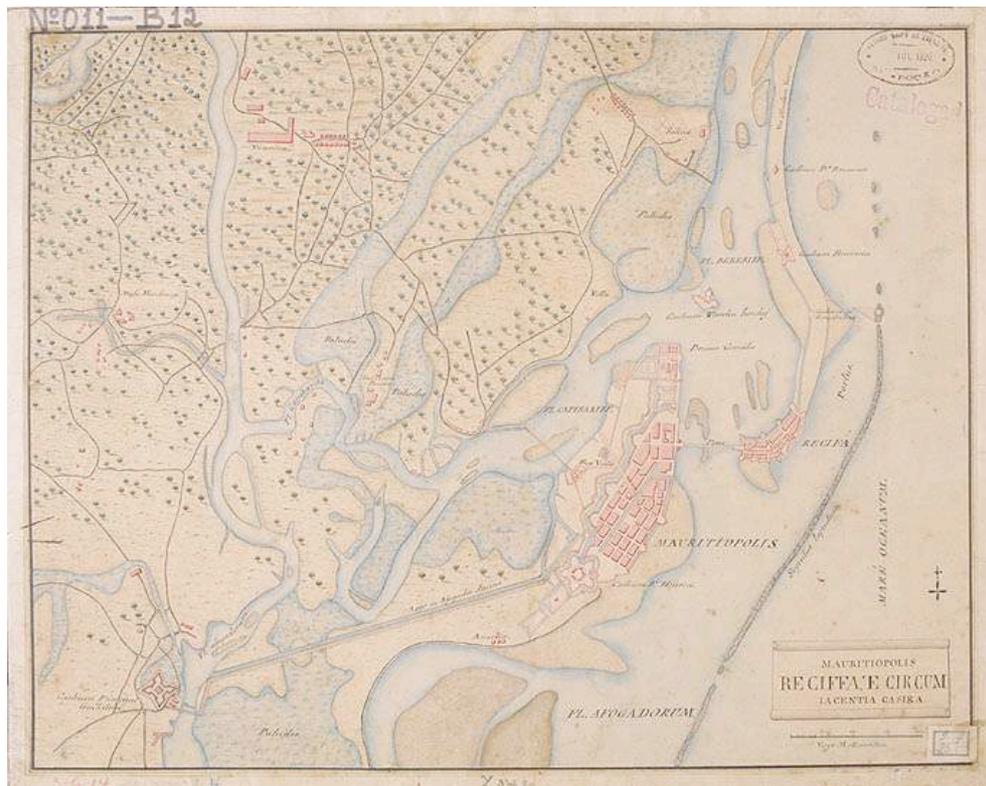


Fig. 3.6: A planta do Recife e da cidade Maurícia, segundo o plano de Peter Post (1639), do mapa *Mauritiopolis, Reciffa et Circum Iacentia Castra*, s.a. s.l. s.d. – o plano da cidade Maurícia se constitui no único exemplo de urbanismo holandês durante o período de ocupação. Fonte: AVCUP, 2000.

3.2.1. A conquista do Agreste: o “Ciclo do Couro” (1654-1816)

Em 1652, nos estertores do domínio holandês em Pernambuco, João Fernandes Vieira, um dos comandantes da Insurreição Pernambucana, propôs ao rei Dom João IV um plano de defesa do território pernambucano mediante a ocupação da atual região Agreste – chamada, na época, de “Sertão” (Fig. 3.7) – por uma ou duas vilas fortificadas que serviriam de base para a resistência no caso de outra possível invasão (MELLO NETO, 1967, p. 268). O pedido foi reiterado em carta datada de 24 de maio de 1654, já depois da rendição e saída dos holandeses: Vieira, então governador de Pernambuco, solicita do rei a permissão para escolher “as mais longes (sic) do mar que possam ser” (MELLO NETO, 1967, p. 272), duas paragens para erguer duas povoações ou vilas, onde a população litorânea se abrigaria em caso de novas invasões, deixando tudo para trás. A idéia foi deixada de lado após um parecer assinado pelo general Francisco Barreto de Menezes, datado de 23 de maio de 1655, no qual este explicava ao rei a inutilidade de tais vilas fortificadas já que, “em 1630, os moradores de Pernambuco em vez de se reunirem nas fortalezas para defendê-las, se abrigaram nas matas” (MELLO NETO, 1967, p. 279).

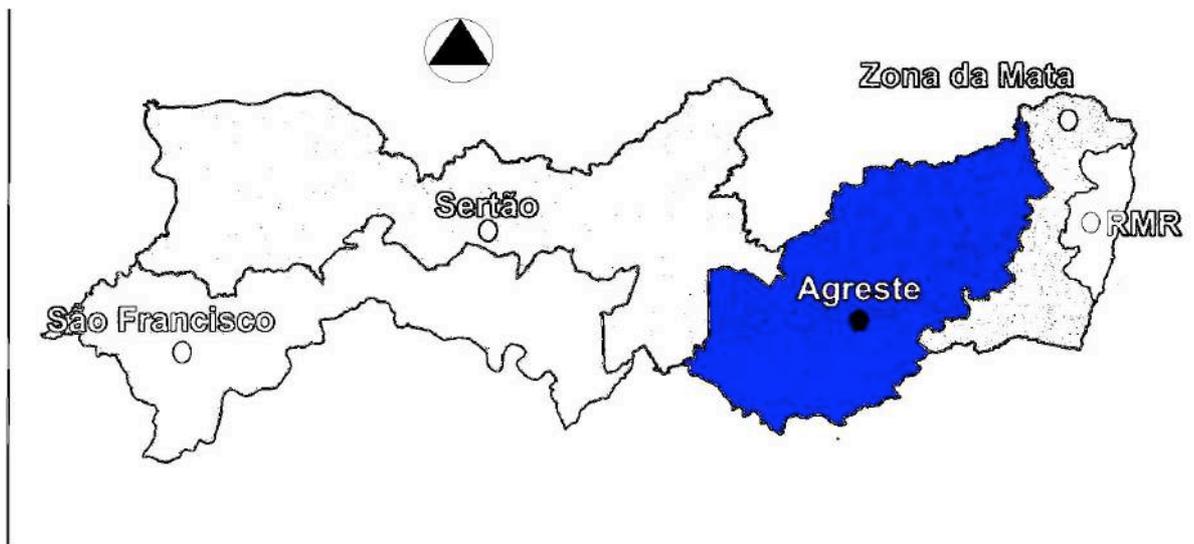


Fig. 3.7: As atuais regiões fisiográficas do Estado de Pernambuco – durante o processo de ocupação do interior da então capitania, tudo além de Santo Antão da Mata era tomado como Sertão. Fonte: FIDEM, 2001.

Não existem indicações de onde seriam implantadas essas povoações ou vilas, muito menos de sua forma, mas, é possível presumir que, sendo “fortificadas”, deveriam seguir os princípios correntes na época para a disposição das muralhas e/ou fortificações e possuir um traçado regular.

Na realidade, o que aconteceu após a saída dos holandeses foi um processo de ocupação rural das regiões a oeste da capitania: a partir de 29 de abril de 1654, começam a ser doadas imensas sesmarias aos oficiais que participaram da Insurreição Pernambucana nas regiões hoje conhecidas como Agreste e Sertão (BARBALHO, 1983). Algumas com dezenas e até centenas de quilômetros quadrados, essas sesmarias seriam divididas em várias fazendas de gado, cuja produção de carne e produtos derivados daria origem ao Ciclo do Couro (SIMONSEN, 1977).

Num primeiro momento, desde o início das doações, após a saída dos holandeses em 1654, até o final do século XVII, não foram encontradas menções a planos de urbanização na região ocupada pelas sesmarias, especificamente na atual região Agreste. Referente a esta questão, tanto Barbalho (1983) quanto Porto (1965) consideram que o processo de doação das sesmarias, sem qualquer critério e sem a limitação de tamanhos máximos foi, de início, um grande empecilho para a urbanização das regiões centrais da capitania, ao mesmo tempo em que impediam uma melhor administração por parte dos agentes da Coroa, impossibilitados de fiscalizar os sesmeiros devido às distâncias, à pouca quantidade de funcionários e, principalmente à forma de como as sesmarias eram “administradas”: como verdadeiros feudos, onde valia apenas a lei ditada pelo sesmeiro. Mesmo a tentativa de regularização do sistema fundiário promovido pela Carta Régia de 20 de janeiro de 1699 se mostrou inútil, uma

vez que a Coroa nem tinha condições de reverter o erro de ter permitido a doação de sesmarias gigantescas – só a do Ororubá correspondia, hoje, quase à metade da área da região Agreste (BARBALHO, 1983), abrangendo os atuais territórios dos municípios de Pesqueira, parte de Caruaru, São Caetano, Garanhuns, Águas Belas, São João, Belo Jardim, Pedra, Alagoinha, Sanharó, São Bento do Una, Cachoeirinha, Tacaimbó e Brejo da Madre de Deus, entre outros (Fig. 3.8) – nem consegue disciplinar a doação de novas sesmarias, (com áreas de, no máximo, 3 léguas por 1 légua). Obviamente, a medida não foi levada em consideração, ocorrendo em toda a colônia e, em especial, em Pernambuco, dizer de BARBALHO (1983, v. 6, p. 38):

... o jeitinho, a influência nociva dos potentados, o direito de propriedade dos ricos e poderosos, essas coisas todas típicas do Brasil de todos os tempos – e o disciplinamento d’El-Rei jamais atingiria plenamente os seus objetivos práticos e racionais.



Fig. 3.8: A atual Região Agreste de Pernambuco, com a presumível localização das três maiores sesmarias da região e a localização dos dezoito núcleos urbanos surgidos ao longo do século XVIII. Observa-se que a sesmaria do Ororubá corresponde a quase 2/3 do território do Agreste. Desenho do autor sobre mapa-base da FIDEM (1998) e informações de BARBALHO (1983), 2002.

Ao mesmo tempo em que as sesmarias são doadas, começam as investidas dos padres da Congregação do Oratório no intuito de catequizar os índios Rodelas, Paratiós, Ororubás, Xucurus e Cariris (BARBALHO, 1983).

Com o estabelecimento das sesmarias e das fazendas de gado que deveriam abastecer de carne, couro e animais de carga toda a zona canavieira do Nordeste desde o Rio Grande do Norte ao Recôncavo Baiano, começam a surgir uma série de vias para a distribuição da

produção, que passaram a ser chamadas de “caminhos das boiadas”, ligando os “sertões” até Recife, Olinda e Salvador, já no final do século XVII. Criando uma rede de distribuição de gado que abrangia centenas de quilômetros, esses caminhos geralmente acompanhavam rios como o São Francisco, o Capibaribe e o Ipojuca e sempre cruzavam as sedes das fazendas onde, aos poucos foi-se criando uma rede de pousos para o descanso do gado e dos tangedores (ANDRADE, 1977).

No final do século XVII, as sesmarias já não eram doadas somente aos que lutaram contra os holandeses. Várias famílias estabelecidas no Recife solicitaram aos governadores da capitania um quinhão de terras além da povoação do Braga. Em meados de 1690, já era possível encontrar fazendas de gado desde Bezerros (108 km do Recife), até o Sertão da Carinhanha (hoje Estado da Bahia). Nesse período, surgiram no Agreste, as fazendas dos Bezerras (Bezerros), do Caruru (Caruaru), Sítio do Garcia (Garanhuns) e, ao longo do século XVIII, Boa Vista (Alagoinha), Bom Jardim, Taquaritinga (Taquaritinga do Norte), etc., definindo uma rede de fazendas que até o final dos setecentos, estabelecerá uma rede de povoações que, transformadas em cidades, se mantém até os dias de hoje.

As missões religiosas também atuaram para o desenvolvimento urbano do Agreste, mesmo que, de início, esse não fosse o objetivo daquelas. A Congregação do Oratório de São Filipe Néri estabeleceu as missões do Ororubá (1679), Águas Belas (1755), Brejo da Madre de Deus (1751) e Limoeiro (1786). Encravadas nas sesmarias doadas a particulares, as missões tinham como objetivo catequizar e manter o controle sobre as populações indígenas, estando diretamente ligadas à Coroa. Com forma definida, de traçado regular, formadas por uma grande praça com uma igreja em uma das extremidades e ladeadas por fileiras retas de casas para o índios, seria muito mais fácil para a administração portuguesa estabelecer um ponto de controle em uma missão do que em qualquer outra área das imensas sesmarias, cujos proprietários, pertencentes às famílias Ávila, Guedes de Brito, Aranha Pacheco, Burgos e Vieira de Melo eram contra qualquer intervenção direta das autoridades da Coroa em suas terras, onde podiam agir segundo seus próprios interesses sem qualquer tipo de oposição (BARBALHO, 1983).

Por esse motivo, o processo de urbanização do Agreste se deu de forma paulatina, irreversível e quase imperceptível para os proprietários das fazendas, que, de outro modo, não permitiriam a transformação das suas sedes em povoados. Nos primeiros anos do século XVIII, não havia, ainda, nenhuma vila nas terras da Borborema até o Sertão da Carinhanha (BARBALHO, 1983). A única vila real surgida em Pernambuco durante o Ciclo do Couro foi Cimbres, atualmente localizada no município de Pesqueira, localizada no alto da serra do Ororubá e originada de uma missão religiosa. Criada em 1679 em terras pertencentes a

Bernardo Vieira de Melo e com o objetivo de catequizar os índios Xucurus e Paratiós, a missão foi elevada a paróquia em 1692, com a denominação de Nossa Senhora das Montanhas. O povoado do Ororubá (também conhecido como Ararobá e Orubá) ou Monte Alegre foi elevado a Vila de Cimbres em 1762, com a determinação de ser cordeado e de crescer segundo um padrão geométrico rígido, o que não aconteceu devido à distância de Cimbres das estradas das boiadas e da incapacidade do governo colonial em pôr em prática suas leis, que quase sempre iam de encontro aos interesses dos sesmeiros.

Apesar de extrapolar o recorte geográfico deste trabalho, à guisa de informação, é importante salientar que, apesar de não haver interesse por parte da maioria dos proprietários das sesmarias, na última década do século XVIII, todo o território pernambucano, do litoral até os sertões a oeste e sudoeste, já estava ocupado por povoações que derivaram, nesta ordem, de: sedes de fazendas de gado, missões religiosas e iniciativas pessoais. Em toda a capitania são: 1 cidade (Olinda) e 9 vilas e povoados na Zona da Mata; 1 vila e dezessete povoados no Agreste; 5 povoados no Sertão e 2 no Sertão do São Francisco, descontados os territórios da Comarca das Alagoas (desmembrada em 1817 e constituída como província autônoma) e da Comarca do São Francisco que acompanhava a margem esquerda daquele rio e ia até o limite com Minas Gerais (desmembrada em 1824 e anexada, inicialmente, a Minas Gerais e depois à Bahia).

3.2.2. Os caminhos das boiadas e o surgimento dos primeiros núcleos urbanos no Agreste (1700-1800)

Como foi dito acima, o surgimento de fazendas de gado no Agreste e Sertão da capitania de Pernambuco deu origem a uma série de rotas de distribuição de gado e produtos derivados que iam até, Piauí, Ceará, Paraíba, Minas Gerais (na época, capitania de São Paulo), etc.. Mello Neto (1966, p. 9) identifica dois caminhos ou estradas que, passando pelo Agreste, cortavam sedes de fazendas de gado: o caminho do Capibaribe e o caminho do Ipojuca (Fig. 3.9 e 3.10). Ambos, partindo do Recife, levavam até o Sertão da Carinhanha, na Comarca do São Francisco, hoje, Estado da Bahia, estabelecendo um embrião de rede urbana, inicialmente linear como os povoados que surgiram ao longo dessas estradas, ou seja, observa-se que as estradas procuravam passar pelas sedes das fazendas, que, por sua vez, estavam estabelecidas ao longo das margens dos rios (Capibaribe e Ipojuca), conformando uma rede linear de sedes de fazendas. Os povoados surgidos a partir das sedes de fazendas, acompanham, inicialmente o trecho da estrada que passa pela fazenda, apresentando uma forma linear.

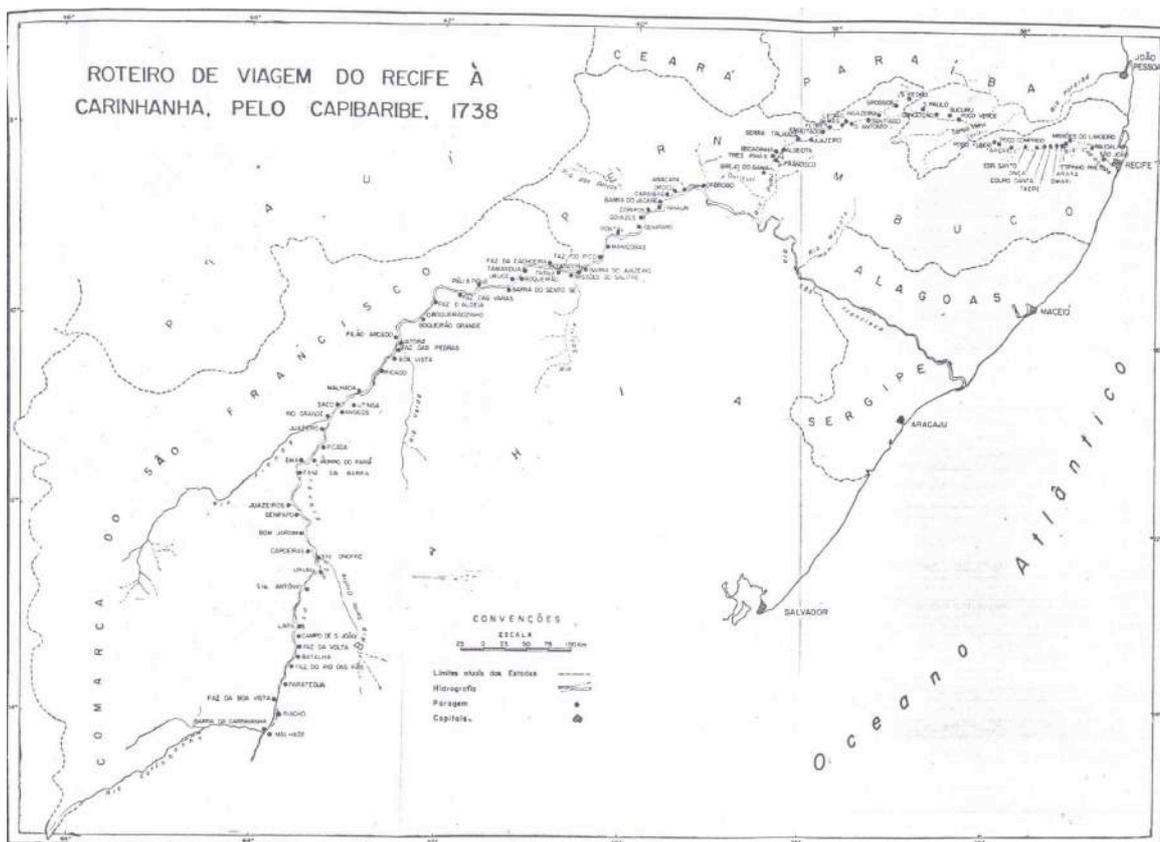


Fig. 3.9: O Roteiro de viagem do Recife à Carinhanha, 1738 – uma rede linear de fazendas e pousos se desenvolve desde o Recife até o atual sul da Bahia. Fonte: MELLO NETO, 1966.

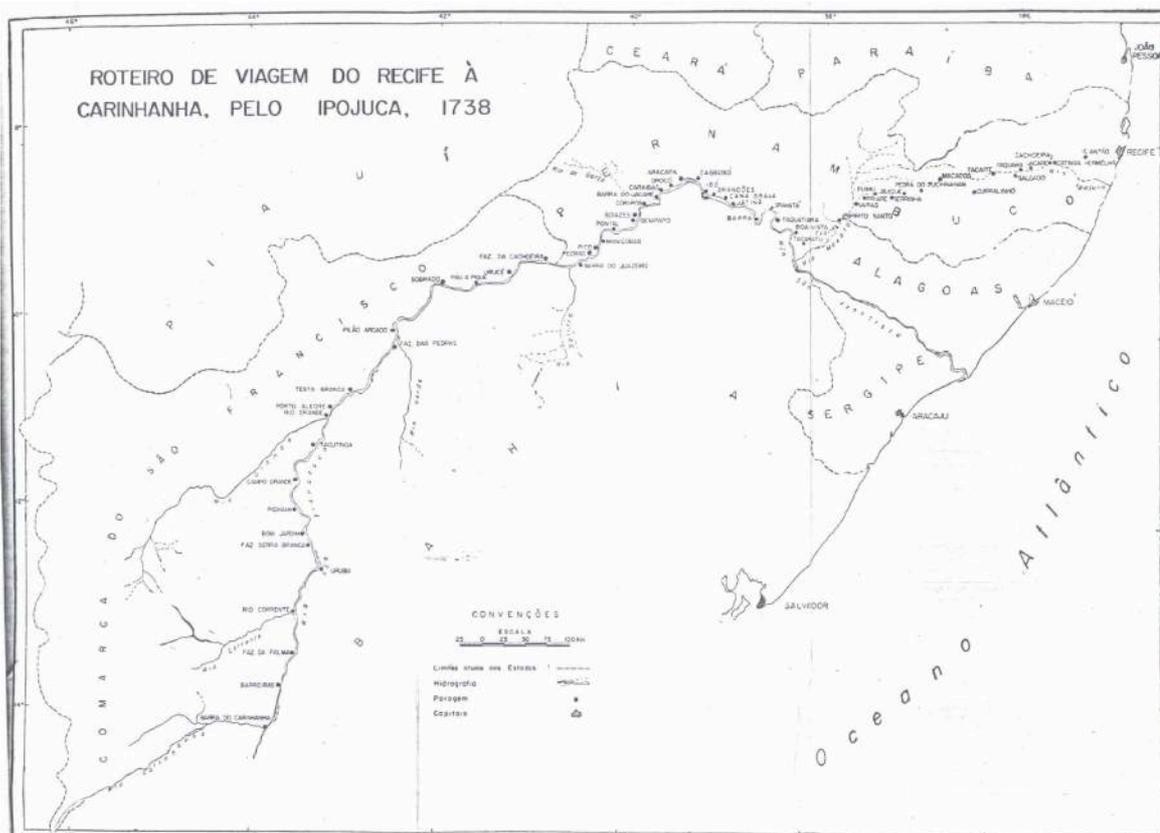


Fig. 3.10: O Roteiro de viagem do Recife à Carinhanha, pelo Ipojuca, 1738 – ao contrário do trajeto anterior, este caminho das boiadas se desenvolve dentro do território do Agreste, favorecendo o surgimento de povoados como Bezerros, Caruaru, Buíque e Pesqueira. Fonte: MELLO NETO, 1966.

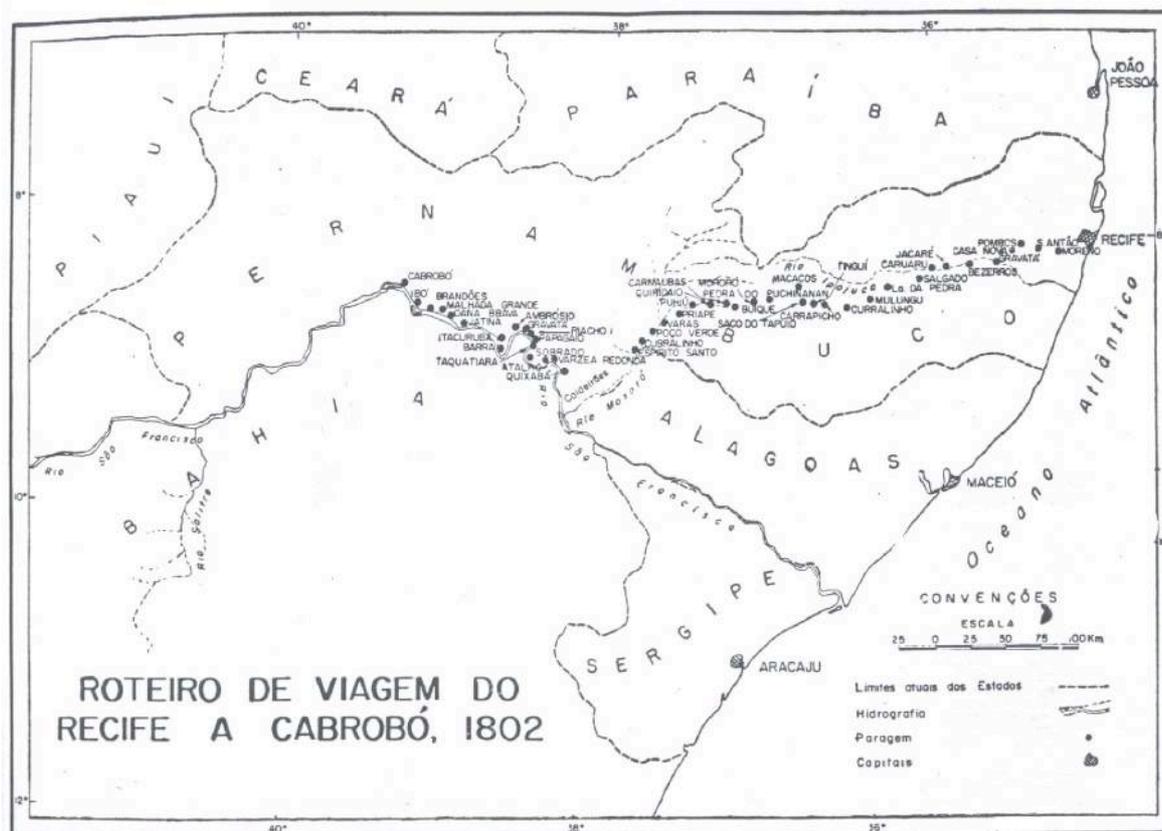


Fig. 3.11: O Roteiro de Viagem do Recife a Cabrobó, 1802 – neste mapa, que mostra o mesmo trajeto do anterior, chamado de caminho do Ipojuca, já aparece um número muito maior de “lugares”, incluindo Caruru e Bezerros, que nessa época já se apresentavam como pontos de comércio de grande importância para a região.

Fonte: MELLO NETO, 1966.

Inicialmente, as entradas para o interior não estabeleceram caminhos ou rotas definidas para a penetração do território. Assim foi com as entradas ordenadas por Duarte Coelho, no século XVI e as expedições holandesas, no século XVII. As distribuição de terras no interior da capitania a partir de 1654 gerou a necessidade de se estabelecerem caminhos regulares, balizados pelas sedes das fazendas de gado.

O tempo de formação dessas estradas parece ter sido relativamente curto e seu alcance, extremamente longo, abrangendo centenas, às vezes milhares de quilômetros. Exemplo disso são os *Roteiros de viagem do Recife à Carinhanha pelo Capibaribe e pelo Ipojuca*, apresentados por Mello Neto (1967, p.13-17) e datados de 1738, portanto menos de cem anos depois da doação das primeiras sesmarias no Agreste, já mostram uma rede de fazendas do Recife até o atual oeste da Bahia, quase atingindo Minas Gerais.

O processo de transformação das sedes de fazendas em povoações envolveu uma série eventos sócio-econômicos e políticos ocorridos na Colônia, de um modo geral e no Agreste, entre o final do século XVII e início do XVIII, associados a certos processos de formação de

núcleos urbanos observados em situações similares. Do ponto de vista dos aspectos sócio-econômicos e políticos, podem ser destacados os seguintes:

- 1) O fim do Quilombo dos Palmares: a destruição definitiva do Quilombo da Serra da Barriga, então território pernambucano, em 1696, deu fim a anos de escaramuças entre negros quilombolas e os sesmeiros, que, finalmente puderam orientar seus esforços no desenvolvimento das fazendas ao invés de caçarem os negros que, por sua vez, provocaram saques e matanças, numa região que ia desde a Serra da Barriga (hoje, Estado de Alagoas) até os atuais territórios dos municípios de Garanhuns e São João;
- 2) A pacificação dos indígenas: a chamada Guerra dos Bárbaros, no seu período chamado “Guerra do Açú” consumiu 40 anos de lutas (1680-1720) entre os portugueses e os Cariris (TAUNAY, 1936; VAINFAS, 2000). A destruição quase completa dos Cariris, Janduís, Paiacus, Canindés, Icós e Xucurus, entre outros, favoreceu a conquista definitiva do Ceará e do Piauí, ao mesmo tempo em que livrava de qualquer ameaça as fazendas de gado já existentes no interior de Pernambuco e que já estavam livres dos ataques dos quilombolas desde 1696.
- 3) A proibição da venda de gado para as minas de São Paulo: com a descoberta das minas na então capitania de São Paulo na década de 1690, fazia-se necessária a criação de uma rota de víveres que abastecesse aqueles que passaram a se estabelecer no futuro território das Minas Gerais. De início, o fluxo de gado foi intenso em direção ao sul, mas temendo um aumento incontável do contrabando do ouro via Bahia e Pernambuco, então os maiores produtores de gado da colônia (ANTONIL, 1969), o rei de Portugal, Dom Pedro II, baixou carta régia datada de 07 de fevereiro de 1701 que proibia, terminantemente, sob pena de confisco, o envio de gados das capitanias citadas para a região das minas.

Sob o ponto de vista dos processos de formação dos núcleos urbanos, pode-se listar os seguintes eventos, claramente verificados na formação das cidades do Agreste:

- 1) Com a pacificação definitiva da região, a partir do início do século XVIII, as rotas utilizadas pelas boiadas foram definidas em caráter permanente, o que resultou na obrigatoriedade de passagem pelas mesmas fazendas, cada vez que se utilizava uma mesma rota;
- 2) Com a passagem permanente de boiadas pelas sedes das fazendas que beiravam as rotas, fazia-se necessário um espaço para a acomodação dos tangedores e do gado, nas proximidades das casas-grandes e das casas dos agregados. Juntando-se aos tangedores, uma série de indivíduos que começam a oferecer serviços a estes (conserto de celas, estribos, ferraduras, etc.), pedem permissão para o estabelecimento de tendas, que posteriormente se transformam em choças que começam a dar forma a uma povoação.

3) A construção de uma capela na sede da fazenda, comumente ao lado da casa-grande serve como elemento aglutinador para a região, servindo inclusive para justificar o pedido de construção de casas próximas àquela, alegando a necessidade da missa, as distâncias que se percorriam para alcançá-la, mesmo que não existissem padres permanentes nos primeiros anos dos povoados (Bezerros só obteve um cura permanente em 1768, aproximadamente 40 anos depois da construção da capela de São José).

É importante frisar que, nem todas as sedes de fazendas de gado, ao longo, por exemplo, do Caminho do Ipojuca, tornaram-se povoados – algumas desapareceram sem deixar vestígios, outras se fundiram com a fazenda que se tornou sede do município, passando a bairros da nova cidade, como foi o caso da Fazenda Santa Rosa e o Sítio do Salgado, hoje bairros de Caruaru. As explicações para este fenômeno são as mais variadas:

- Condições geográficas impediriam o desenvolvimento de algumas sedes de fazendas, favorecendo outras;
- Condições políticas: obviamente, nem todos os sesmeiros possuíam o mesmo poder e influência – aqueles que dispusessem de mais meios e mais “força”, favoreceriam, quando isto passasse a ser do seu interesse, o desenvolvimento dos povoados. O que aconteceu com Cimbres e a fazenda do Poço da Pesqueira é um exemplo claro disto, que será analisado mais adiante. É importante também lembrar que, dentro de uma sesmaria existiam várias fazendas – seria mais desenvolvida aquela onde o sesmeiro residisse, como foi o caso de Caruaru.
- Condições culturais: as fazendas que se desenvolveram em povoados tinham capelas bem providas, inclusive com uma visitação mais assídua dos padres, motivados pelos proprietários, que, por sua vez, eram favoráveis ao estabelecimento de festas profano-religiosas em homenagem ao santo padroeiro da fazenda, localizadas nos pátios em frente às capelas, que ora já eram pátios de feira ora se tornavam pátios de feiras a partir das festas.

Como foi observado, o processo de transformação das fazendas em povoados, comumente requeria uma situação de estabilidade sócio-econômica para a região onde se encontrava a sede da fazenda, por exemplo, o Sítio do Garcia, sede da sesmaria doada ao baiano Antônio Garcia, na segunda metade do século XVII, só veio a se desenvolver e tornar-se Garanhuns, décadas depois da destruição do Quilombo dos Palmares (1696), cujos quilombolas constantemente atacavam a fazenda, saqueando e matando a população branca (BARBALHO, 1983), precisando ser reocupada, passar pela etapa de sede de fazenda e depois para a de povoado a partir da segunda metade do século XVIII, ao passo que a Fazenda dos Bezerras – hoje Bezerros – já estava configurada como povoado nos primeiros vinte anos do século XVIII, menos de quarenta anos da instalação da fazenda (1680), devido, principalmente a motivos como a inexistência de tensão entre índios e fazendeiros na região.

Já a fazenda do Caruru, abandonada durante décadas ao longo do século XVIII, se transforma em povoado quase imediatamente após a sua reocupação, nas últimas décadas daquele século, devido ao processo de urbanização da região já se encontrar bastante adiantado, trazendo benefícios aos proprietários das fazendas que optassem por aquela transformação, ou seja, à medida em que o processo de ocupação e colonização do Agreste avançava, era abreviado o tempo de urbanização do território.

4. A MORFOLOGIA DOS NÚCLEOS URBANOS SURGIDOS NO AGRESTE AO LONGO DO SÉCULO XVIII

O Agreste, como já foi visto, começou a ser efetivamente colonizado a partir da segunda metade do século XVII e seu processo de urbanização, foi de um modo geral, resultado do desenvolvimento econômico da região, através da criação do gado bovino para corte e aproveitamento de seus derivados, principalmente o couro e, em menor escala, através do cultivo do algodão (ANDRADE, 1973, p. 150). Outra atividade que colaborou para o processo de urbanização da região, mesmo que em menor escala foi a missionária – logo alijada do processo a partir das perseguições contra as ordens religiosas movidas pelo governo do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (1750-1777). As fazendas de gado e as missões religiosas de catequese da população indígena foram as responsáveis pelo surgimento de dezoito núcleos urbanos no Agreste ao longo do século XVIII. Mesmo as cidades que surgem distanciadas de uma sede de fazenda vão ter a sua fundação ligada ao ciclo do couro por estarem à margem de alguma rota de boiadas e estarem inseridas em sesmarias que possuem fazendas de gado. É certo que o processo de surgimento de novos povoados adentrou o século XIX, seguindo os mesmos princípios do século anterior e que, mesmo ao longo do século XVIII, surgiram núcleos urbanos no Sertão, como foi o caso de Flores e Cabrobó, além das cidades do Sertão da Carinhanha, hoje no Estado da Bahia (Sento Sé, Pilão Arcado, etc.) e que merecem um estudo futuro (Fig. 4.1). O âmbito deste trabalho se restringirá às cidades do Agreste por razões de ordem prática, metodológica e acadêmica apresentadas mais adiante. Cabe também salientar, que a análise dos objetos de estudo, em especial Bezerros e Caruaru, sofreu imensamente pela escassez de documentação relativa ao desenvolvimento desses núcleos urbanos até a metade do século XIX, pois já que essas duas cidades não foram elevadas a vila no período colonial, sendo apenas “lugares”, não eram objeto de alvarás, leis, cartas régias, etc.; crescendo de acordo com suas necessidades, segundo o desenvolvimento econômico da região e a vontade dos proprietários das fazendas.

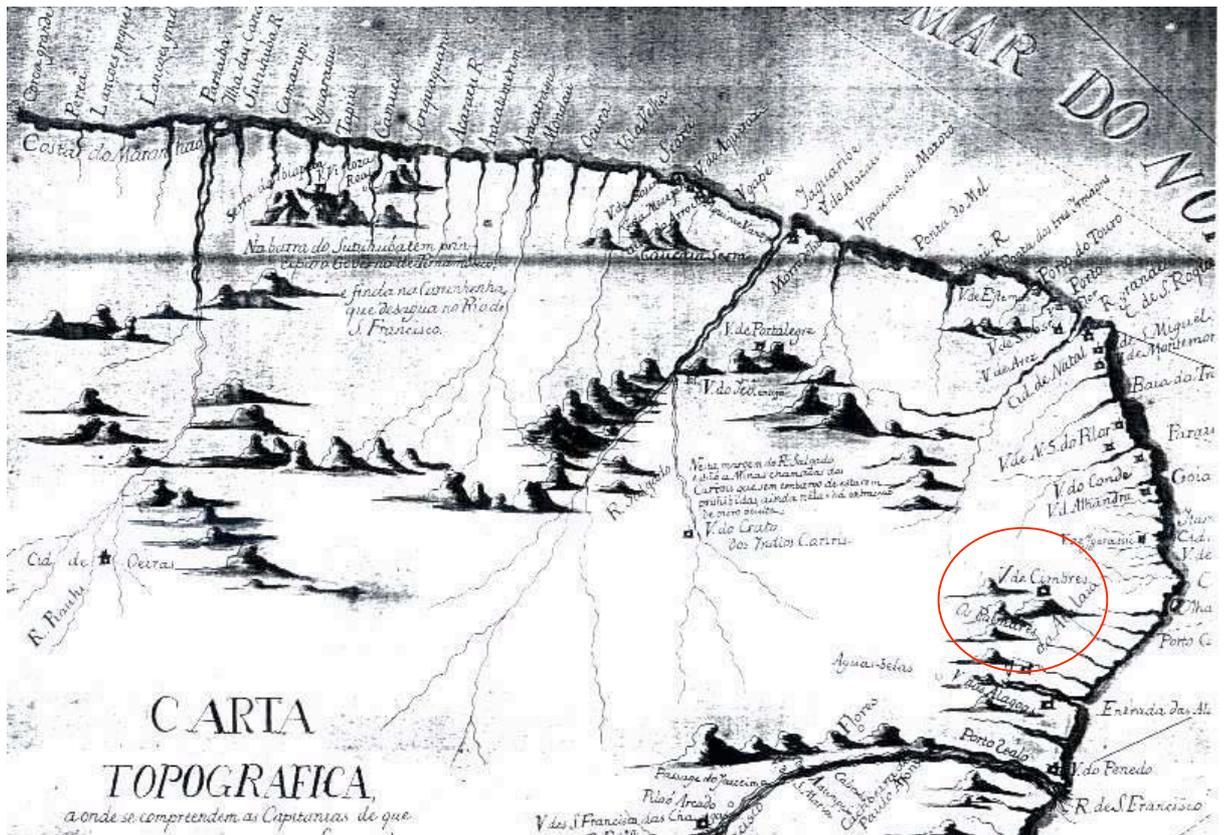


Fig. 4.1: A *Carta topográfica...* da capitania de Pernambuco, de autoria de José Gonçalves da Rocha (1766) – o mapa, que abrange grande extensão do Nordeste, indica as vilas e lugares existentes na época (as povoações surgidas de fazendas de gado não são citadas), sendo o único mapa encontrado que menciona a Vila de Cimbres, indicada pelo círculo vermelho. Fonte: Laboratório de Ensino e Pesquisa em História/UFPE.

Tomando de empréstimo a classificação elaborada por SANTOS (1968), as cidades do Agreste desenvolvidas ao longo das estradas das boiadas poderiam ser consideradas tanto como *Cidades itinerantes* quanto como *Cidades de comércio* – seu surgimento deriva de atividades ligadas a um ciclo econômico de grande força na região (SIMONSEN, 1977) e que determinou a existência e o desenvolvimento desses núcleos urbanos de uma maneira que nenhum alvará régio poderia estabelecer. O que se pretende, a partir deste ponto, é determinar qual a relação morfológica entre estes núcleos urbanos surgidos no Agreste e aqueles surgidos anteriormente, no processo de urbanização do Brasil durante o período colonial.

A tabela abaixo mostra a lista com os dezoito núcleos urbanos surgidos no agreste no século XVIII, indicando o ano de sua primeira menção, ainda com a função original; o ano da primeira menção como núcleo urbano e a atividade que lhe deu origem, note-se que, ao passo que alguns apresentam precisão de datas, outros, devido à perda de informação ou à falta de credibilidade das mesmas apresentam lacunas consideráveis que as pesquisas desenvolvidas não foram capazes de preencher:

Vila/Cidade	Primeira menção	Primeira menção como núcleo urbano	Origem
Águas Belas	1757	1787	Missão religiosa
Alagoinha	2ª metade do século XVIII	Fins do século XVIII	Fazenda/engenho
Bezerros	1680	1768 (Curato)	Fazenda de gado
Bom Jardim	1760 (?)	1790	Fazenda de gado
Bonito	2ª metade do século XVIII	1796	Povoado (?)
Brejo da Madre de Deus	Final do século XVII	1752	Missão dos padres oratorianos
Buíque	1753	1753	Povoado fundado por Félix Paes de Azevedo
Cachoeirinha	1751	Fins do século XVIII	Fazenda de gado
Caruaru	1681	1781 (fundação do povoado por José Rodrigues da Cruz)	Fazenda de gado
Cimbres	1679 (Missão do Ororubá)	1762 (Vila Real de Cimbres)	Missão dos padres oratorianos
Garanhuns	1658	1780	Fazenda de gado
Lagoa dos Gatos	1760	1791	Fazenda de gado
Limoeiro	1730 (fundação da missão)	1779 (Freguesia)	Missão dos padres oratorianos
Orobó	2ª metade do século XVIII	Fins do século XVIII	Fazenda de gado
Pedra	1ª metade do século XVIII	1760	Fazenda de gado
Sanharó	2ª metade do século XVIII	Fins do século XVIII	
Santa Cruz do Capibaribe	2ª metade do século XVIII	1790	Fazenda de gado
Taquaritinga do Norte	2ª metade do século XVIII	1790	Fazenda de gado

Tabela 4.1 – Os dezoito núcleos urbanos surgidos no Agreste no século XVIII. Fonte: BARBALHO, 1983; CEHM/FIAM, 1994.

Dos núcleos apresentados acima, dezessete tornaram-se cidades e um (Cimbres) permaneceu como vila até os dias de hoje. O estudo do desenvolvimento ou não desses núcleos é apresentado agora, tomando como objetos de pesquisa três dos dezoito núcleos: Bezerros, Caruaru e Cimbres. A escolha dessas três cidades em particular obedece a critérios bastante claros, no intuito de viabilizar esta pesquisa dentro do âmbito acadêmico em que a mesma se encontra inserida:

- 1) Para efeito de pesquisas *in loco*, não seria conveniente que a distância máxima entre o Recife e os núcleos estudados fosse superior a 250km;

- 2) Os núcleos urbanos pesquisados deveriam primar pela antiguidade: os três surgiram como fazendas ou missão religiosa no final do século XVII e se desenvolveram como povoações a partir do século XVIII;
- 3) Os núcleos urbanos deveriam ter origens diversas – fazendas de gado e missão religiosa – respectivamente, 61% e 17% das origens das cidades do Agreste;
- 4) Seria de interesse observar o único caso de Vila Real surgido na região: a Vila Real de Cimbres, comparando-o com os demais;
- 5) Deveriam ser observados núcleos urbanos surgidos ao longo de algum caminho das boiadas, no caso, o Caminho do Ipojuca, que passava pela fazenda dos Bezerras e do Caruru;
- 6) Seria de interesse contrapor núcleos urbanos que tiveram níveis diferenciados de desenvolvimento sócio-econômico e, por conseqüência, de desenvolvimento físico, o que é o caso de Cimbres, Bezerras e Caruaru que são, respectivamente uma vila, uma cidade de médio porte e a cidade-pólo da região³;
- 7) Os núcleos urbanos não deveriam possuir a mesma forma, pois era importante observar a existência de princípios estruturadores que transcendessem à mesma;
- 8) Os núcleos urbanos deveriam possuir um centro primitivo identificável, ao menos a partir de documentos como memórias de viagens, legislação, cartografia ou notas históricas e passíveis de serem confirmadas *in loco*.

Obviamente, as demais cidades não foram totalmente descartadas, apesar da necessidade do estabelecimento de um recorte espaço-temporal que garantisse condições para o desenvolvimento da pesquisa, um breve estudo sobre o seu desenvolvimento foi elaborado no intuito de verificar a veracidade dos dados acerca do seu surgimento – efetivamente situando-as no século XVIII – bem como um estudo prévio de sua morfologia (envolvendo caminhamentos nas cidades e análise cartográfica), na intenção de verificar a existência ou não de similaridades morfológicas. Ficou claro, de antemão que, não só as cidades supracitadas como vilas e povoados existentes no território dos seus atuais municípios⁴, possuem princípios similares de formação que, deverão ser estudados mais atentamente no futuro, enquanto suas estruturas estão mais ou menos intactas.

³ Cimbres: 5.184 hab.; Bezerras: 44.578 hab. e Caruaru: 217.084 hab. (IBGE, 2000).

⁴ Vila de Gravatá do Ibiapina (século XIX, Taquaritinga do Norte), Povoado de Riacho Doce (século XIX, Caruaru), Vila de Serra Negra (século XIX, Bezerras).

4.1. OS CASOS DE BEZERROS, CIMBRES E CARUARU – SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO ATÉ O FINAL DO SÉCULO XIX

Os três núcleos urbanos ora analisados – Bezerros, Caruaru e Cimbres – são o resultado de uma triagem prévia, baseada nos critérios estabelecidos acima. Os três núcleos apresentam características bastante peculiares, ao mesmo tempo em que guardam grande relação com os outros quinze surgidos na região durante o século XVIII. O estudo de seu surgimento e desenvolvimento levou à escolha dos três por representarem, apesar de serem fruto de apenas duas origens diversas – fazenda de gado e missão religiosa – três formas diversas de desenvolvimento: uma linear – Bezerros; uma rádio-concêntrica – Caruaru e uma que deveria ter sido regular – Cimbres. Seu estudo, devido às dificuldades já citadas, foi pautado inicialmente, pela determinação de um “núcleo primitivo” definido segundo os critérios de Análise de Percursos desenvolvidos por Souza e Cabral (s. d.) e já descritos no Capítulo 1. Os perímetros definidos pela análise de percurso tentaram ser os mais precisos possíveis, inclusive com a ajuda dos poucos documentos capazes de corroborá-los, mas fica ressalvada a impossibilidade do estabelecimento de um núcleo histórico ou “primitivo” preciso como o de cidades históricas como Olinda e Igarassu (FIDEM, 1978).

4.1.1. ANÁLISE DOS TRÊS NÚCLEOS URBANOS

4.1.1.1. Bezerros

A atual cidade de Bezerros surgiu de um fazenda de gado instalada à margem direita do rio Ipojuca está a 108 km de distância do Recife e a 470,00m de altitude (FIDEM, 2001). Surgida dentro de uma sesmaria doada pelo capitão-mor Dom João de Sousa, em 9 de outubro de 1683 a algumas pessoas, entre elas, Manuel de Torres (BARBALHO, 1983, p.58-60). A fazenda passou depois, às mãos dos irmãos Terciano e Zenóbio e Torres, mas já nos últimos anos do século XVII encontrava-se nas mãos dos irmãos José e Francisco Bezerra. Não existem dados que determinem o ano exato do surgimento do povoado oriundo da fazenda. Tudo leva a crer que deve ter surgido após o estabelecimento definitivo da estrada das boiadas do Ipojuca, que ligava Recife a Cabrobó. A descrição de tal estrada, datada de 1738 (MELLO NETO, 1966 p. 12-14) não informa a existência do povoado, mas é provável que, por essa época, a capela e São José, conhecida como “dos Bezerras” já teria sido erguida.

A conformação da fazenda obedecerá a uma estrutura típica: casa-grande, capela, senzalas, casas para os agregados no entorno da capela e currais – sendo que, estes elementos estariam dispostos ao lado da estrada das boiadas. O único prédio que pode ter a sua

localização determinada é a capela, pois sua sucessora, a atual matriz de São José (Foto 4.1) foi construída no mesmo lugar em 1852 por frei Caetano de Messina (FIAM, 1982).



Foto 4.1: A matriz de São José – erguida originalmente no início do século XVIII no pátio da fazenda dos Bezerras, foi reconstruída no século XIX, guardando um importante papel na estrutura do núcleo antigo. Foto do autor, 2001.

É certo que o povoado surgiu entre o início do século XVIII e 1768, pois nesse ano, a capela de São José dos Bezerras, vinculada à Freguesia de Santo Antônio da Mata (Vitória de Santo Antônio), foi elevada a sede de Curato (*Idea da população...de Pernambuco...em 1774*, 1923). Seu patrimônio, doado pelos irmãos Bezerra limita-se uma data de terra de 50 braças em volta da capela e de algumas casas nas proximidades da mesma (ainda hoje restando pelo menos uma, usada como salão paroquial). De 1768 até 1802 não foram encontradas descrições ou documentos que atestem a forma do povoado, mas através da análise de percurso levada à efeito no centro antigo da atual cidade, pode-se concluir que o mesmo primava pela linearidade, acompanhando o rio Ipojuca e a estrada das boiadas. Na realidade, a antiga estrada das boiadas ainda pode ser identificada como sendo as atuais ruas Capitão Pedro Pereira, Cardeal Arcoverde, do Rosário, Vigário Manuel Clemente, Coronel José Pessoa, a praça Narciso Lima (da Matriz), a rua da Matriz, a praça Duque de Caxias, as ruas Coronel Bezerra, Sigismundo Gonçalves e a praça dos Tamarindos. Em 1802, através do documento intitulado *Roteiro de viagem do Recife a Cabrobó* (MELLO NETO, 1966), o povoado é descrito como tendo 50 casas e 2 currais; neste mesmo ano o Curato é elevado à sede de Freguesia. Pela datação das casas e arruamentos do núcleo situado à margem da antiga estrada das boiadas, nota-se que o povoado tendeu a crescer, inicialmente, da praça da matriz em direção ao oeste, já que, nesta direção encontram-se edificações mais antigas e, em

1852, quando já possuía oitenta e quatro casas e três lojas (MELLO, 1979) foram erguidos a capela de Nossa Senhora do Rosário e o cemitério (Foto 4.2), servindo de pólo para o crescimento linear do povoado, balizando-o entre a matriz e a nova capela/cemitério.



Foto 4.2: A capela de Nossa Senhora do Rosário e o cemitério – construídos em 1852 à margem da estrada das boiadas, serviram como pólo para a expansão núcleo urbano original em direção ao oeste. Foto do autor, 2001.

O povoado continuou se desenvolvendo durante todo o século XIX, sendo elevado a Vila em 1870 e a Cidade em 1881. Desde o século XVIII até a construção da estação ferroviária, em 1896 (PINTO, 1949, p. 104), seu desenvolvimento físico se deu apenas do lado direito do rio Ipojuca, acompanhando de forma clara a curvatura do mesmo e suas declividades (Fig. 4.2). Vale salientar que a partir da segunda metade do século XIX Bezerros passa a perder importância em relação a Caruaru, o que vai manter a cidade com um “centro histórico” mais conservado até a segunda metade do século XX.

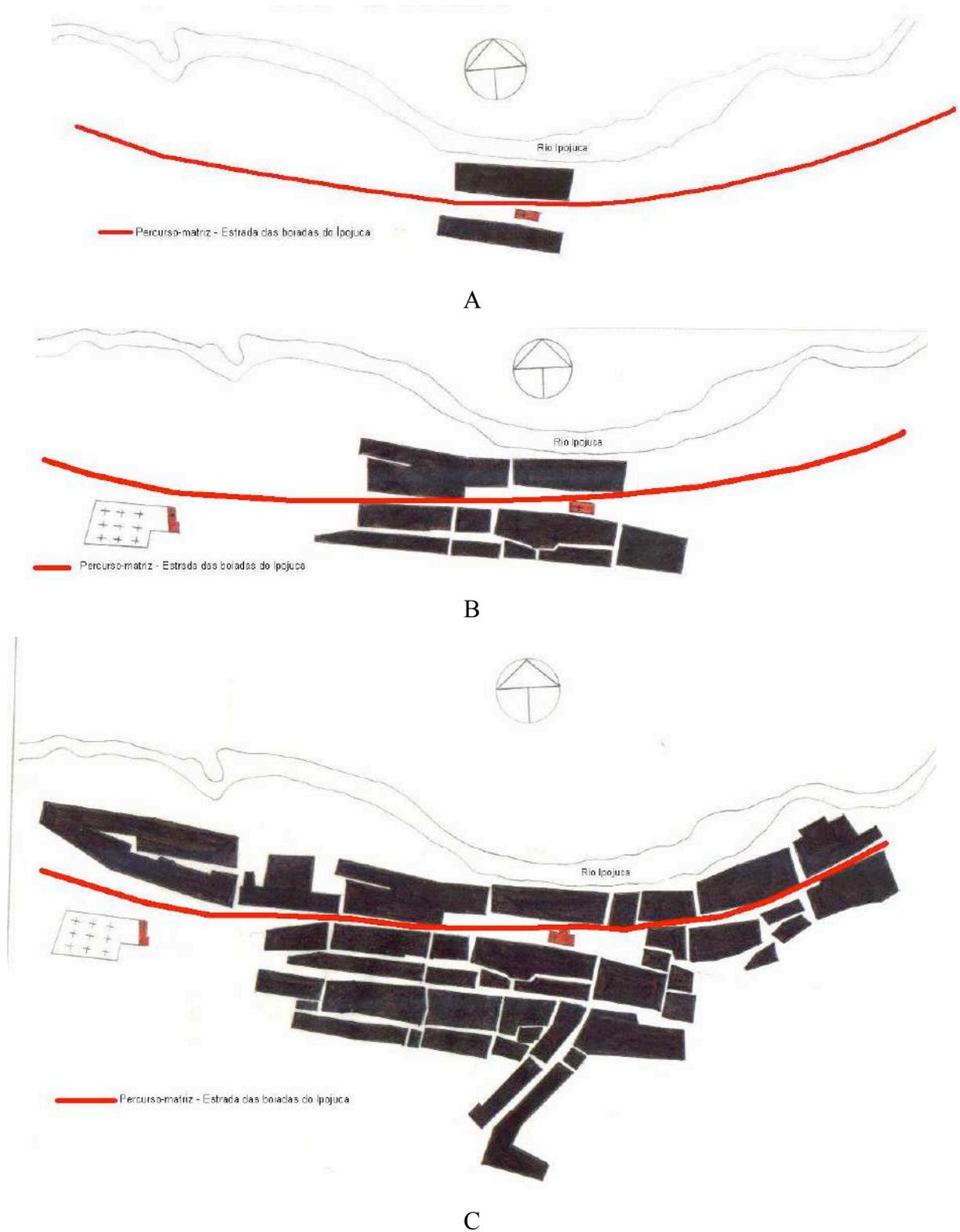


Fig. 4.2: A provável evolução de Bezerros desde 1768 até o final do século XIX – A – 1768, B – 1870, C – 1890, com a indicação da estrada das boiadas do Ipojuca. O perímetro foi obtido a partir da análise de percurso e pesquisa bibliográfica. Desenho do autor sobre planta-base da FIDEM, 2001.

Examinando mais detalhadamente o seu desenvolvimento físico e sua morfologia, desde a instalação da sede da fazenda de gado até a instalação da estrada de ferro em 1896, pode-se traçar a seguinte trajetória:

1 – A sede da fazenda se estabelece na margem direita do rio Ipojuca nos fins do século XVII: casa-grande, senzala e algumas choças para agregados e parentes, um ou dois currais. Considerando que a toponímia de 1738 não identifica a presença do povoado, pode-se considerar que este surgiu depois da estrada, caracterizando-se um processo de formação a partir de um percurso-matriz de âmbito regional;

2 – A capela deve ter sido erguida nos primeiros anos do século XVIII, de um lado ou no centro da estrada, o que determinou a formação de um espaço mais largo à sua frente, gerando as atuais rua da Matriz e praça Narciso Lima, na verdade, um grande largo;

3 – Aproveitando a estrada, as edificações vão sendo construídas às suas margens segundo o padrão português, ou seja, fachadas diretamente voltadas para a estrada, que passa a se transformar em rua, lotes estreitos e compridos – medindo, em média, 5,00x30,00m.

4 – As edificações obedecem claramente a topografia, tanto que as casas do lado direito da rua da matriz são construídas sobre uma rocha com seus quintais em aclave e as do lado esquerdo, tem os seus quintais em declive até quase a margem direita do rio Ipojuca (Foto 4.3).

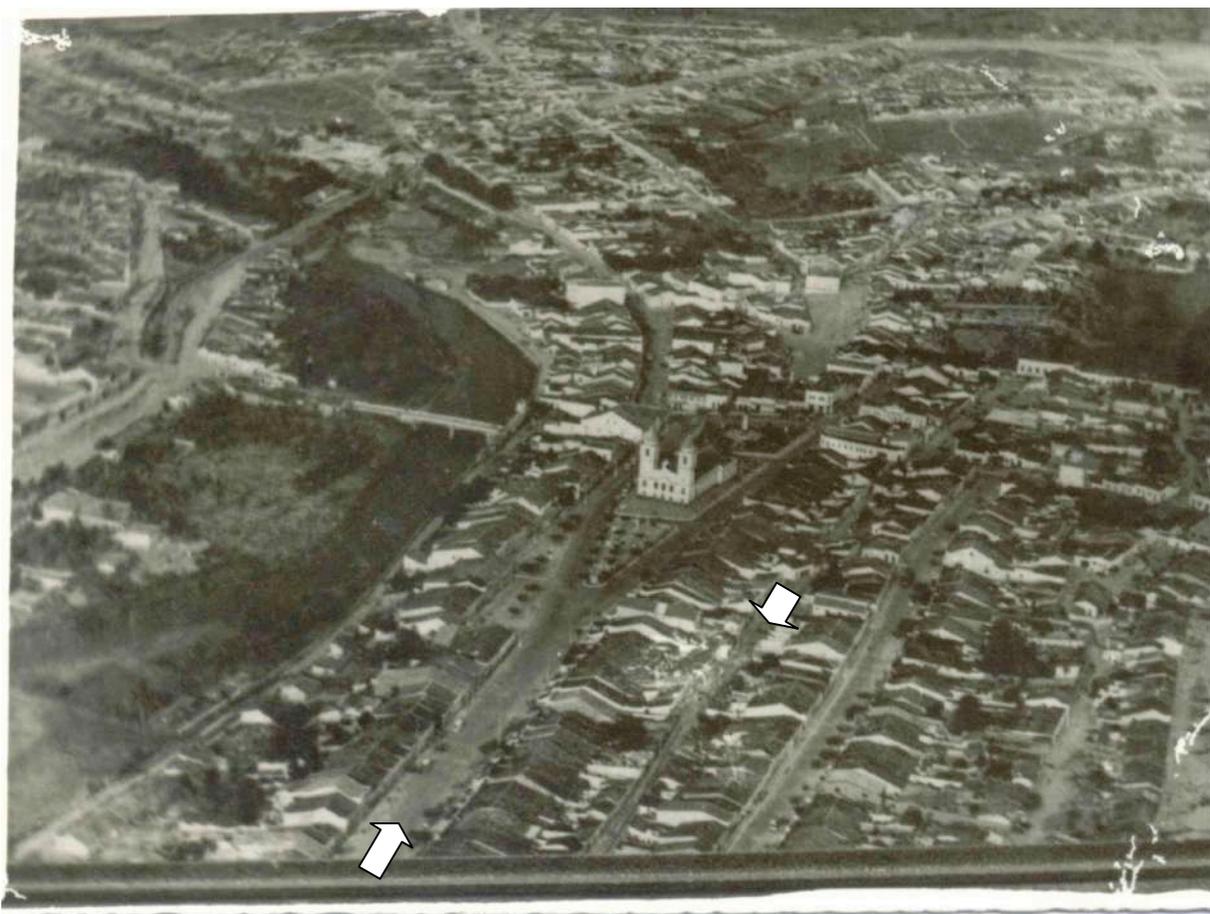


Foto 4.3: Vista aérea de Bezerros em meados da década de 1960 – observa-se a conformação linear da mesma, o ajuste ao terreno e a permanência do traçado estruturador da antiga estrada das boiadas passando por dentro do tecido urbano e indicado pela seta à esquerda e a rua de serviço nos fundos lotes das ruas da Matriz e 9 de Janeiro, indicada pela seta à direita. Fonte: Coleção particular de José Adriano Pereira.

5 – As margens do Ipojuca não chegaram a ser ocupadas por construções, servindo como um rossio, uma área comunal até hoje usada para plantação de banana e capim para o gado.

6 – A partir da rua da Matriz/prça Narciso Lima (estrada das boiadas) desenvolvem-se percursos de implantação paralelos a ela, sendo a mais antiga, a rua 9 de Janeiro, em cujos fundos vai surgir uma rua de serviço que servirá tanto a esta quanto à rua da Matriz, no estilo daquelas existentes nas cidades medievais portuguesas.

Apesar de transpor o período de tempo analisado, seria oportuno mencionar que, no final do tecido urbano de Bezerros em direção ao oeste, um outro marco ainda chegou a ser construído no início do século XX: a capela de Nossa Senhora da Conceição ou “o Cruzeiro”, como é popularmente conhecida. Erguida em terras do Coronel Salviano Machado em 1927, está inserida no caminho das boiadas e serve como a terceira baliza da estrutura linear que é a espinha dorsal da forma urbana da cidade em seu núcleo mais antigo. Juntamente com a capela do Rosário e a matriz de São José, a capela da Conceição serve como um importante elemento de referência no tecido urbano de Bezerros (Fig 4.3; Foto 4.4).



Fig. 4.3: A configuração de Bezerros no final da década de 1920 – notar a permanência do traçado da estrada das boiadas que passa por dentro da cidade e o balizamento da estrutura urbana linear a partir de três monumentos localizados quase que dentro da antiga estrada. Da esquerda para a direita, dentro dos círculos: a capela do Rosário/cemitério, a matriz de São José e a capela de Nossa Senhora da Conceição. Desenho do autor sobre planta-base da FIDEM, 2001.



Foto 4.4: A capela de Nossa Senhora da Conceição ou “Cruzeiro” – mesmo tendo sido construída em 1927, forma, junto com as outras duas igrejas, a baliza final, em direção ao leste, na estrutura linear da cidade. Foto do autor, 2001.

4.1.1.2. Caruaru

A fazenda do Caruru, situada a 134 km do Recife e a uma altitude de 554,00m (FIDEM, 2001), estava encravada na imensa sesmaria doada à família Rodrigues de Sá pelo capitão-mor Dom João de Sousa em 2 de junho de 1681 (BARABALHO, 1983). O processo de transformação da fazenda em povoado e, posteriormente em cidade está melhor documentado do que a maioria dos outros núcleos urbanos da região – uma série de pesquisas levadas a efeito por Nelson Barbalho conseguiu recuperar importantes informações sobre esse processo, inclusive o “Coaderno” de anotações de José Rodrigues da Cruz, neto de um dos fundadores da fazenda do Caruru e fundador do povoado, que registrou sua evolução até sua morte, em 1820.

Por uma série de razões que não cabe discutir neste trabalho, a fazenda passou grande parte do século XVIII abandonada, apesar de ficar também às margens do rio Ipojuca e da estrada das boiadas que levava a Cabrobó. Sua transformação de sede de fazenda de gado para povoado se deu de forma mais rápida e ordenada a partir de quando José Rodrigues da Cruz, resolveu tomar posse da mesma em 1776. Por essa época, já despontavam inúmeras povoações pelo Agreste e Sertão pernambucanos e, o proprietário da fazenda Caruru pôde observar os benefícios que isso trazia para os proprietários dessas fazendas. Estabelecido na casa-grande, o proprietário resolveu, em 1781 construir a capela de Nossa Senhora da

Conceição à margem da estrada das boiadas que passava por dentro da fazenda; permitindo junto com a Igreja, a construção de casas de agregados e “acoutados” também à margem da estrada, dando origem à primeira rua do povoado – a rua da Frente da Igreja ou, simplesmente, rua da Frente (Foto 4.5). Neste mesmo ano tem início a feira semanal que aos poucos se tornaria a maior e mais conhecida de Pernambuco: a Feira de Caruaru (BARBALHO, 1983, v. 9, p. 95).



Foto 4.5: A matriz de Nossa Senhora da Conceição – construída originalmente em 1781, é o verdadeiro marco de fundação de Caruaru, sendo o último remanescente da antiga fazenda do Caruru. Foto do autor, 2001.

O surgimento da Rua da Frente (Foto 4.6) segue o processo de ocupação edilícia à margem de percursos-matrizes: a partir do pólo representado pela sede da fazenda/capela de Nossa Senhora da Conceição, o povoado se desenvolve linearmente em direção ao oeste, até que, pára ao encontrar um depressão no terreno conhecida como “Baixinha”, nas proximidades do morro do Bom Jesus e, em direção ao leste, segue até encontrar outro pólo, a sede do sítio do Salgado.

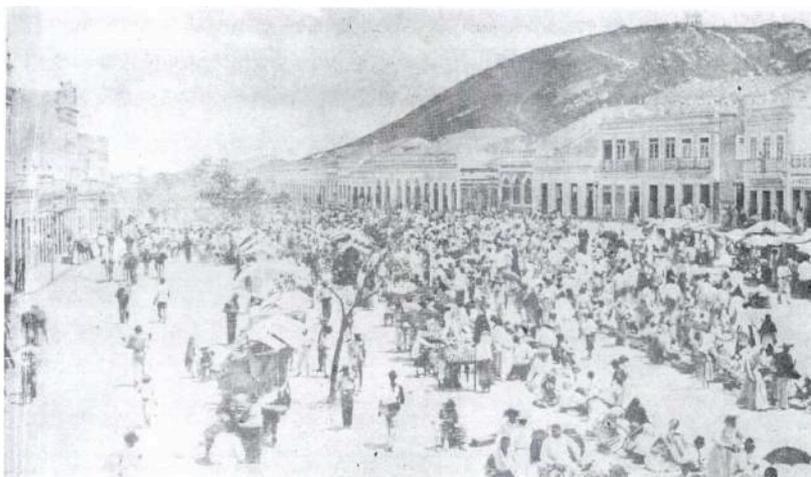


Foto 4.6: A rua da Frente vista da matriz da Conceição numa fotografia do início do século XX – nota-se a popular feira de Caruaru, surgida em 1781. Fonte: BARBALHO, 1993.

Cabe salientar que o processo de ocupação do núcleo central de Caruaru, se deve ao estabelecimento do patrimônio da capela de Nossa Senhora da Conceição, instituído por José Rodrigues da Cruz, aos 21 de fevereiro de 1781. A parte referente às terras doadas equivale quase que exatamente à feição que a cidade apresentaria no final do século XIX. A Igreja, com a anuência de José Rodrigues da Cruz, que continuava como administrador dos bens da capela, tratou de lotear a área central da propriedade, favorecendo ainda mais o processo de transformação da fazenda em núcleo urbano.

Segundo informações do “Coaderno” de José Rodrigues da Cruz, compiladas por BARBALHO (1983, v. 9, p. 87), em 1800 tem início a tradicional festa de Natal do Caruru, indicando também a existência de um comércio permanente e do uso da rua da Frente como pátio para as manifestações profanas e religiosas, características das festas natalinas.

A descrição da Viagem do Recife a Cabrobó de 1802 diz que o lugar do Caruru possuía sessenta casas e que o seu comandante era o capitão José Rodrigues da Cruz – nesta época não havia administração civil no lugar, o dono da fazenda, feito capitão de milícia era a lei máxima no povoado, decidindo o que fazer e o que não fazer em todas as instâncias, inclusive, como já foi dito, dando couto a indivíduos de índole duvidosa e lotes de terra a quem pedisse. Na descrição do povoado são citados dois currais, sendo que um deles permaneceu na estrutura da cidade, servindo para a feira de gado até o início do século XX (Foto 4.7).

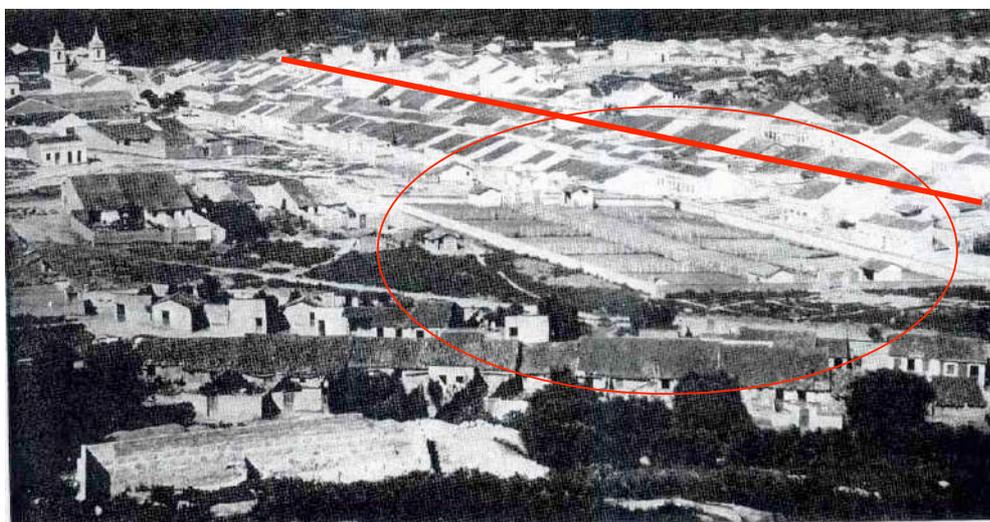


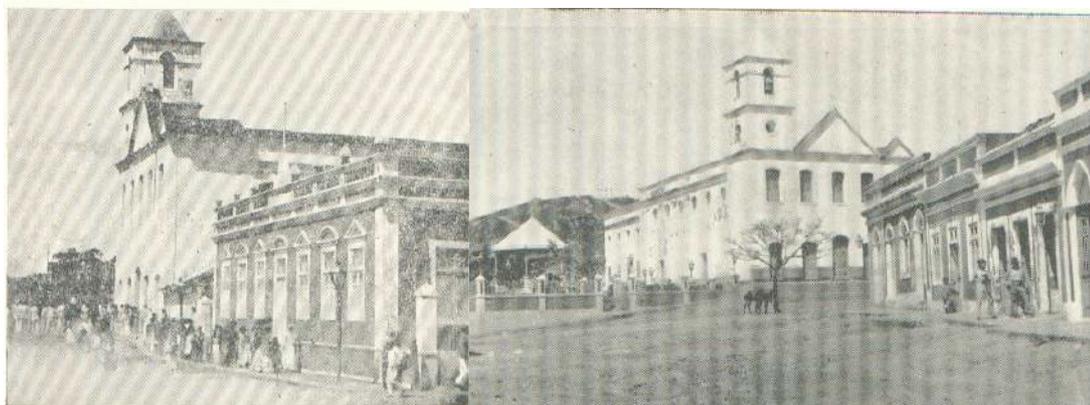
Foto 4.7: Vista geral de Caruaru tomada do morro do Bom Jesus no início do século XX – é perceptível a estrutura linear primitiva da cidade, indicada pela linha em vermelho, bem como a existência, dentro do tecido urbano, de um curral para a feira de gado que ocorria desde o final do século XVIII, indicado pela elipse em vermelho. Fonte: BARBALHO, 1993.

O povoado manterá a forma linear até 1820, com o surgimento de uma nova rua, chamada pelos caruaruenses (ou caruruenses, como se dizia na época) de Rua do Cafundó,

mais um percurso-matriz que era, originalmente, a estrada que ligava o Caruru à fazenda Santa Rosa, do lado direito do rio Ipojuca e ao sul da rua da Frente. Logo após, define-se um percurso em direção ao norte, em demanda da lagoa da Porta (hoje desaparecida), o que dá ao povoado uma feição cruciforme.

Os lotes desse trecho original da cidade, que ainda subsistem guardarão as mesmas proporções encontradas em Bezerros – 1: 6, em média. A implantação será a da cidade colonial brasileira: casas de porta-e-janela dando diretamente para a rua; quando sobrados, terão o comércio no térreo e a residência no(s) pavimento(s) superior(es); quintais no fundo.

O Lugar do Caruru, como era chamado na época, vai ter sua segunda igreja construída em 1848, aquela que viria a ser a igreja matriz de Nossa Senhora das Dores e localizada onde hoje se ergue a catedral dedicada à mesma Santa, mas feita de concreto armado e datada da década de 1960. Sua construção, estranhamente não vai gerar um, pátio à sua frente, mas servirá para o desenvolvimento da antiga rua da Angolinha, já existente quando da sua construção e, posteriormente chamada de rua da Matriz, hoje avenida Rio Branco. A matriz possuirá um amplo espaço lateral que, já dentro do espírito da época, será mais uma praça ajardinada que um pátio de igreja colonial. Vale frisar que a matriz de Nossa Senhora das Dores será construída no alinhamento da quadra, tal como certas igrejas do Recife, e não isolada na paisagem tal como foi a capela de Nossa Senhora da Conceição.

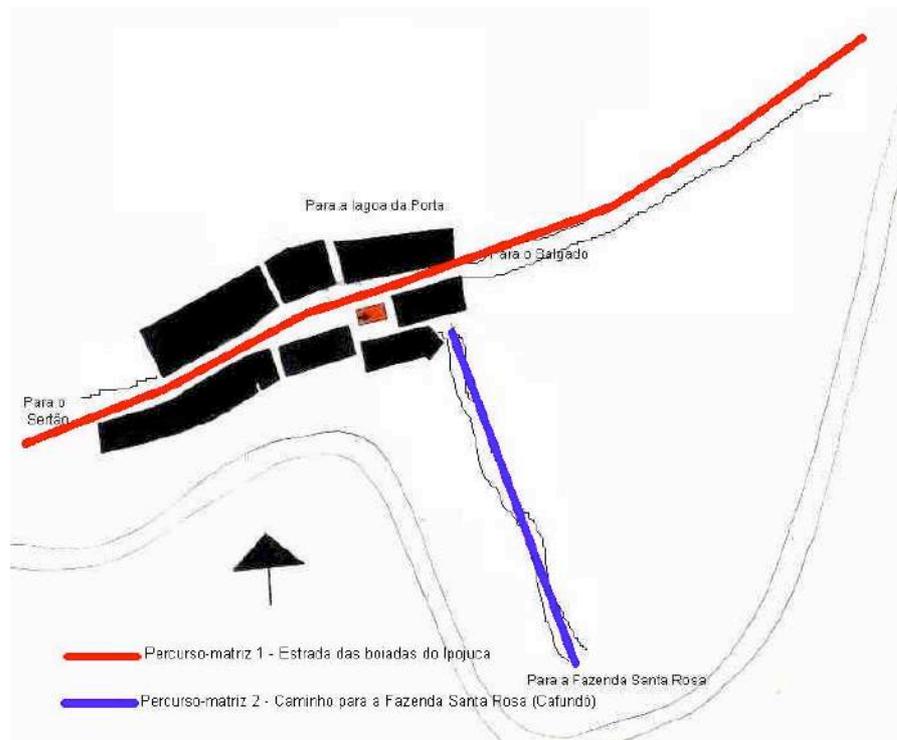


Fotos 4. 8 e 4.9: Dois aspectos da antiga matriz de Nossa Senhora das Dores em fotografias do início do século XX – à esquerda, nota-se como a igreja foi construída no alinhamento da rua, ao contrário da matriz da Conceição e, à direita, vê-se o jardim murado construído na sua lateral. Fonte: BARBALHO, 1972.

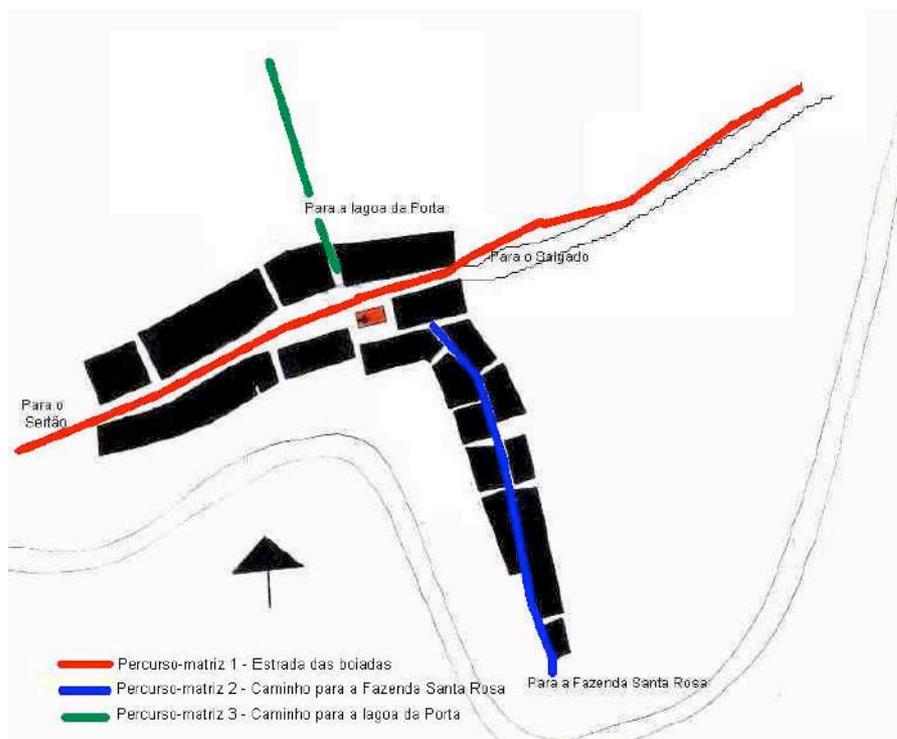
Em 1852, o povoado que, estranhamente nunca foi elevado oficialmente à vila apresentava noventa e oito edifícios, sendo noventa e três residências e cinco casa comerciais (MELLO, 1979).

O crescimento do povoado teve um forte incremento entre 1820 e 1857, quando foi finalmente elevado à cidade. Levantamento efetuado pela Câmara de Vereadores em 1858 e descrito por BARBALHO (1972, p. 103-110) aponta a existência de doze ruas “oficiais” e

vários becos, que se desenvolveram não mais seguindo o curso do rio ou procurando outros percursos-matrizes, mas sim , através da ocupação das áreas intersticiais existentes entre os percursos-matrizes originais, gerando percursos de implantação e de união, que darão ao tecido urbano um aspecto mais ou menos rádio-concêntrico (Fig. 4.4).



A



B

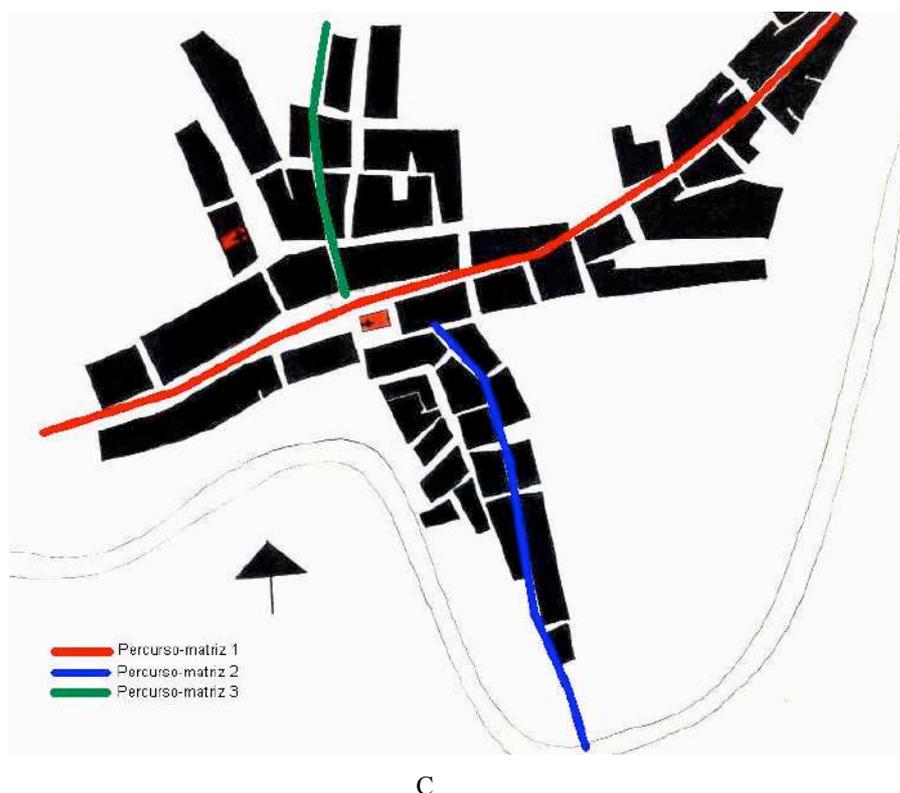


Fig 4.4: A provável evolução de Caruaru desde o final do século XVIII até 1858 – A – 1800, B – 1820, C – 1858, com a indicação dos seus principais percursos-matrizes. O perímetro foi obtido a partir da análise de percurso e pesquisa bibliográfica. Desenho do autor sobre planta-base da FIDEM, 2001.

Tal como aconteceu com Bezerros, a já cidade de Caruaru vê a chegada da Estrada de Ferro Central de Pernambuco em 1896 (PINTO, 1949) (Fig 4.5). A via férrea será o limite da malha urbana ao norte até a metade do século XX, desenvolvendo-se ao longo da mesma, apenas armazéns de secos e molhados, residências de funcionários da *The Great Western of Brazil Railway Co. Ltd.* (próximas à estação) e fábricas de beneficiamento de algodão como a Fábrica Caroá – que servirão para impulsionar ainda mais a economia da região, principalmente após a década de 1860, com o aumento das exportações do algodão brasileiro, devido à Guerra de Secessão nos E.U.A., que destruiu os algodoais do sul daquele país (ANDRADE, 1973, p. 152).

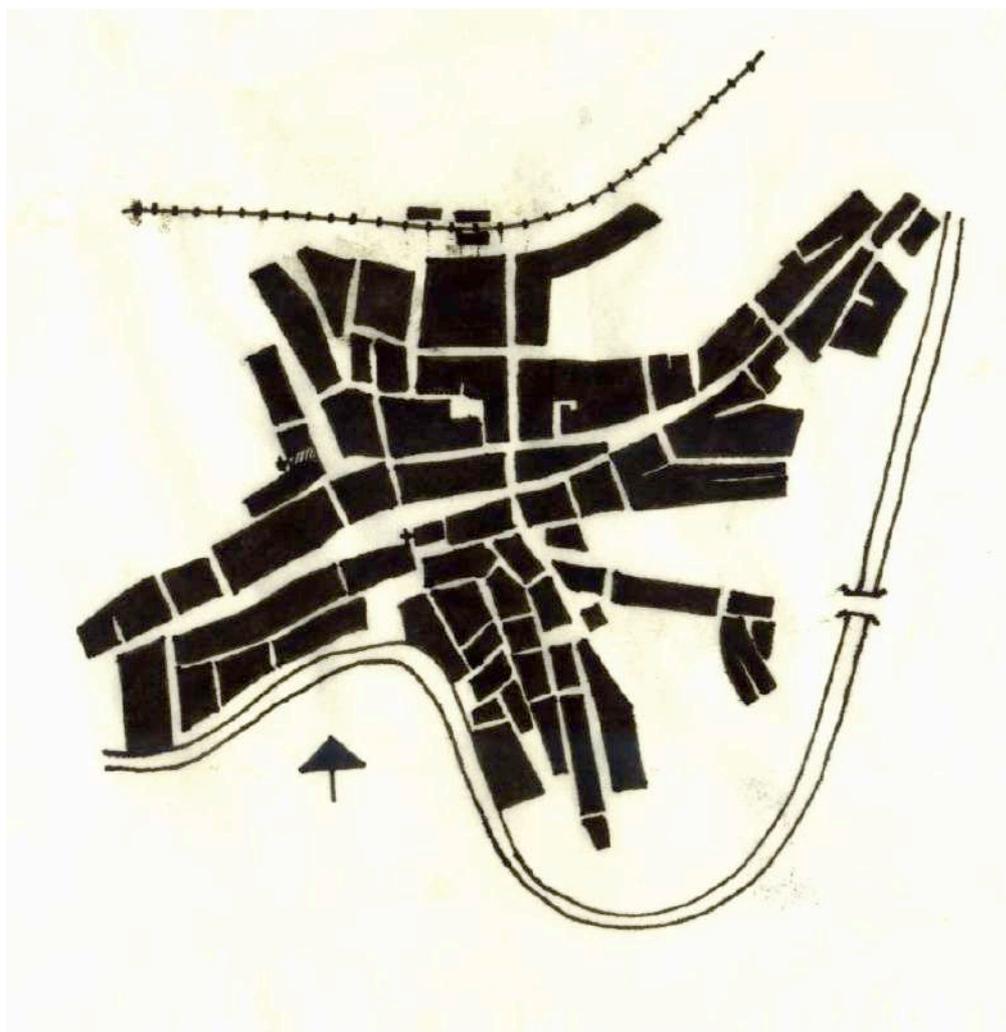


Fig. 4.5: A provável ocupação de Caruaru no final do século XIX – nota-se que, de um modo geral as ruas continuaram a surgir a partir do antigo núcleo da fazenda de gado. Desenho do autor sobre planta-base da FIDEM, 2001.

4.1.1.3. Cimbres

A Missão de Santo Antônio do Ororubá, mais tarde de Nossa Senhora das Montanhas do Ororubá, foi estabelecida pelos padres oratorianos de São Filipe Néri em 1679, em sesmaria pertencente a João Fernandes Vieira, depois a Bernardo Vieira de Melo (BARBALHO, 1983), com o objetivo de catequizar os índios Xucurus e Paratiós existentes na região. Situada a 234 km do Recife, 20 km ao norte da estrada das boiadas do Ipojuca e numa altitude de 840,00m (FIDEM, 2001), a missão foi logo transformada em freguesia, ainda em 1692, sendo sua igreja elevada a matriz – a primeira do Agreste (BARBALHO, 1983).

Por ser uma missão religiosa de catequese de índios, a Missão do Ororubá, chamada mais tarde de Povoado de Monte Alegre (BARBALHO, 1983), já foi erguida segundo um plano regulador: a sede da missão se constituía de uma grande praça retangular com a igreja numa das extremidades, ladeada pelo hospício dos padres oratorianos e pelas habitações dos índios, quase sempre choças de palha ou taipa. A missão permaneceu sob a orientação dos

missionários oratorianos até que em 17 de agosto de 1758, no reinado de Dom José I e sob o governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, então Conde de Oeiras, quando o “Diretório dos Índios” é confirmado e estendido a todo o Brasil, tornando os índios livres e vassallos do rei (VAINFAS, 2000), estabelecendo um governo civil nas missões religiosas e, claro, atingindo a missão do Ororubá.

Alguns anos mais tarde, em 1761, Dom José I estabelece um processo de fundação de novas vilas no Brasil, dentro do que DELSON (1997) chama de “planejamento espacial e social no século XVIII”. Como já foi discutido anteriormente, as missões religiosas em território indígena deveriam ser transformadas em vilas ou lugares para um maior controle da administração régia sobre os índios, sendo assim, sob a orientação da metrópole, o então governador de Pernambuco, Luís Diogo Lopes da Silva designa Manuel de Gouveia Álvares, ouvidor-geral da Comarca das Alagoas para visitar as missões do interior da capitania, erigindo-as em vilas caso estas apresentassem condições mínimas para tal, através de ofício datado de 29 de abril de 1761.

O texto abaixo, retirado do edital de 26 de março de 1762, deixa clara a intenção de se levantar um núcleo urbano ordenado:

O desembargador Manuel de Gouveia Álvares...nomeado para o estabelecimento das vilas e lugares dos índios deste distrito, capitania de Pernambuco... faço saber que sendo expedidas bulas pontificias, repetidas leis e ordem régias em beneficio dos índios... E determinando-se que nas mesmas referidas leis que os mesmos índios tenham nas ditas novas povoações o governo civil e o comércio... para que todos os índios que os habitarem gozem de todos os privilégios e liberdades... e só com a sujeição às leis e ordens régias, foi Sua Majestade... servido mandar dar efetiva execução às referidas leis... ordenando lhe dessem o predicamento de vila ou lugares, como pedisse o número dos moradores e outras circunstâncias respectivas. E como pela relação dos moradores que atualmente se acham habitando esta povoação antigamente chegada Ararobá, e depois Monte Alegre, a qual agora fica sendo denominada povoação de Cimbres, para evitar a equivocação de outras povoações do mesmo antecedente nome, e constar ter o número de casais e moradores que prescrevem as ordens régias para que da dita povoação se possa criar uma vila. Portanto ordeno aos principais e mais moradores e índios desta dita povoação, que no dia vinte e oito do corrente mês, de tarde, concorram ao terreiro junto da igreja para se determinar o lugar da dita povoação mais próprio para servir de praça e para se assinarem as áreas ou terrenos competentes para casas de câmara de audiência e de cadeia e das mais oficinas públicas, e para se delinear a forma em que hão de ficar as ruas e se regular a construção das casas e quintais dos moradores e o assentamento dos currais em que se possam recolher os gados em comum e se assinar terra para baldios, pastos públicos e para o patrimônio da câmara, com reserva de todas a necessária para a distribuição que hão de ter os ditos índios moradores, na forma determinada pelo Diretório... Dado nesta nova povoação de Cimbres aos vinte e seis dias do mês de março de mil setecentos e sessenta e dois. E eu, José da Silva, escrivão destas diligências, que o escrevi. Manuel de Gouveia Álvares. Escrevi e assinei, em fé de verdade, José da Silva.

Aos 3 de abril de 1762 a povoação dos índios Xucurus tem seu pelourinho “de tijolo e cal” levantado no centro da praça, materializando a ereção da “Vila Nova de Cimbres”⁵, como é citada em documentos da época. Os padres da Congregação do Oratório são expulsos do lugar e é designado um governo civil sediado, provisoriamente, no antigo hospício dos padres oratorianos. Estabelecidos os limites da área urbana, rossios, patrimônio da câmara e a área rural, a vila deveria se desenvolver segundo um padrão regular, apesar de não terem sido encontradas evidências da existência de uma planta que definisse sua forma (Fig. 4.6).



Fig. 4.6: Detalhe da *Carta Topográfica...* de 1766 – até o momento, única indicação cartográfica da existência da Vila de Cimbres no século XVIII. Fonte: Laboratório de Ensino e Pesquisa em História/UFPE.

No tocante à área sob a administração da Vila de Cimbres, esta compreendia todo o território que atualmente vai desde Vitória de Santo Antão, a leste; até Flores, a oeste; passando por Cabrobó, Garanhuns e Penedo (hoje em Alagoas), ao sul; até o limite com o território da cidade da Paraíba (hoje João Pessoa), ao norte. Sua administração estava a cargo do diretor dos índios e da câmara; possuindo também um juiz ordinário.

No entanto, apesar da sua importância política, a Nobre e Real Vila de Cimbres, como passou a ser denominada a partir de alvará de 15 de janeiro de 1810, não se desenvolveu fisicamente (Fig. 4.7).

⁵ Cimbres é o nome de uma freguesia do Concelho de Armamar, ao sul do Douro, Portugal.

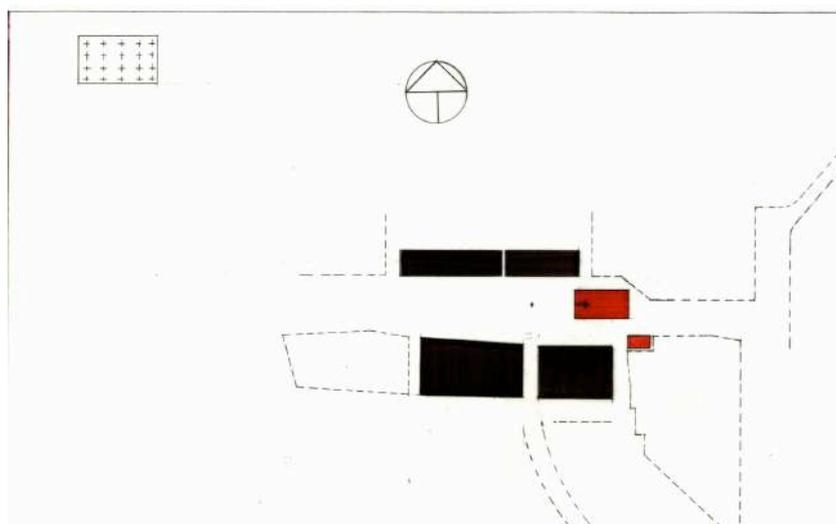


Fig. 4.7: A planta atual de Cimbres – em preto, as quadras mais antigas (século XVIII), em vermelho, a igreja e o senado da câmara e, em tracejado, as quadras surgidas no século XX. Desenho do autor sobre planta-base da FIDEM, 2001.

De antemão, quando da sua ereção em 1762, já estava definida a praça onde foi erguido o pelourinho, a matriz da Freguesia de Nossa Senhora das Montanhas do Ororubá (Foto 4.10) já tinha condições de ser a matriz da vila e o hospício dos oratorianos foi aproveitado para a sede do “senado da câmara” do Município de Cimbres (Foto 4.11), estabelecido em 1786.

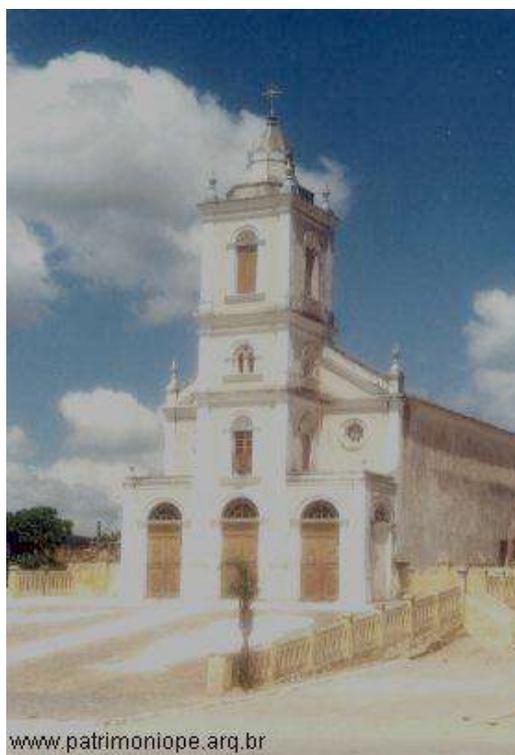


Foto 4.10: A matriz de Nossa Senhora das Montanhas, erguida originalmente em 1679, foi reconstruída em 1852 por frei Caetano de Messina, adquirindo as feições atuais. Foto do autor, 2000.



Foto 4.11: o senado da câmara de Cimbres, antigo hospício dos padres oratorianos – pelas suas dimensões e caráter improvisado, deduz-se a precariedade da administração municipal da época. Foto do autor, 2000.

Sua função, de missionária, passou a administrativa, mas inserida numa região onde não havia um comércio desenvolvido e distante das rotas das boiadas, não logrou tomar a forma que deveria ter tido (Fig 4.8).

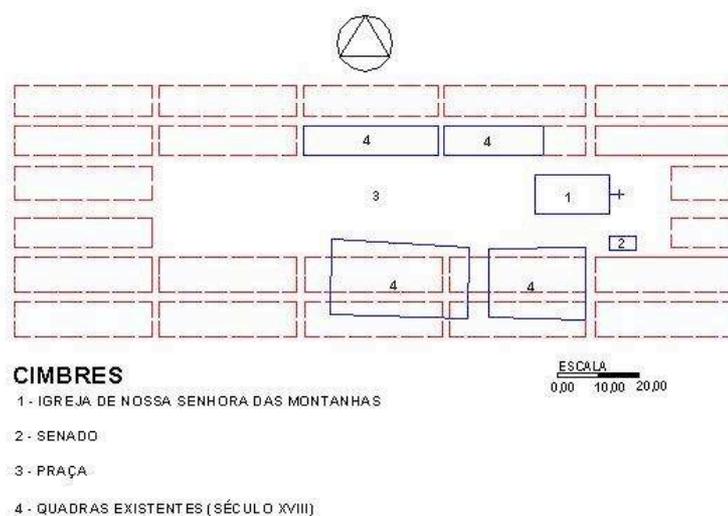


Fig. 4.8: A provável forma de Cimbres, caso tivesse se desenvolvido segundo as determinações do edital de 26 de março de 1762 – em azul, prédios e quadras existentes, em vermelho tracejado as quadras que não chegaram a existir. A forma foi deduzida com base nas plantas de outras vilas surgidas na mesma época. Desenho do autor sobre planta-base da FIDEM, 2003.

Ao longo do século XVIII, Cimbres se manteve, de modo precário, como sede de um vastíssimo território, que seria aos poucos desmembrado com a criação da vila de Pajeú de Flores (hoje Flores, 1811). Devido ao seu difícil acesso, Cimbres foi por vezes preterida como sede do julgado em função do Povoado do Brejo da Madre de Deus, situado em lugar mais aprazível, apesar da câmara permanecer na sede da vila, no mesmo hospício dos padres

oratorianos, já que a nova casa de câmara e cadeia, jamais chegou a ser construída. Devido à distância da vila da estrada das boiadas do Ipojuca, Cimbres estagnou-se e terminou por ser substituída pela povoação do Poço da Pesqueira (hoje Pesqueira), pela Lei Provincial nº 20 de 13 de maio de 1836, como sede do Município de Cimbres e definitivamente alijada de todas as prerrogativas administrativas⁶. Em 1852 só havia 40 casas na vila (MELLO, 1979), o que atesta a atrofia desse núcleo urbano em comparação, por exemplo com Bezerros e Caruaru.

O que aconteceu à Vila de Cimbres foi um processo de “seleção natural” entre os núcleos urbanos do Agreste. Sua origem difere das outras duas analisadas neste trabalho, mas é similar à das atuais cidades de Águas Belas, Brejo da Madre de Deus e Limoeiro, também surgidas de missões religiosas e também localizadas no Agreste. Seria lícito dizer que, o seu principal problema foi a localização – surgida aproximadamente na mesma época da definição das principais rotas de boiadas, a missão do Ororubá estava bastante distanciada, para os padrões da época, da rota de gado mais próxima.

Sua função primordial foi de catequese, o que não demandava uma localização favorável ao desenvolvimento do comércio, mas a partir do momento em que ela se tornou sede de comarca e município, não poderia sobreviver apenas com as funções administrativas e estas, quase sempre surgidas na região após a estruturação de uma base comercial, geralmente se subordinava ao comércio, ou melhor dizendo, aos comerciantes.

Outro aspecto que se deve evidenciar é o aspecto precário dos meios para a instalação da vila: aproveita-se o que tem, evidenciando o imprevisto do processo – a praça já existia, não era necessário refazê-la; a matriz, idem e a câmara poderia ser instalada (e o foi) em um prédio de uso totalmente diverso. E essa precariedade permaneceu até que o povoado do Poço da Pesqueira, surgido a partir da sede de uma fazenda de gado, no princípio do século XIX, sobrepujou a sede do município, evidenciando a artificialidade da instalação da vila em local de difícil acesso e ligada a um episódio histórico específico: a necessidade de controle da população da região, em especial os índios, dotando-os de uma estrutura administrativa ordenada, materializada por uma forma urbana que deveria ter sido, também, ordenada.

Atualmente, Cimbres é uma vila, sede do distrito homônimo, pertencente ao município de Pesqueira. Pesquisa de campo comprovou a existência da matriz de Nossa Senhora das Montanhas – reconstruída em 1852 por frei Caetano de Messina, e do Senado da Câmara, situado à direita de quem está de frente para a matriz. A praça ainda guarda a forma original: extremamente larga e comprida, medindo, aproximadamente, 70,00m por 380,00m (Foto

⁶ O município de Cimbres, com sede em Pesqueira permaneceu até 1909, quando a lei estadual nº 911 de 01 de julho daquele ano instituiu a homonímia entre o nome do município e o de sua sede.

4.12); nela se situa um cruzeiro, também levantado pelo missionário italiano; o pelourinho há muito foi derrubado.



Foto 4.12: A praça de Cimbres vista do adro da matriz, com grandes dimensões, características das vilas ordenadas do século XVIII. Observe-se o casario dos dois lados, que, originalmente, deveria ter as fachadas iguais. Foto do autor, 2000.

Das quadras que foram cordeadas no século XVIII, foram identificadas, por suas características morfológicas e tipológicas, apenas duas – as demais, irregulares e com edificações de estilo indefinido, são todas do século XX. As edificações mais antigas apresentam testada com 5,00m de largura, em média, sendo quase todas, de porta-e-janela, com lotes pouco profundos, providos de quintal. A proporção largura-comprimento dos lotes estaria em torno de 1:4, o que foge um pouco dos padrões encontrados em Bezerros e Caruaru. Não existem provas para afirmar que tão proporção esteja de acordo com alguma determinação régia. Na quadra do lado esquerdo para quem está de frente para a igreja existem dois pequenos becos que vão dar nos fundos do lotes, o que talvez indique a intenção de se executarem ruas de serviço (Foto 4.13).



Foto 4.13: O beco de serviço e o fundo dos lotes das quadras mais antigas de Cimbres – tanto as quadras quanto os lotes seguem o padrão característico da urbanística portuguesa. Foto do autor, 2000.

Como a vila não se desenvolveu, resta apenas a possibilidade de se deduzir sua forma final, baseada em plantas de vilas surgidas no mesmo período e dentro do mesmo espírito, em outros lugares da colônia. Pode-se observar, mais adiante, a comparação entre a provável planta de Cimbres e a planta da Vila de Parnaíba, fundada no Piauí em 1761. Ambas surgiram segundo a idéia pombalina de organização e controle da sociedade através da forma urbana e, em graus diferentes, sofreram com a decadência ocasionada pelo progressivo desaparecimento dos motivos geradores da necessidade da existência de tais vilas dentro do contexto social em que foram criadas.

Sua condição parece atestar que, de modo claro, que o desenvolvimento urbano da região estava intrinsecamente ligado às atividades pecuárias e que tentativas de se estabelecer centros administrativos desvinculados do processo econômico dominante na região resultariam em experiências infrutíferas.

4.1.1.4. Comparação entre os três núcleos urbanos

Ao final da descrição e análise dos três núcleos urbanos objetos dessa pesquisa é possível elaborar um quadro sinóptico onde se descrevem as características morfológicas dos seus elementos estruturadores, o que facilitará na posterior comparação com outros núcleos urbanos coloniais:

Elementos estruturadores do espaço urbano	Núcleos urbanos		
	Bezerros	Caruaru	Cimbres
Rua	A rua da Matriz é o	As ruas mais antigas	As ruas previstas não

	<p>trecho da estrada das boiadas que corta a fazenda dos Bezerras. Esse será o grande percurso-matriz da povoação. Mais tarde, as ruas surgirão paralelas àquela, obedecendo a topografia do lugar e gerando uma cidade de forma linear. São, de um modo geral, largas.</p>	<p>surgem a partir de percursos-matrizes: a estrada das boiadas, o caminho entre o Caruru e o Salgado, entre o Caruru e Santa Rosa e entre o Caruru e a lagoa da Porta. São, de um modo geral, largas. Posteriormente, os espaços entre as quatro ruas primordiais será ocupado por outras ruas que obedecerão as condições topográficas da região.</p>	<p>chegaram a ser construídas, restando apenas a possibilidade de deduzi-las a partir de outras vilas surgidas no mesmo período e sob circunstâncias similares.</p>
Praça	<p>Apresenta-se regular e com grandes dimensões, surgida desde o início para a instalação da feira, numa espécie de “dilatação” do caminho das boiadas e situada em frente à capela e à sede da fazenda.</p>	<p>Apresenta-se regular e com grandes dimensões, surgida desde o início para a instalação da feira, numa espécie de “dilatação” do caminho das boiadas e situada em frente à capela e à sede da fazenda.</p>	<p>Apresenta-se regular e com grandes dimensões, como a de todas as vilas que tinham um plano prévio, sua função seria a de ajuntamento da população, reunião cívica para ouvir leis, decretos alvarás e outros; obviamente, também teria a função de local para a feira e festas religiosas.</p>
Quadra	<p>As quadras terão um formato retangular, com um número extremamente variável de lotes.</p>	<p>As quadras terão um formato retangular, com um número extremamente variável de lotes.</p>	<p>as quadras resultantes do processo de ordenamento da vila apresentam-se regulares, retangulares e formadas pela agregação dos lotes, como na quadra tradicional da cidade portuguesa.</p>
Lote	<p>Apresentando uma proporção aproximada de 1:6 entre sua largura e seu comprimento. Suas larguras variam entre 4,0 e 7,0m metros e os</p>	<p>Apresentando uma proporção aproximada de 1:6 entre sua largura e seu comprimento. Suas larguras variam entre 4,0 e 7,0m metros e os</p>	<p>Apresentando uma proporção aproximada de 1:4 entre sua largura e seu comprimento, é bastante regular, ocupado em parte pelo edifício e,</p>

	comprimentos entre 25,0 e 40,0m. É ocupado em parte pelo edifício e, em parte pelo quintal.	comprimentos entre 25,0 e 40,0m. É ocupado em parte pelo edifício e, em parte pelo quintal.	em parte pelo quintal.
Edifício (Fotos 4.14, 4.15 e 4.16)	Construído de acordo com os preceitos da cidade tradicional portuguesa – com a fachada no alinhamento da rua; geminado com os outros lotes da quadra, com uma saída para a rua, na frente e uma para o quintal, nos fundos; possui telhado em duas águas, perpendiculares ao alinhamento da praça; os exemplares ainda existentes variam na largura e no comprimento, mas mantendo uma proporção comum.	Construído de acordo com os preceitos da cidade tradicional portuguesa – com a fachada no alinhamento da rua; geminado com os outros lotes da quadra, com uma saída para a rua, na frente e uma para o quintal, nos fundos; possui telhado em duas águas, perpendiculares ao alinhamento da praça; os exemplares ainda existentes variam na largura e no comprimento, mas mantendo uma proporção comum.	Construído de acordo com os preceitos da cidade tradicional portuguesa – com a fachada no alinhamento da praça (ou rua); geminado com os outros lotes da quadra, com uma saída para a rua, na frente e uma para o quintal, nos fundos; possui telhado em duas águas, perpendiculares ao alinhamento da praça; a notar pelos exemplares mais antigos, todos os edifícios tinham a mesma altura de cumeeira, a mesma largura e o mesmo comprimento.
O monumento ou edifício singular	Podem ser listados três de grande importância para a estrutura da cidade: A igreja matriz de São José, a capela do Rosário/cemitério e a capela da Conceição. A matriz serve como baliza da praça principal e suas torres podem ser vistas de todo o núcleo antigo da cidade, desde o Rosário até a Conceição ou “Cruzeiro”, servindo como ponto de referência num tecido urbano pouco inteligível.	O principal monumento de Caruaru sempre foi a capela, hoje igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição. Situada no pátio da feira, praticamente na estrada das boiadas, servia como elemento balizador tanto dos que vinham quanto dos que iam para o Sertão. A existência da matriz de Nossa Senhora das Dores parece não ter desempenhado papel muito relevante na estruturação da cidade,	Apenas dois podem ser listados – a igreja matriz de Nossa Senhora das Montanhas e o senado da câmara. A igreja domina a paisagem por suas proporções bastante diferenciadas em relação ao casario, balizando a perspectiva da praça, já o prédio do senado da câmara é por demais tímido, quase se confundindo com o casario, apesar de ser isolado das casas pelos quatro lados; sua situação

		<p>devido à forma como foi inserida no tecido urbano, praticamente ligada a uma quadra existente e destituída de um pátio com as características da matriz de Nossa Senhora da Conceição.</p>	<p>se explica pelo fato de não ter sido construído originalmente para ser uma casa de câmara e cadeia e sim, uma moradia para os padres oratorianos que comandavam a missão.</p>
--	--	---	--

Tabela 4.2 – Comparação entre as características dos elementos estruturadores dos três núcleos urbanos pesquisados.



A



B



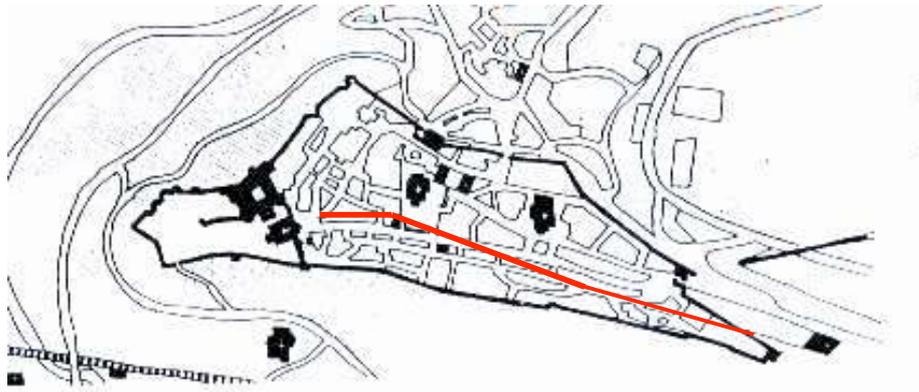
C

Fotos 4.14, 4.15 e 4.16: A estrutura dos edifícios e sua disposição no tecido urbano são as mesmas nos três núcleos urbanos, derivando, por sua vez, da tipologia/morfologia típica da cidade colonial – A – Caruaru, a rua da Frente no início do século XX; B – Bezerros, a rua da Matriz; C – Cimbres, a praça, também conhecida como rua Cardeal Arcoverde e rua Coronel Leonardo Siqueira. Fontes: A- BARBALHO, 1972; B e C – Fotos do autor, 2000.

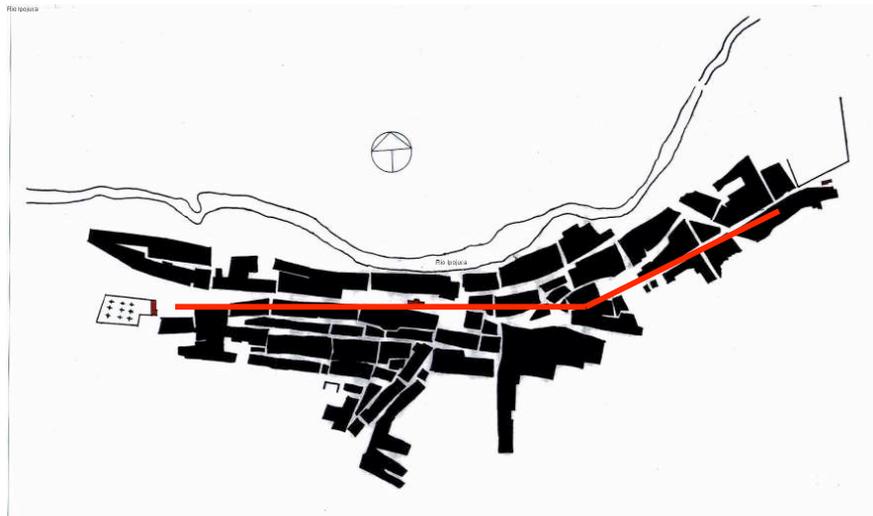
4.1.2. COMPARAÇÃO COM ALGUNS NÚCLEOS URBANOS DO PERÍODO COLONIAL

Ao final da análise que, já demonstrou a existência de princípios estruturadores comuns aos três núcleos urbanos, mesmo com origens, formas e motivações diferentes, pretende-se verificar de forma breve, a relação dos três objetos de estudo com alguns outros núcleos urbanos do período colonial. A análise será baseada, principalmente em cartografia e em alguns estudos mais específicos sobre este ou aquele núcleo, classificando os objetos de estudo dentro de dois grandes grupos cujas características já foram analisadas pela maioria dos estudos sobre a cidade colonial brasileira: os núcleos urbanos “orgânicos” – onde se encaixam Bezerros e Caruaru, e os núcleos urbanos ordenados – onde se encaixa Cimbres.

Bezerros e Caruaru representam um modo de produção do espaço urbano tido como “vernacular” (TEIXEIRA e VALLA, 1998, p. 14) e “orgânica” (KARIMI, 1997, p. 06.1-06.2; KOSTOF, citado por GUERREIRO, 2000; etc.). Guardam semelhanças com as primeiras cidades coloniais dos séculos XVI e XVII e, mesmo com as cidades medievais portuguesas (Fig. 4.9). Uma simples comparação de plantas já traz uma série de semelhanças no arranjo e forma dos elementos estruturadores (Fig. 4.10).



A



B

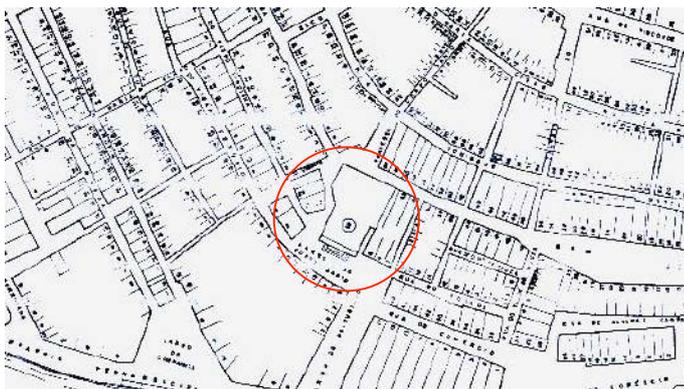
Fig. 4.9: As estruturas lineares de crescimento “orgânico” presentes em algumas cidades do Agreste podem ter sua origem em modelos do urbanismo medieval português – A – Óbidos, Portugal (século XIII); B – Bezerros (século XX). Fonte: A – LAMAS - 1992/B – Desenho do autor sobre planta-base da FIDEM, 2001.



A



B



C

Fig 4.10: As semelhanças entre a morfologia de A – Bezerros, B – Caruaru e C- Bairro do Recife em 1907, antes da reforma do porto – as ruas, as quadras e os lotes apresentam-se com as mesmas proporções, se adequando às condições locais. Nos Três casos há a presença do monumento marcando o ambiente – de cima para baixo, dentro do círculo vermelho: a matriz de São José (século XVIII), a matriz da Conceição (1781) e a matriz do Corpo Santo (século XVI). Fontes: A e B – COMPESA, 2002 e C – DPSH, 1980.

As pesquisas identificaram, pelo menos, do ponto de vista formal, uma série de semelhanças entre Bezerros e Caruaru e outras cidades do período colonial. Apesar de arriscar uma possível relação formal entre os dois núcleos pesquisados e outras de períodos mais antigos da urbanização como Recife (1537) e Sirinhaém (1612) – por suas forma lineares (Fig. 4.11), parece que uma relação mais próxima, devido ao fato primordial que lhes deu origem: a necessidade de conquista do interior da colônia – se dá entre Bezerros e Caruaru e as cidades mineiras do ciclo do ouro, quase todas formadas a partir de percursos-matrizes, apresentando linearidade, adaptação à topografia e ligação entre pólos – sedes de fazendas, no caso de Caruaru; arraiais de mineração, no caso, por exemplo, de Ouro Preto ou Diamantina (Fig. 4.12) (VASCONCELLOS, 1959, 1977).

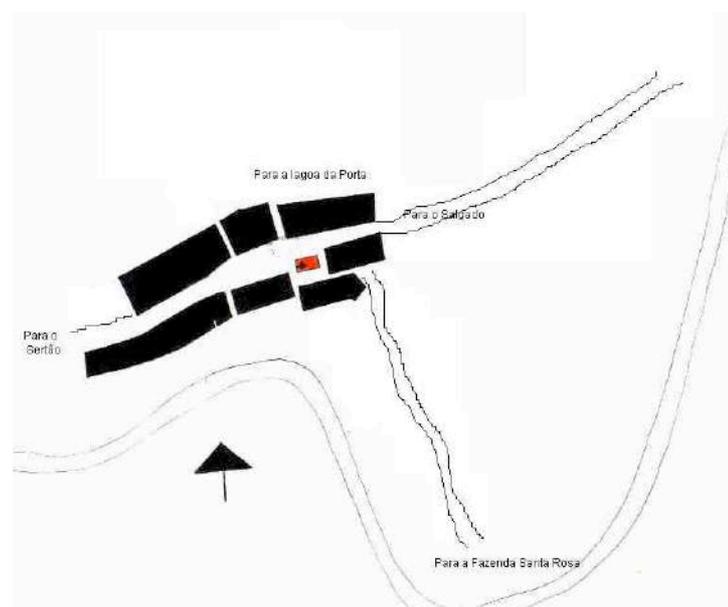
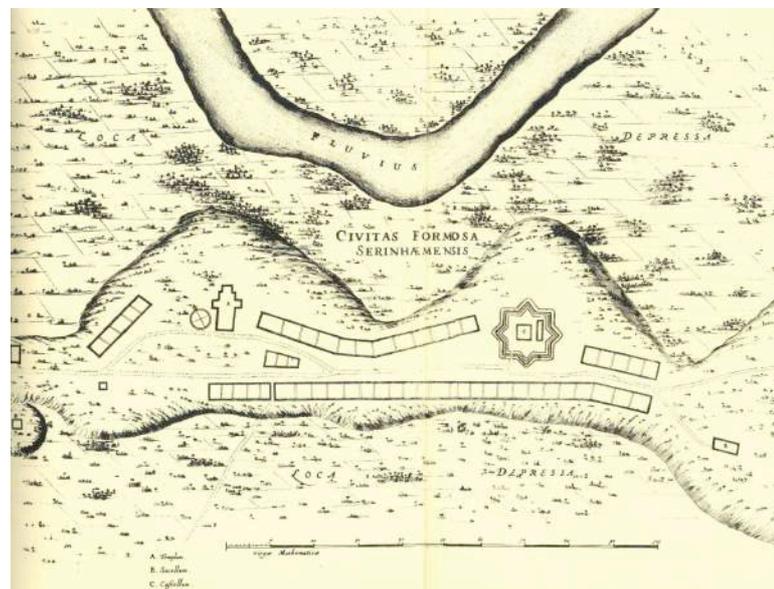


Fig. 4.11: A Vila de Sirinhaém (1612) e Caruaru (1800) – ambas apresentam uma estrutura primitiva ancorada em um percurso-matriz. Fonte: BARLAEUS, 1980/Desenho do autor sobre planta-base da FIDEM, 2001.

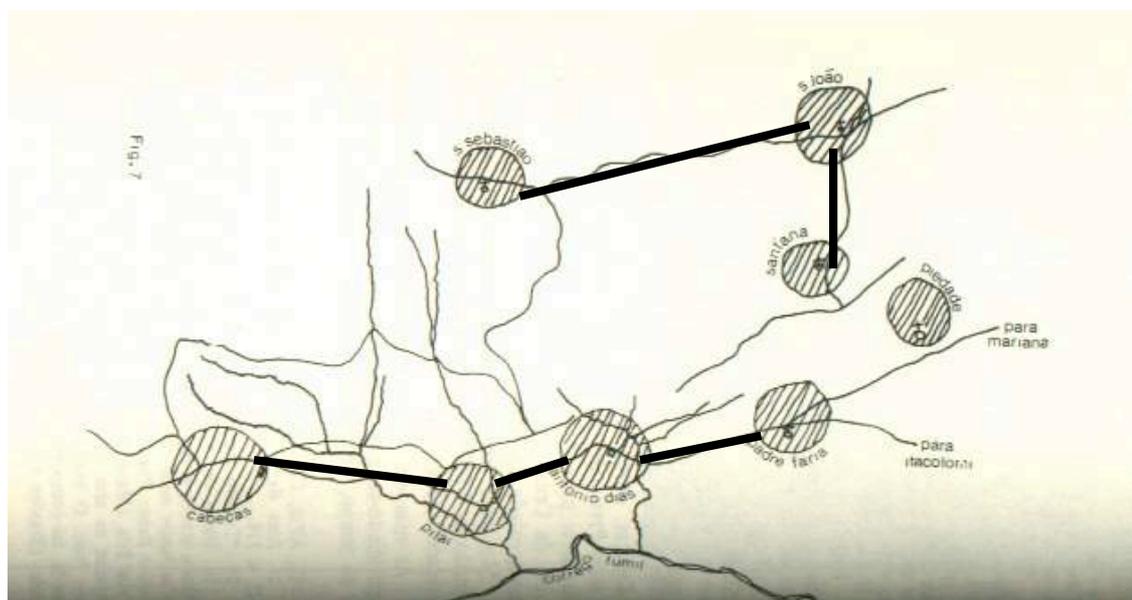
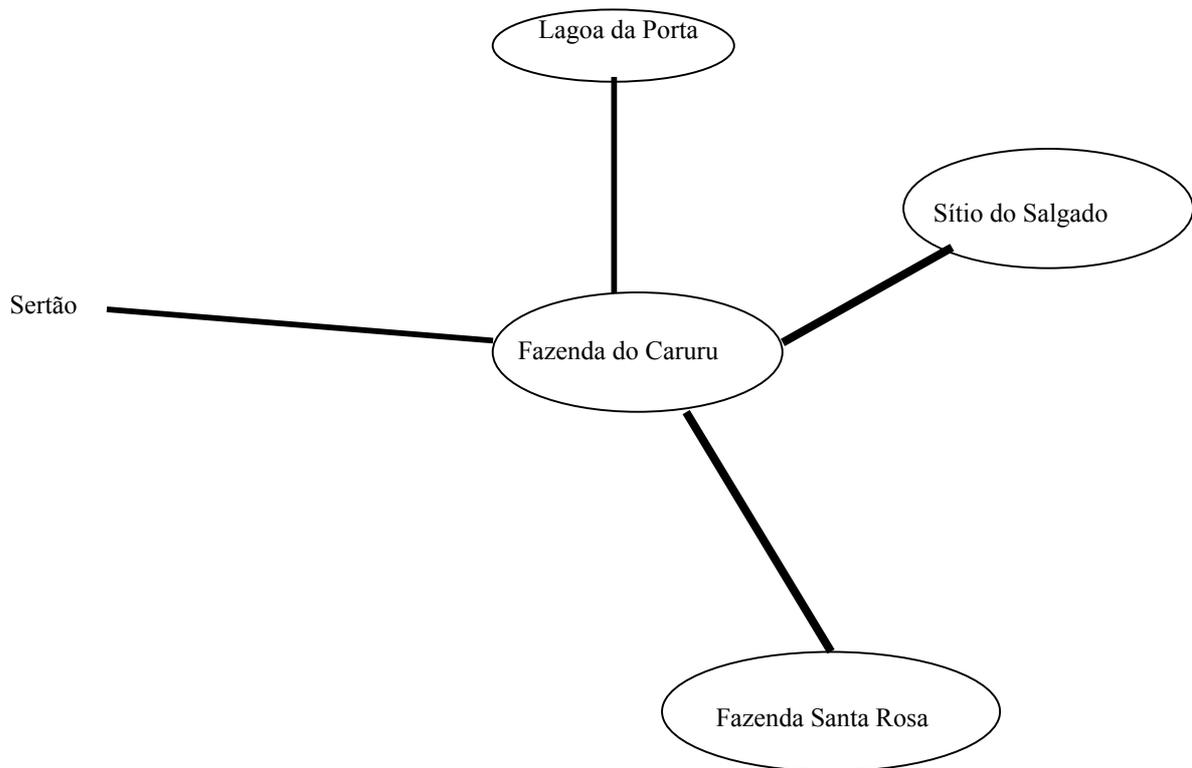


Fig. 4.12: o esquema de desenvolvimento de Caruaru a partir dos seus percursos-matrizes e pólos e, o esquema de desenvolvimento de Ouro Preto proposto por Vasconcellos (1977) a partir dos seus percursos-matrizes (salientados pelas linhas em preto) e seus arraiais de mineração. Fonte: desenho do autor/VASCONCELLOS, 2003/1977.

Fica ressalvado, no entanto, que apesar das semelhanças quanto a origem – percursos-matrizes e quanto à forma – predominantemente lineares, as cidades do Agreste não se

desenvolveram como as cidades mineiras por razões óbvias: os proventos advindos do ouro das Minas Gerais haveriam de criar vilas e cidades que cresceriam com uma rapidez muito maior do que aquelas do Agreste, surgidas a partir de fazendas de gado e da comercialização do couro.

Quanto à Cimbres, não restam dúvidas, está diretamente relacionada com o processo de ordenamento social e espacial desenvolvido ao longo do século XVIII e ligado ao Absolutismo e ao Iluminismo (DELSON, 1997, p. 4), cujas raízes são explicadas por REIS FILHO (1968, p. 186) através do processo progressivo de centralização administrativa da colônia pela Coroa portuguesa a partir do século XVII. Localizada em uma região fora da rota do gado, no alto de uma serra, aproveitando as parcas instalações de uma missão religiosa, Cimbres só se justifica dentro da idéia corrente, na época de prover certas regiões em conflito ou com a possibilidade de geração de conflitos futuros, de uma administração diretamente ligada à Coroa e cuja forma traduzisse ordem e organização. Sua filiação formal prende-se aos ditames do dito “urbanismo iluminista” e de um processo de implantação de núcleos urbanos baseado unicamente na necessidade de controle da região no qual deveria se inserir, não levando em conta, salvo se a localização por se só favorecesse, o desenvolvimento do comércio.

Claro que Cimbres não se encontrava em situação de conflito como as vilas do Piauí, inclusive fundadas antes do período pombalino como Oeiras e Piracuruca, ambas de 1716 e resultantes da necessidade da Coroa de controlar os sesmeiros e os tapuias rebelados (DELSON, 1997, p. 18), mas tem uma filiação similar à de Aquiraz, no Ceará, onde a Coroa escolheu um sítio para a nova capital da capitania do Ceará, absolutamente arbitrário e em detrimento da já existente povoação de Fortaleza (DELSON, 1997, p. 21). Em Cimbres, Piracuruca, Oeiras, Aquiraz, Parnaíba (Fig. 4.13) e outras, o que ocorreu foi a escolha de sítios salubres, mas não convenientes para os propósitos comerciais ou mesmo, de difícil acesso, o que resultou, de um modo geral, passados os conflitos que lhes deram origem terminaram por ser suplantados por outros núcleos urbanos melhor localizados e/ou mais convenientes para a estrutura sócio-econômica da região.

Do ponto de vista da conformação urbana, esses núcleos apresentarão formas bastante simples: apenas uma retícula com quadras retangulares, onde os lotes e edifícios se comportam como na cidade tradicional portuguesa com a diferença de terem todas a mesma fachada e uma grande praça, também retangular onde se estabelecem a matriz e a casa de câmara e cadeia. A simplicidade de formas aliada à precisão geométrica definem a imagem de um núcleo urbano ordenado, civilizado, mas “artificial” no tange aos seus propósitos e localização ou, melhor dizendo, criados com uma função que, comumente, ignorava a

complexidade e a pluralidade das funções necessárias ao seu surgimento, desenvolvimento e permanência.

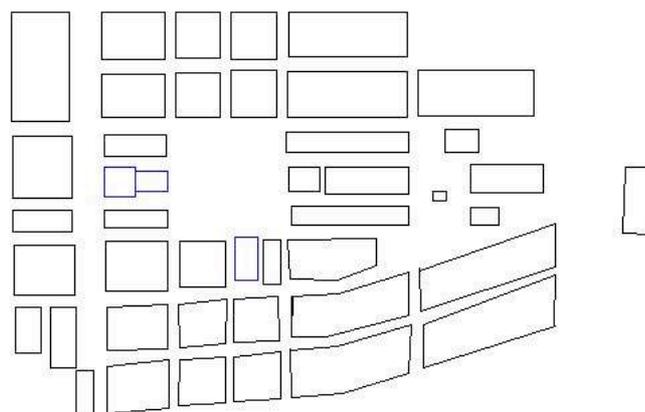
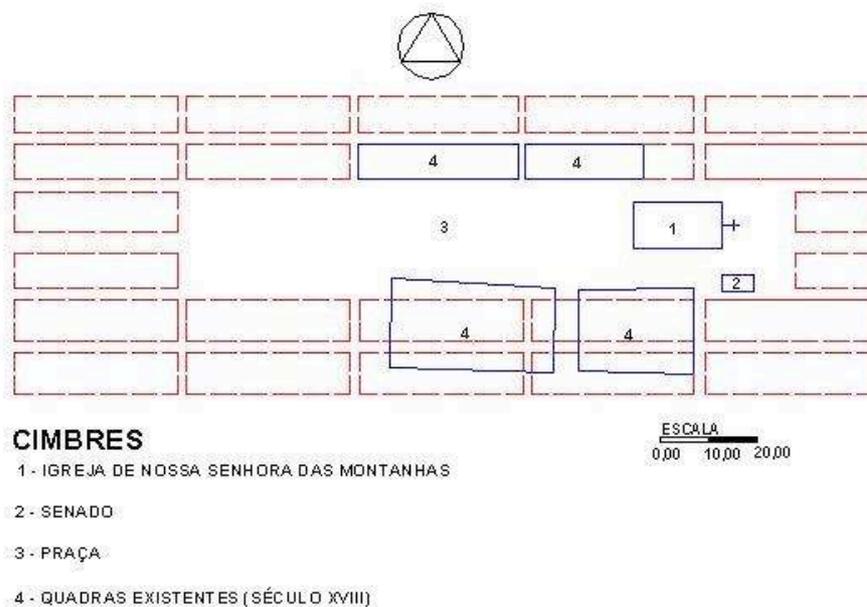


Fig. 4.13: Comparação entre a planta provável de Cimbres e a planta de Parnaíba, no Piauí (1786) – as estruturas seriam bastante semelhantes, já que nascidas da mesma idéia de ordenamento espacial. Desenho do autor sobre plantas-base originais (FIDEM e *Mapa exacto da Villa ...da Parnaíba*), 2003.

5. CONCLUSÃO

Ao término deste trabalho observa-se que muito ainda precisa ser estudado para compor o grande quadro do Urbanismo no Brasil, em suas várias vertentes. No sentido de prover ao mesmo uma autocrítica, é possível dizer que as análises dos objetos de estudo parecem não ter se aprofundado o suficiente, mas ao mesmo tempo, é necessário dizer que as condições em que o trabalho foi desenvolvido não permitiram ir além do que foi demonstrado. Como foi salientado no início do trabalho, as cidades mais antigas do Agreste vêm sofrendo um processo de descaracterização extremamente rápido, que será acelerado ainda mais a partir da implantação de uma obra estruturadora de tremendo impacto para a região: a duplicação da rodovia BR-232. Aliado a isso, observou-se, não sem pesar, que a própria história da região e, em particular, dos seus núcleos urbanos mais antigos encontra-se por demais esgarçada, sendo às vezes impossível reconstituir certos passos da evolução das mesmas devido à inexistência dos dados ou mesmo se aqueles existentes são suficientemente seguros para serem aceitos na elaboração de um trabalho acadêmico. É momento também de frisar que, os núcleos urbanos em questão – vilas ou cidades são desconhecidos pela grande maioria dos estudiosos, seja pelo que se expôs acima, seja pelo fato de estarem inseridos em uma região paupérrima que não conseguiu, em nenhum momento de sua trajetória secular, desenvolver uma arquitetura digna de nota, que viesse a emoldurar seu espaço urbano, justificando seu estudo e preservação.

As análises empreendidas levaram à verificação da permanência de determinadas formas de “fazer cidades” que tanto tem de universais quanto de lusitanas. Formas de compreender a paisagem natural e de se adequar a ela da melhor forma possível, dentro das limitações materiais tão comuns à colonização do Brasil. Ao mesmo tempo, trazem uma indagação sobre questões profundas acerca do estudo do Urbanismo no Brasil – principalmente no que tange à questão do “planejamento” ou melhor dizendo, do ordenamento espacial das cidades coloniais, abrindo caminho para o questionamento quanto à competência da metrópole portuguesa em estabelecer, produzir e manter espaços urbanos que deveriam servir de modelo e de tradução da ordem e do poder na colônia, mesmo que esse não tenha sido um dos objetivos do trabalho. É interessante registrar que, em determinados momentos, as pessoas, devido ao desconhecimento do tema, chagavam a duvidar que as cidades do Agreste tivessem algo que valesse a pena ser estudado – duvidando da existência de “propriedades morfológicas” em cidades “de beira de estrada”. Isso apenas corroborava a necessidade da pesquisa.

Espera-se, mesmo com as dificuldades enfrentadas, que o trabalho sirva, ao menos como um ensaio de uma grande pesquisa sobre o processo de urbanização do território pernambucano que venha a sanar uma série de lacunas tanto no lado da História Urbana, quanto do estudo morfológico das cidades pernambucanas, seus modelos e filiações, já que as análises aqui empreendidas levaram à visualização de modelos urbanos, especificamente em Bezerros e Caruaru que, por suas características intrínsecas e, principalmente por sua adaptabilidade ao meio, se filiaram claramente à tradição do urbanismo português, ao mesmo tempo em que transcenderam o limite histórico do período colonial e foram desenvolvidos, pelo menos até o início do século XX. O resultado final dos dois núcleos urbanos surgidos a partir de fazendas de gado, ou seja, de iniciativas particulares, resultou em cidades onde o conceito de “urbanismo orgânico” se mostra bastante claro, pelo que se pôde verificar da evolução dos seus tecidos, que obtiveram formas finais diferentes, mas que compartilhavam características similares porque desenvolvidos segundo uma lógica “vernacular” adaptável aos mais diversos espaços naturais.

Aliado a isso, o trabalho serviu para a verificação, mesmo que prévia, de algumas teorias sobre a relação entre poder, produção do espaço e forma urbana. As idéias de REIS FILHO (1968) sobre a progressiva transformação da forma dos núcleos urbanos coloniais à medida em sua criação sai das mãos da iniciativa particular dos donatários passando para a Coroa parece bastante clara. Ao mesmo tempo, TEIXEIRA e VALLA (1998) são felizes em constatar a organicidade do tecido urbano aliada à falta de um controle central rígido, o que foi claramente observado em Bezerros e Caruaru, e mais ainda nesta última, onde registros mais precisos puderam dar uma idéia mais evidente da influência do seu fundador, um importante sesmeiro da região, na estruturação primitiva daquele núcleo urbano e, de certa forma, de maneira contrária, em Cimbres, onde o poder da Coroa se dobrou ao poder local, que desprezou o espaço ordenado do poder real, desenvolvendo o seu próprio espaço de poder, onde lhes fosse mais conveniente, no caso, uma fazenda à margem da estrada das boiadas, localização favorável às suas atividades comerciais.

Em resumo, fica estabelecida a filiação formal de dois dos núcleos urbanos pesquisados – Bezerros e Caruaru – à tradição urbanística vernacular portuguesa, inclusive através da comparação com outros núcleos urbanos do período colonial e, a filiação de um deles – Cimbres – a um processo de controle sócio-espacial que ainda está para ser melhor analisado sob diversos aspectos, principalmente sob o ponto de vista dos seus resultados. Faz-se necessário também continuar esta pesquisa, estendendo-a aos outros núcleos surgidos no Agreste e no Sertão na mesma época, no intuito de ampliar e aprofundar o panorama da urbanização do território pernambucano em regiões tão distantes do litoral e, obviamente, da

metrópole, mas que, ainda assim, desenvolveram um urbanismo pragmático que, guardando a sua essência, soube se adaptar aos mais diversos espaços.

6. BIBLIOGRAFIA

FONTES IMPRESSAS:

Livros (no todo ou em parte):

ALARCÃO, Jorge de. **Portugal romano**. 3. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1983. 368 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973. 251 p.

_____. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. 2. ed. Recife: Ministério do Interior/SUDENE, 1979. p.13-52.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Edição fac-similar da edição Princeps de 1711. Recife: Museu do Açúcar/Imprensa Universitária, 1969. 205 p.

ARAGÃO, José. **História da Vitória de Santo Antão: 1º volume (1626-1843)**. Recife: CEHM/FIAM, 1977. 212 p.

AYMONINO, Carlo. **O significado das cidades**. Lisboa: Editorial Presença, 1984. 243 p.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira: Origens. **Universo urbanístico português: 1415-1822**, Lisboa, p. 39-70, CNCDP, 1998.

BARBALHO, Nelson. **Caruru, Caruaru: nótuas subsidiárias para a história do Agreste de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária, 1972. 219 p.

_____. **Caruaru: sua prefeitura, sua autonomia municipal, sua emancipação política**. Caruaru: Prefeitura Municipal de Caruaru, 1993. 50 p.

_____. **Cronologia pernambucana: Subsídios para a história do Agreste e do Sertão**. Recife: CEHM/FIAM, 1983. 17 v.

BARLAEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980. 409 p.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983. 728 p.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das letras, 2000. 150 p.

CAMARA CASCUDO, Luís da. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956. 306 p.

_____. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1956. 78 p.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. **Composizione architettonica e tipologia edilizia: Lettura dell'edilizia di base**. 9. ed. Venezia, Marsilio Editori, 1995. p. 122-203. v.1.

- CAPISTRANO DE ABREU, João. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. São Paulo: Editora Itatiaia/USP, 1989. 164 p.
- CARVALHO, Sérgio Luís de. **Cidades medievais portuguesas: Uma introdução ao seu estudo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1989. 112 p.
- CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985. 335 p.
- CHOI, Yoan Kyung. The spatial sustainability of power structure: traditional villages and houses in Korea. **Space Syntax: Third International Space Syntax Symposium**. Atlanta, p. 52.1-52.12, 2001.
- COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002. 421 p.
- CRUZ, Glenda Pereira da. Rural e urbano, espaços da expansão medieval: Origem da organização espacial ibero-americana?. **Universo urbanístico português: 1415-1822**, Lisboa, p. 157-204, CNCDP, 1998.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia., 1914. 620 p.
- DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Editora Alva-CIORD, 1997. 124 p.
- FERNANDES, José Manuel. The Portuguese city: A characteristic form of urban space. In: _____. **Synthesis of Portuguese Culture: Architecture**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992. p. 95-125.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Cidades e vilas pombalinas no Brasil do século XVIII. **Universo urbanístico português: 1415-1822**, Lisboa, p. 255-266, CNCDP, 1998.
- FRANÇA, José Augusto. Lisboa antes do terramoto. In: _____. **Lisboa Pombalina e o Iluminismo**. 2. ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977. p. 17-56.
- FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE PERNAMBUCO. **Perfil municipal**. Recife: 2001. 1113 p.
- GEWINDSZNAJDER, Fernando. **O que é Método Científico**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989. p. 3-14/27-55.
- GOITIA, Fernando Chueca. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 41-153.
- GUERRA, Flávio. **Evolução histórica de Pernambuco**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1970. 274 p. v. 1.
- _____. **Os caminhos do São Francisco**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura/Programa de Integração Cultural. 107 p.
- HALL, Peter. **Cities in civilization: Culture, innovation, and urban order**. London: Weindenfeld & Nicolson, 1998. 1169 p.

- HEITOR, Teresa et al.. Breaking the medieval space: The emergency of a new city of Enlighthement. **Space Syntax: Second International Space Syntax Symposium**, Brasília, p. 51.1-51.13, 1999. v. 2.
- HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. Coimbra: Arménio Amado Editorial, 1980. p. 19-23/25-36.
- HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The social logic of space**. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1984. 281 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: _____. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 93-138.
- HONORATO, Manuel da Costa. **Dicionário topográfico, estatístico e histórico da Província de Pernambuco**. 2. ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1976. 150 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. Brasília, 2000. p. 1-39.
- KARIMI, Kayvam. The spatial logic of organic cities in Iran and the United Kingdom. . **Space Syntax: First International Space Syntax Symposium**, London, p. 06.1-06.4, 1997. v. 1.
- KOSIK, Karel. A totalidade concreta. **A dialética do concreto**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 33-54.
- KATINSKY, Júlio Roberto. **Um guia para a história da técnica no Brasil Colônia**. São Paulo: FAU/USP, 1999. 47 p.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 2. ed. Recife, Secretaria de Educação e Cultura/Governo do Estado de Pernambuco/Departamento de Cultura, 1978. 477 p.
- LAMAS, José M. R. Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. 564 p.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG/ARTMED, 1999. 340 p.
- MELLO (neto), José Antonio Gonsalves de. **A cartografia holandesa do Recife: Estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648**. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes/IPHAN/MEC, 1976. 43 p.
- _____. **João Fernandes Vieira: Restauradores de Pernambuco – biografias de figuras do século XVII que defenderam e consolidaram a unidade brasileira**. Recife: Imprensa Universitária, 1967. p. 268-279. v. 2.

_____. **Tempo dos flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 3. ed. Recife: Editora Massangana, 1987. 304 p.

_____. **Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738 e 1802)**. Recife: Imprensa Universitária, 1966. 41 p.

_____; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei: reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada**. 2. ed. Recife: Editora Massangana, 1997. 148 p.

MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. **Ensaio sobre a estatística Civil e Política da Província de Pernambuco (reedição da publicação datada de 1852)**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Conselho Estadual de Cultura, 1979. 310 p.

MORRIS, A .E. J.. **Historia de la forma urbana: Desde sus Orígenes hasta la Revolución Industrial**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S/A, 1984. p. 56-137.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741 p.

OMEGNA, Nelson. A fisionomia da cidade colonial. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1972. p.86-95.

POWELL, T. G. E. **Os celtas**. Lisboa: Editorial Verbo, 1965. 282 p.

PINTO, Estevão. **História de uma estrada-de-ferro do Nordeste: Contribuição para o estudo do desenvolvimento da empresa “The Great Western of Brazil Railway Company Limited” e das suas relações com a economia do Nordeste Brasileiro**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1949. 310 p.

PLANO DE PRESERVAÇÃO DOS SÍTIOS HISTÓRICOS DO INTERIOR/PPSHI – PRIMEIRA PARTE. Recife: Governo do Estado/SEPLAN/FIAM/SUDENE, 1982. 286 p.

PLANO DE PRESERVAÇÃO DOS SÍTIOS HISTÓRICOS DA RMR. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/SEPLAN/FIDEM, 1978. 391 p.

PORTO, José da Costa. **Estudo sobre o sistema sesmarial**. Recife: Imprensa Universitária, 1965. 197 p.

REIS (filho), Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/EDUSP, 1968. 235 p.

_____. **Imagens de cidades e vilas do Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP, 2000. 414 p.

_____. Notas sobre o Urbanismo Barroco no Brasil. **Universo urbanístico português: 1415-1822**, Lisboa, p. 467-482, CNCDP, 1998.

_____. Notas sobre o Urbanismo no Brasil. Primeira parte: Período colonial. **Universo urbanístico português: 1415-1822**, Lisboa, p. 483-506, CNCDP, 1998.

- _____. O lote urbano colonial. In: _____. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987. p. 21-32.
- RIEGL, Alois. **Le culte moderne des monuments: son essence et sa genèse**. Paris: Editions du Seuil, 1984. 124 p.
- ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002. p. 15-22.
- _____. O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas. **Universo urbanístico português: 1415-1822**, Lisboa, p. 507-536, CNCDP, 1998.
- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 309 p.
- SÁ, Elizabeth Schneider de (org.) et al. **Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. 189 p.
- SANTOS, Paulo F. Formação de cidades no Brasil colonial. **Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros**, Coimbra, 125 p., 1968.
- SETTE, Mario. **Arruar: história pitoresca do Recife antigo**. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante, 1948. 407 p.
- SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil (1500/1820)**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 145-188.
- SOUTO MAIOR, Ronaldo José. **Na praça da matriz: Edição comemorativa do centenário de foro da cidade de São José dos Bezerros – 1881-1981**. Olinda: Edição do autor, 1981. 125 p.
- SOUZA, Laura de Mello et al. (org.). **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 523 p. v.1.
- TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português – séculos XIII-XVIII: Portugal e Brasil**. Lisboa: Livros horizonte, 1999. 334 p.
- VAINFAS, Ronaldo et al. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000. 594 p.
- _____. **Vila Rica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977. 214 p.
- VAUTHIER, Louis Léger. Casas de residência no Brasil. In: FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil**. 2º tomo. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960. p. 802-894.
- ZENHA, Edmundo. **O município no Brasil (1532-1700)**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S/A, 1948. 175 p.

Monografias:

NEVES, André Lemoine. **A análise de percurso como instrumento de compreensão do espaço urbano: o caso de Bezerros no Agreste Pernambucano**. Recife: Monografia apresentada à Disciplina Mobilidade Urbana e Estruturação do Espaço, sob a orientação do Professor Doutor Tomás de Albuquerque Lapa, como requisito para a obtenção de créditos para a conclusão do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano/MDU – Mestrado, 2001. 22 p.

_____. **Estudo morfológico de cidades do Agreste Pernambucano: o caso de Bezerros**. Recife: Monografia apresentada à Disciplina Morfologia do Espaço Arquitetônico e Urbano, sob a orientação do Professor Doutor Luiz Manuel do Eirado Amorim, como requisito para a obtenção de créditos para a conclusão do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano/MDU – Mestrado, 2001. 35 p.

SÉRIE MONOGRAFIAS MUNICIPAIS: BEZERROS. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/SEPLAN/FIDEPE, 1983. 74 p.

SÉRIE MONOGRAFIAS MUNICIPAIS: PESQUEIRA. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/SEPLAN/FIDEPE, 1983. 99 p.

Revistas:

AMORIM, Luiz Manuel do; LOUREIRO, Claudia. O mascate, o bispo, o juiz e os outros: sobre a gênese morfológica do Recife. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, n.3, p. 19-38, ANPUR, nov. 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. A ocupação territorial e a evolução das vilas e cidades brasileiras (séc. XVI-XVII). **Revista de História Municipal**, Recife, n. 6, p. 27-38, CEHM/FIAM, dez. 1994.

_____. Formação da rede urbana do Nordeste. **Revista de História Municipal**, Recife, vol. 1, n. 1, p. 23-73, CEHM/FIAM, jun. 1977.

BARBOSA LIMA (sobrinho), Alexandre José. Capistrano de Abreu e o povoamento do Sertão Pernambucano. **RIAP**, Recife, v. L, 1978. p. 9-50.

BARRETO, Paulo Tedim. O Piauí e sua arquitetura. **RSPHAN**, Rio de Janeiro, n.2, p. 187-223, Ministério da Educação e Saúde, 1938.

_____. Casas de Câmara e Cadeia. **RSPHAN**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 9-106, Ministério da Educação e saúde, 1947.

BRAGA, Napoleão Barroso. Definição de povoado: Crônica de uma pesquisa de campo. **Revista de História Municipal**, Recife, n. 6, p. 15-16, CEHM/FIAM, dez. 1994.

- DUARTE, jr., Romeu. Ceará no século XVIII: Icó, Aracati e Sobral. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 41, p. 104-118, CNCDP, 2000.
- FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. O município brasileiro: seu desenvolvimento constitucional. **Revista de História Municipal**, Recife, n. 6, p. 17-19, CEHM/FIAM, dez. 1994.
- HANSON, Julienne. Order and structure in urban design: The plans for the rebuilding of London after the Great Fire of 1666. **Ekistics**, London, n. 334, p. 22-42, jan/feb, 1989.
- HILLIER, Bill. The architecture of the urban object. **Ekistics**, London, n. 334-335, p. 5-20, jan.-feb./mar.-apr., 1989.
- PESSÔA, José. Em tudo semelhante, em nada parecido: Modelos e modos de urbanização na América Portuguesa. . **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 41, p. 70-81, CNCDP, 2000.
- REIS (filho), Nestor Goulart. As primeiras cidades e vilas do Brasil: importância da vida urbana colonial. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 41, p. 60-67, CNCDP, 2000.
- ROSSA, Walter. No primeiro dos elementos: Dados para uma leitura sintética do Urbanismo e da Urbanística Portuguesa da Idade Moderna. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 41, p. 8-21, CNCDP, 2000.
- SOUZA, Célia Ferraz de; CABRAL, Gilberto Flores. Percursos urbanos: A reconstituição da história do cotidiano. **Revista Cidade & História**, [s.l., s.n., s.d.], p. 277-282.
- TAUNAY, Afonso de E. A guerra dos Bárbaros. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, vol. XXII, p. 7-331, Departamento de Cultura e recreação da Cidade de São Paulo, 1936.
- VASCONCELOS, Sylvio de. Formação urbana do Arraial do Tejuco. **RSPHAN**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 121-140, Ministério da Educação e saúde, 1959.
- VERDONCK, Adrian. Descrição das capitânicas de Pernambuco, Itamaracá, Parayba e Rio Grande: Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil por Adrian Verdonck, em 20 de maio de 1630. **RIAP**, Recife, n. 55, p. 215-227, 1901.

Documentos impressos:

- ANUNCIAÇÃO, Miguel Arcanjo da. **Crônica do Mosteiro de São Bento de Olinda até 1763**. Recife: Imprensa Oficial, 1940. 147 p.
- CALENDÁRIO OFICIAL DE DATAS HISTÓRICAS DOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DE PERNAMBUCO. **Coleção Documentos Históricos Municipais**, Recife, v.2, 160 p., CEHM/FIAM, 1994.
- DESCRIÇÃO DE PERNAMBUCO COM PARTE DE SUA HISTORIA E LEGISLAÇÃO ATÉ O GOVERNO DE D. MARCOS DE NORONHA, EM 1746: E MAIS ALGUNS ATÉ

1758. **RIAP**, Recife, v. 11, n. 60-64, p. 168-180/717-725 e v. 12, n. 68, p. 418-439, 1903-1904.

DOAÇÃO QUE FEZ JORGE DE ALBUQUERQUE COELHO, 3º CAPITÃO E GOVERNADOR DESTA CAPITANIA DE PERNAMBUCO AOS PADRES DE S. BENTO PARA PODEREM FUNDAR MOSTEIROS EM TODA A DITA CAPITANIA. **RIAP**, Recife, v. 12, n. 69, p. 566-570, 1905-1906.

IDÉA DA POPULAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, E DE SUAS ANNEXAS, EXTENÇÃO DE SUAS COSTAS, RIOS E POVOAÇÕES NOTÁVEIS, AGRICULTURA, NUMERO DE ENGENHOS, CONTRACTOS, E RENDIMENTOS REAES, AUGMENTO QUE ESTES TEM TIDO &ª. &ª. DESDE O ANNO DE 1774 EM QUE TOMOU POSSE O GOVERNO DAS MESMAS CAPITANIAS O GOVERNADOR E CAPITAM GENERAL JOSÉ CEZAR DE MENEZES. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 1-111, 1923.

LIVRO DE CRIAÇÃO DA VILA DE CIMBRES (1762-1867). **Coleção Documentos Históricos Municipais**, Recife, v.1, 294 p., CEHM/FIAM, 1985.

Normas:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração**. Rio de Janeiro, ago. 2002. 24 p.

_____. **NBR 10520: Informação em documentação – Citações em documentos – Apresentação**. Rio de Janeiro, ago. 2002. 7 p.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO/MDU/UFPE. **Normas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado**. Recife, mai. 2001. 7 p.

MEIO DIGITAL:

Imagens:

A L F A M A. Disponível na Internet em: <www.tabioto.com/photo/portugal/images/alfama.jpg>. Acessado em 09 de janeiro de 2003.

CASA DEL CHAPIZ. Disponível na Internet em: <www.csic.es/hispano/imagenes/chapiz.jpg>. Acessado em 09 de janeiro de 2003.

CASBAH DE ARGEL. Disponível na Internet em: <www.carfree.com/postcard/post1905/vert/a-z.htm>. Acessado em 09 de janeiro de 2003.

CONIMBRIGA. Disponível na Internet em: <www.turbanhead.com/31-conimbriga.jpg>. Acessado em 09 de janeiro de 2003.

IMAGENS DO ARQUIVO VIRTUAL DE CARTOGRAFIA URBANA PORTUGUESA. Revista Urbanismo de origem portuguesa, v. 2. Disponível na Internet em: <<http://urban.iscte.pt/revista/numero2/artigos.htm>> . Acessado em 30 de junho de 2001.

M É R T O L A . Disponível na Internet em: <www.portugaltravelguide.com/images/ib/800/mertola.jpg>. Acessado em 09 de janeiro de 2003 .

R E C O N Q U I S T A . Disponível na Internet em: <<http://geocities.yahoo.com.br/fernandomcvbr/reconquist.html>>. Acessado em 02 de fevereiro de 2003.

V I A S R O M A N A S . Disponível na Internet em: <<http://empresas.futurnet.es/pete/images/calzadas.jpg>> . Acessado em 09 de janeiro de 2003.

Textos:

FARIA, António Marques de. Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polêmicos. **Revista Portuguesa de Arqueologia**, v. 2, n.2, p. 29-50, 1999. Disponível na Internet em: <<http://www.ipa.min-cultura.pt/>>. Acessado em 10 de outubro de 2001 .

GUERREIRO, Maria Rosália P.. A lógica territorial na génese e formação das cidades brasileiras: O caso de Ouro Preto. **Revista Urbanismo de origem portuguesa**, n. 3. Disponível na Internet em: <<http://urban.iscte.pt/revista/numero3/default.htm>>. Acessado em 23 de março de 2002.

_____. Spatial analyses in urban morphology – a geometry for organic cities: Lisbon case study. . **Revista Urbanismo de origem portuguesa**, v. 1, n. 1. Disponível na Internet em: <<http://urban.iscte.pt/revista/numero1/default.htm>>. Acessado em 27 de junho de 2001.

MADEIRA, Teresa. Estudo morfológico da cidade de São Tomé no contexto urbanístico das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa. **Revista Urbanismo de origem portuguesa**, n. 1. Disponível na Internet em: <<http://urban.iscte.pt/revista/numero1/default.htm>>. Acessado em 27 de junho de 2001 .

ORDENAÇÕES FILIPINAS – Livro IV, Título XLIII: Das sesmarias. Disponível na Internet em: <<http://www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ORDENACOES.HTM>> . Acessado em 15 de maio de 2001.

ORDENAÇÕES MANUELINAS – Livro IV, Título LXVII: Das sesmarias. Disponível na Internet em: <<http://www.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/ORDEMANU.HTM>> . Acessado em 15 de maio de 2001.

TEIXEIRA, Manuel C.. A história urbana em Portugal: Desenvolvimentos recentes. . **Revista Urbanismo de origem portuguesa**, n. 1. Disponível na Internet em: <<http://urban.iscte.pt/revista/numero1/default.htm>>. Acessado em 27 de junho de 2001.

_____. Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira. **Revista Urbanismo de origem portuguesa**, n. 3. Disponível na Internet em: <<http://urban.iscte.pt/revista/numero3/default.htm>>. Acessado em 23 de março de 2002.

TRANSLATION OF LAND AND RELATED LAWS IN THE RECOPIACIÓN DE LAS LEYES DE LOS REYNOS DE LAS INDIAS, 1680. Disponível na Internet em: <home.sprintmail.com/~sanchezj/3-recop.htm>. Acessado em 30 de junho de 2001 .

MATERIAL CARTOGRÁFICO:

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE PERNAMBUCO. **Cidade de Bezerros.** Recife, 2001. 1 mapa. 71x103cm. Escala 1:2000.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE PERNAMBUCO. **Cidade de Caruaru.** Recife, 2001. 1 mapa. 51x59cm. Escala 1:2000.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO INTERIOR DE PERNAMBUCO. **Cidade de Bezerros.** Recife, 1983. 1 mapa. 90x130cm. Sem escala.

_____. Bezerros. **Bezerros.dwg.** Recife, 2001. 1 mapa, color. Escala 1: 2000. 30 Mb. 1 CD-ROM.

_____. Caruaru. **Caruaru.dwg.** Recife, 2001. 1 mapa, color. Escala 1: 2000. 8,5 Mb. 1 CD-ROM.

_____. Cimbres. **Cimbres.dwg.** Recife, 2001. 1 mapa, color. Escala 1:500. 279 Kb. 1 CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidade de Bezerros.** Recife, 1990. 1 mapa. 88x130cm. Sem indicação de escala.

_____. **Cidade de Caruaru.** Recife, s.d. 1 mapa. 67x100cm. Sem indicação de escala.

_____. **Vila de Cimbres.** Recife, 1997. 1 mapa. 63x70cm. Sem indicação de escala.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO/EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE/DIRETORIA DE PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS HISTÓRICOS. **Mapa Base – Douglas Fox, 1907.** Recife, 1980. 1 mapa. 32x92cm. Escala 1: 2000.